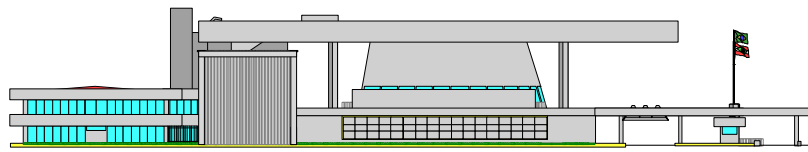


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XLVII

FLORIANÓPOLIS, 25 DE FEVEREIRO DE 1998

NÚMERO 4.519

13ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa

MESA DIRETORA

Neodi Saretta
PRESIDENTE

Francisco Küster
1º VICE-PRESIDENTE

Vanderlei Olívio Rosso
2º VICE-PRESIDENTE

Odacir Zonta
1º SECRETÁRIO

Gervásio José Maciel
2º SECRETÁRIO

Afonso Spaniol
3º SECRETÁRIO

Adelor Francisco Vieira
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Romildo Titon

PARTIDOS POLÍTICOS (Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Sérgio de Souza Silva

**PARTIDO PROGRESSISTA
BRASILEIRO**
Líder: Eni José Voltolini

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL
Líder: Wilson Wan-Dall

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Carlito Merss

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Líder: Jorginho Mello

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder:

COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS

Ivan Ranzolin – Presidente
Carlito Merss – Vice-Presidente
Gilson dos Santos
Olices Santini
Jaime Aldo Mantelli
Herneus de Nadal
João Henrique Blasi
Júlio Vânio Celso Teixeira
Norberto Stroisch Filho

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel – Presidente
Onofre Santo Agostini – Vice-Presidente
Gilson dos Santos
Pedro Uczai
Leodegar Tiscoski
Jorginho Mello
Vanderlei Rosso
Ivo Konell
Wilson Rogério Wan-Dall

AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Idelvino Furlanetto – Presidente
Manoel Mota – Vice-Presidente
Olices Santini
Eni José Voltolini
Jorginho Mello
Narcizo Parisotto
Onofre Santo Agostini

DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

João Henrique Blasi – Presidente
Udo Wagner – Vice-Presidente
Carlito Merss
Ivan Ranzolin
Romildo Luiz Titon
Wilson Rogério Wan-Dall
Júlio Vânio Celso Teixeira

TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E TURISMO

Reno Luiz Caramori – Presidente
Leodegar Tiscoski – Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Jaime Aldo Mantelli
Manoel Mota
Norberto Stroisch Filho
Hans Fritsche

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Vanderlei Rosso – Presidente
Ideli Salvatti – Vice-Presidente
Udo Wagner
Lício Mauro da Silveira
Paulo Vidal
Wilson Rogério Wan-Dall
Onofre Santo Agostini

SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Ciro Marcial Roza – Presidente
Volnei José Morastoni – Vice-Presidente
Udo Wagner
Ivo Konell
Sérgio de Souza Silva
Jorginho Mello
Júlio Vânio Celso Teixeira

TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

Pedro Bittencourt Neto – Presidente
Gilson dos Santos – Vice-Presidente
Ideli Salvatti
Gilmar Knaesel
Paulo Vidal
Sérgio de Souza Silva
Cesar Antônio de Souza

FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA

Jaime Aldo Mantelli – Presidente
Pedro Uczai – Vice-Presidente
Lício Mauro da Silveira
Reno Luiz Caramori
Paulo Vidal
Hans Fritsche
Norberto Stroisch Filho

DEPARTAMENTO PARLAMENTAR	DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA EXPEDIENTE	ÍNDICE
<p>Divisão de Anais: responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração eletrônica, montagem e distribuição. Diretor: Valter Clementino Pereira</p> <p>Divisão de Taquigrafia: responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões. Diretora: Iwana Lúcia Lentz Gomes</p> <p>Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos: responsável pela impressão. Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron</p>	<p>Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO VII - NÚMERO 913 1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS</p>	<p>Plenário Ata da 002ª Sessão Ordinária realizada em 18/02/1998..... 2 Ata da 003ª Sessão Ordinária realizada em 19/02/1998..... 12 Ata da 004ª Sessão Ordinária realizada em 25/02/1998..... 15</p> <p>Atos da Mesa Diretora Resoluções 28</p> <p>Publicações Diversas Ata da Procuradoria..... 28 Ofícios 29 Portarias 30 Projeto de Decreto Legislativo..... 31 Requerimento 32</p>

P L E N Á R I O

ATA DA 002ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 18 DE FEVEREIRO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO LUIZ HERBST

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Merss - Cesar Souza - Ciro Roza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Hans Fritsche - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olices Santini - Onofre Santo Agostini - Paulo Vidal - Pedro Bittencourt - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Sergio Silva - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Herbst) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Secretário "ad hoc", Deputado Jaime Mantelli que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Secretário "ad hoc", Deputado Jaime Mantelli, que proceda à leitura do expediente.

O SR. SECRETÁRIO "AD HOC" (Deputado Jaime Mantelli) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO:

- de autoria da senhora Deputada Ideli Salvatti, que susta a Resolução nº 55/97, do Conselho Estadual de Educação, e o Decreto nº 2.646/98, do Governador do Estado, que, em afronta ao princípio da legalidade, exorbitam o poder regulamentar o ensino público;

PROJETOS DE LEI:

- de autoria do senhor Deputado Idelvino Furlanetto, que institui o Fundo de Aval para Operações de Crédito Rural do Estado de Santa Catarina, e dá outras providências;

- de autoria do senhor Deputado Paulo Roberto Vidal, que declara de utilidade pública a Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes, com sede e foro no Município de Xanxerê;

- de autoria do senhor Deputado Udo Wagner, que modifica o art. 10, incisos e parágrafos único, da Lei nº 7.543, de 30 de dezembro de 1988 - IPVA.

MENSAGENS DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DE N°S:

- 3068, comunicando a sanção de projetos de lei que declaram de utilidade pública várias entidades;

- 3069, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da

Saúde, gestora do Fundo Estadual de Saúde, com o Município de Turvo, através do Fundo Municipal de Saúde;

- 3070, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar/Corpo de Bombeiros, com o Município de Araranguá;

- 3071, encaminhando primeiro termo aditivo a convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, com o Município de Santo Amaro da Imperatriz;

- 3072, encaminhando termo de rratificação ao convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com a Creche Irmã Sheila, sediada no Município de Joaçaba;

- 3073, encaminhando primeiro termo aditivo ao convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, com a Associação dos Municípios da Região Serrana - Amures;

- 3074, encaminhando primeiro termo aditivo ao convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado e a Secretaria de Estado da Segurança Pública, com a intervenção

da Delegacia Geral da Polícia Civil, com o Município de Porto Belo;

- 3075, encaminhando primeiro termo aditivo ao convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, com o Município de Rio Rufino;

- 3076, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, com a Fundação Educacional da Região de Joinville – Furj;

- 3077, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, com a Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc, com sede no Município de Chapecó;

- 3078, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, com a Universidade do Vale do Itajaí – Univali, com sede no Município de Itajaí;

- 3079, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, com a Universidade Federal de Santa Catarina – Ufsc, com sede no Município de Florianópolis;

- 3080, encaminhando primeiro termo aditivo ao convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto com o Município de Monte Castelo;

- 3081, encaminhando termo de rratificação e de aditamento ao convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, com o Município de Monte Castelo;

- 3082, encaminhando segundo termo aditivo ao convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, com a intervenção do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S/A – Badesc, com o Município de Abelardo Luz;

- 3083, encaminhando segundo termo aditivo ao convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina e a Secretaria de Estado dos Transportes e Obras, através do Departamento de Transportes e Terminais – Deter, com o Município de Irineópolis;

- 3084, encaminhando termo de convênio, firmado pela Polícia Militar do Estado, com a Fiesc, através do Senai;

- 3085, encaminhando termo de rratificação a convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com o Município de Iomerê;

- 3086, encaminhando termo de rratificação a convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com o Município de Turvo;

- 3087, encaminhando termo de rratificação a convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com o Município de Turvo;

- 3088, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto e a Universidade do Contestado – UNC, com o Município de Três Barras;

- 3089, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com o Município de Cocal da Sul;

- 3090, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com o Município de Descanso;

- 3091, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com o Município de Paulo Lopes;

- 3092, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com o Município de Luzerna;

- 3093, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com o Município de Jacinto Machado;

- 3094, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com o Município de Rio dos Cedros;

- 3095, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Polícia Militar do Estado, com o Ipsc;

- 3096, encaminhando rescisão de termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Polícia Militar do Estado, com o Ipsc;

- 3097, encaminhando primeiro termo aditivo à convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Polícia Militar do Estado, com o Município de Passo de Torres;

- 3098, encaminhando termo de cessão de uso, firmado pelo Governo do Estado, através da Polícia Militar do Estado, com o Município de Lages;

- 3099, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, o Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente e a Prefeitura Municipal de Imaruí;

- 3100, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto e a Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense – Uniplac, com sede no Município de Lages;

- 3101, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, com a Associação Catarinense das Fundações Educacionais – Acafe/Florianópolis;

- 3102, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, com o Lar da Criança de Joaçaba e Herval d'Oeste, com sede no Município de Joaçaba;

- 3103, encaminhando termo de convênio firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, com a Associação Habitacional de Balneário Camboriú;

- 3104, encaminhando primeiros termos aditivos a convênios, firmados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, com os Municípios que mencionam;

- 3105, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Polícia Militar do Estado, com o Município de Bela Vista do Toldo;

- 3106, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, com a Universidade do Contestado – UNC, com sede no Município de Caçador;

- 3107, encaminhando termo de convênio, fir-

mado pelo Ibama, com o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado, com o Município de Curitiba;

- 3108, encaminhando primeiro termo aditivo à convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Polícia Militar do Estado, com o Município de Curitiba;

- 3109, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Polícia Militar do Estado, com o Município de Curitiba;

- 3110, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, com os Municípios que mencionam;

- 3111, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Fazenda, com a Associação Beneficente dos Policiais Militares de Santa Catarina – Abepom;

- 3112, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Polícia Militar do Estado e a Secretaria de Estado da Segurança Pública, com a intervenção da Delegacia Geral da Polícia Civil, com o Município de Blumenau;

- 3113, encaminhando termo de acordo e compromisso, firmado pelo Governo do Estado, através do DER, com o Município de Correia Pinto;

- 3114, encaminhando termos de convênio, firmados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, com as entidades sociais que mencionam;

- 3115, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, com a intervenção do Badesc, com o Município de Nova Veneza;

- 3116, encaminhando primeiro termo aditivo à convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com a intervenção do Fundo para Melhoria da Segurança Pública, com o Município de Ibirama;

- 3117, encaminhando termo de cessão de uso, firmado pelo Governo do Estado, através da Polícia Militar do Estado, com o Município de São Bento do Sul;

- 3118, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, com a Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense – Uniplac, sediada no Município de Lages;

- 3119, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, com o Município de Monte Castelo;

- 3120, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE e o Sistema Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – Fiesc, através do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai – Departamento Regional de Santa Catarina, sediado no Município de Florianópolis;

- 3121, encaminhando termos de convênio, firmados pelo Governo do Estado, através da Polícia Militar do Estado e a Secretaria de Estado da Segurança Pública, com a intervenção da Delegacia Geral da Polícia Civil, com os Municípios que menciona;

- 3122, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Polícia Militar do Estado e a Secretaria de Estado da Segurança Pública, com a intervenção da Delegacia Geral da Polícia Civil, com o Município de Brusque;

- 3123, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da

Secretaria de Estado da Segurança Pública, com a interveniência do Fundo para Melhoria da Segurança Pública, com o Município de Princesa;

- 3124, encaminhando termo de cooperação técnica e financeira, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Transportes e Obras, com o Município de Tubarão;

- 3125, encaminhando sexto termo aditivo ao convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Transportes e Obras, com o Município de Laguna;

- 3126, encaminhando primeiros termos aditivos aos convênios, firmados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Transportes e Obras, com os Municípios de Urubici e Rodeio, respectivamente;

- 3127, encaminhando segundos termos aditivos aos convênios, firmados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Transportes e Obras, com os Municípios que mencionam;

- 3128, encaminhando quintos termos aditivos aos convênios, firmados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Transportes e Obras, com os Municípios que mencionam;

- 3129, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, com a Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisol, sediado no Município de Tubarão;

- 3130, encaminhando termos de convênio, firmados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com a interveniência do Fundo para Melhoria da Segurança Pública, com os Municípios de Santa Terezinha do Progresso e Bom Jesus do Oeste, respectivamente;

- 3131, encaminhando convênios de cooperação institucional, técnica e científica, firmado pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e do Desenvolvimento Rural e Agricultura, com a interveniência da Epagri e a CPRM;

- 3132, encaminhando termos de rratificação a convênios, firmados pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Estado de Governo e da Fazenda, com os Municípios de Xavantina e Anchieta, respectivamente;

- 3133, encaminhando segundos termos aditivos a convênios, firmados pelo governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde, gestora do Fundo Estadual de Saúde, com as entidades sociais que mencionam;

- 3134, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde, gestora do Fundo Estadual de Saúde, com o Município de Descanso;

- 3135, encaminhando termos de convênio, firmados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com os Municípios/Fundos Municipais de Assistência Social que mencionam;

- 3136, encaminhando termos de convênio, firmados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com os Municípios/Fundos Municipais de Assistência Social que mencionam;

- 3137, encaminhando termos de convênio, firmados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com as entidades sociais que mencionam;

- 3138, encaminhando termos de convênio, firmados pelo Governo do Estado, através da

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com os Municípios/Fundos Municipais de Assistência Social que mencionam;

- 3139, encaminhando termo de convênio de cooperação, firmado pelo Governo do Estado, através do DER, com a Cidasc, sediada no Município de Florianópolis;

- 3140, encaminhando termos de rratificação a convênios, firmados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com os Municípios/Fundos Municipais de Assistência Social que mencionam;

- 3141, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde, gestora do Fundo Estadual de Saúde, com a Universidade Federal de Santa Catarina e sua Fundação de Amparo a Pesquisa e Extensão Universitária;

- 3142, encaminhando primeiros termos aditivos a convênios, firmados pelo Governo do Estado, através da Polícia Militar/Fumpom, com os Municípios que mencionam;

- 3143, encaminhando termos de convênios, firmados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com a interveniência do Fundo para Melhoria da Segurança Pública, com os Municípios que mencionam;

- 3144, encaminhando convênios de cooperação financeira, firmados pelo Governo do Estado e a Secretaria de Estado dos Transportes e Obras, através do Departamento de Transportes e Terminais – Deter, respectivamente com os Municípios de Governador Celso Ramos, Frei Rogério e Tubarão;

- 3145, encaminhando termos de convênio, firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde, gestora do Fundo Estadual de Saúde, com as entidades sociais que mencionam;

- 3146, encaminhando termos de convênio, firmados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, com os Municípios que mencionam;

- 3147, encaminhando segundos termos aditivos a convênios firmados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, com os Municípios que mencionam;

- 3148, encaminhando termos de convênios, todos firmados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde, com os Municípios que mencionam;

- 3149, encaminhando termos de convênios, firmados pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Estado de Governo e da Fazenda, com os Municípios que mencionam;

- 3150, encaminhando termos de convênios, firmados pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Estado de Governo e da Fazenda, com os Municípios que mencionam;

- 3151, encaminhando termos de convênios, todos firmados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde, gestora do Fundo Estadual de Saúde, com os Municípios que mencionam;

- 3152, encaminhando republicação do convênio ICMS nº 84/97, celebrada na 87ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz, realizada em Foz do Iguaçu;

- 3153, encaminhando convênio ICMS, celebrado na 35ª reunião extraordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz, realizada no Rio de Janeiro;

- 3169, encaminhando convênios ICMS, celebrados na 88ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz, realizada no Rio de Janeiro;

- 3170, encaminhando termo de convênio, fir-

mado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Fazenda, com a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários, sediada no Município de Catanduvas;

- 3171, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, gestora do Fundo para Melhoria da Segurança Pública, com a Fundação Educacional de Brusque – Febe;

- 3172, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Polícia Militar do Estado e a Secretaria de Estado da Segurança Pública, com a interveniência da Delegacia Geral da Polícia Civil, com o Município de Trombudo Central;

- 3173, encaminhando termo de convênio, celebrado entre o Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família e o Banco do Brasil S/A, celebrado entre a União, por intermédio do Programa Comunidade Solidária, e o Banco do Brasil S/A, com a interveniência da Fundação Banco do Brasil;

- 3174, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com a Cáritas Diocesana, sediada no Município de Lages.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Herbst) – Terminada a leitura do expediente, passaríamos às Breves Comunicações, mas, como já passamos das 15h, passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

O Sr. Deputado Odacir Zonta – Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Herbst) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Odacir Zonta.

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA – Gostaria de anunciar a presença honrosa do eminente Prefeito de Quilombo, Jucemar Toaza, que está neste Parlamento fazendo uma visita, ele que acompanha os demais Prefeitos nessa busca de solução para o impasse surgido com o Fundo de Estabilização Fiscal, mais especialmente com o Fundo de Desenvolvimento de Ensino Fundamental, transporte escolar, bem como de outros problemas que os afligem.

Quero registrar a presença do eminente Prefeito de Quilombo, Jucemar Toaza, do PTB.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Herbst) – Feito o registro, com a palavra o senhor Deputado João Henrique Blasi por até doze minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI – Senhor Presidente, gostaria de registrar que o tempo da tribuna hoje será partilhado com o Deputado Romildo Titon, novo Líder do Governo.

Quero ocupar-me, nesta oportunidade, da sanha ou da fúria privatizante que vem tomando conta deste País. E faço-o a partir de um documento que me chegou às mãos, subscrito, Deputado Carlito Merss, pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesa Telefônica do Estado de Santa Catarina.

É um documento substancioso, que revela a verdade dos fatos e que tem, pelo menos, que suscitar a inquietação deste Parlamento, que não pode permanecer inerte e inerte frente a esse atentado que está sendo perpetrado: a privatização da Telesc.

Aliás, por falar em privatização,

acompanhamos neste verão, nesses dias, o que está sucedendo na cidade do Rio de Janeiro, que inclusive foi objeto de um artigo do Deputado Carlito Merss, recentemente, no jornal A Notícia, visto que as duas empresas de energia elétrica que foram privatizadas a CERJ e a Light não têm tido condições de atender aquela cidade, e isso vem desmitificar aquele velho entendimento, aquele velho refrão de que a iniciativa privada é sempre mais competente do que o poder público.

Pois bem, voltando à situação da Telesc, o processo de privatização, lamentavelmente, já teve início com a cisão da empresa em duas, com a criação da Telesc/Celular, cuja Presidência, pasmem, eminentes Colegas, foi entregue a um cidadão de Mato Grosso do Sul.

Será que não existe um técnico competente em Santa Catarina, dos quadros da empresa, para tal missão? Será que não existe um político do escol do atual Presidente da empresa, Dr. Vitor Konder Reis, para comandar também a Telesc/Celular?

Eu penso que esta Casa precisa urgentemente pelo menos erguer a sua voz para dizer que não concorda, que não coonesto com esse tipo de situação, sobretudo porque estamos falando de uma empresa que sempre foi modelar, que sempre foi exemplo. E a lógica da privatização, no meu entendimento, remete-a para aqueles setores onde o Poder Público não vai bem, o que não é o caso da Telesc, sinônimo de excelência empresarial, que sempre foi uma das melhores do ranking de telefonia, se não do ranking geral das empresas estatais. E o que se verifica é que consumada essa tendência, que caminha a passos largos, logo-logo vamos perder esse grande instrumento colocado na mão do Poder Público, que vai ser repassado, a custo mínimo, à iniciativa privada.

Não podemos deixar de conceber que telefonia é qualidade de vida! E a partir do momento em que a Telesc tornar-se uma empresa privada, os serviços atendidos serão aqueles rentáveis, em detrimento daquela linha no mais recôndito rincão, é anti-econômica.

Por isso, fica, nesta oportunidade, a contar desse ofício do Sindicato dos servidores da Telesc, e essa minha inquietação e, sobretudo, essa minha chamada para que nós posamos, quem sabe, constituir uma Comissão, até mesmo a partir de uma das Comissões formais da Casa.

Alguma medida emergencial precisa ser adotada, pelo menos, para que amanhã não sejamos acusados de omissos ante tal situação, ante esse atentado ao patrimônio público.

O Sr. Deputado Carlito Merss - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Carlito Merss - Deputado João Henrique Blasi, eu fico feliz em ver no nosso terceiro dia, no retorno em 98, V.Exa. aproveitar o espaço do PMDB para tocar nesse assunto.

V.Exa., inclusive, fez menção a um artigo que fiz, indignado com o que tenho acompanhado não só na questão do Rio, que ficou mais público porque é uma cidade grande, é um Estado em que a mídia faz muito alarde dos atos governamentais. E temos clareza dessa posição que V.Exa. explicitou.

Claro que há setores, empresas, em que o Poder Público não tem que ter na sua mão, talvez, hotelaria, como ainda tem.

Agora, com certeza, em alguns setores não é possível!

Eu tenho dito sistematicamente nesses três anos, nesta Casa, que as nossas estatais estaduais, perto do que conhecemos de roubalheira, de problemas que as outras têm, são empresas excelentes! E digo isso com todas as letras! O Besc, que sempre foi utilizado politicamente, ainda consegue ser, apesar de tudo, um banco que até dá lucro! E a Telesc tem essa marca de qualidade.

Então, eu quero me solidarizar com o seu discurso. Eu também recebi, com indignação esse material provando realmente que o processo de privatização, a qualquer custo, está em curso. Eu acho que esta Casa não poderá ser omissa e, neste sentido, pode contar com a nossa Bancada.

Tenho certeza de que V.Exa. conseguirá convencer mais Deputados do PMDB, do PSDB, do PDT e espero que o PPB tenha também essa postura. Sei, ideologicamente, que o PPB tem noção da necessidade do Estado, tem isso no seu programa.

Espero que consigamos, nesta Casa, a maioria e que não permitamos que isso aconteça também em Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Agradeço ao Deputado Carlito Merss e antes de concluir gostaria de chamar atenção para um detalhe.

A Telesc sempre foi uma empresa lucrativa, e, hoje, paradoxalmente, já se verifica uma inquietação ante a eminente dispensa de servidores para "enxugar" o quadro funcional como medida preparatória à privatização.

Ora, se a Telesc, com o número atual de empregados é uma empresa lucrativa, que razão estaria a justificar esse possível desemprego, se todos nós sabemos que a maior chaga social que o País hoje vive, que Santa Catarina hoje vive, é exatamente a carência de empregos?

Por isso, temos, repito, que unir os nossos esforços, fazer ecoar a voz da Assembleia Legislativa no sentido de, ao menos, tentar impedir a consumação desse estado de coisas.

O Sr. Deputado Lício Silveira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Lício Silveira - Deputado João Henrique Blasi, nós, particularmente, e alguns Deputados desta Casa estamos lutando há muito tempo para a esse festival inadequado de privatizações, tanto a nível federal como a nível estadual.

Como V.Exa. está se atendo a nível federal, quero dizer a V.Exa. que durante esse recesso, tivemos inúmeras reuniões tratando da privatização da Eletrosul e da Telesc.

Com relação a Eletrosul ela também foi dividida em duas empresas, a Gerasul e a própria Eletrosul, uma cuidando da geração e a outra cuidando da transmissão.

A Gerasul vai ser privatizada. Nós conseguimos com uma série de ações (acionando o Fórum Catarinense e acionando os Senadores) protelar isso um pouco mais, em função das dúvidas que temos, uma vez que esse processo de privatização vem de goela abaixo. Não se discute com a sociedade! Não se tem coragem de discutir com a sociedade! Vem de goela abaixo sem um porquê, talvez calcado nos interesses de grandes capitais.

Como estamos vendo, eles estão tomando conta do setor energético, e ficamos preocupados, pois os prejuízos de Santa

Catarina com a privatização da Eletrosul serão inúmeros. Estamos com um relatório, pronto para discutir, mais uma vez, aqui na Assembleia, não só com a Eletrosul, mas principalmente com a Telesc.

A Telesc tem a parte sua dos telefones celulares passando para o Paraná. Até a diretoria dessa empresa vai ser composta no Paraná e não tem um catarinense. Um é do Mato Grosso e o outro nem sei de onde é. A Telesc está faturando uma média de setecentos e poucos milhões/ano, dos quais em torno de 35% se refere ao celular. Para onde é que vão esses recursos? Quem irá gerir esses recursos? Quais serão os prejuízos que o nosso Estado terá com a saída desse segmento para outro lugar?

Nós sabemos muito bem que nessa divisão de celular do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina quem perde é Santa Catarina, e esse Parlamento tem que tomar uma atitude, atitude não isolada, porque chega de ficar cabisbaixo a ações de cima para baixo, onde não temos, às vezes, nem coragem ou até ficamos constrangidos com a forma com que o processo vem sendo feito.

Eu não admito esse processo de privatização como está sendo feito no nosso Estado. É um absurdo! Vai trazer sérios prejuízos à economia do nosso Estado, não só nos aspectos econômicos, mas principalmente nos aspectos sociais, até pelos problemas que nós iremos ter não só na telefonia para os menos favorecidos como, também, problemas no setor energéticos para os menos favorecidos. E eu quero ver o capital privado ter a coragem de resolver esses problemas.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Agradeço a intervenção sempre veemente do Deputado Lício Silveira, reconheço sua atuação nessa causa, e, aliás, estivemos juntos em algumas oportunidades na Eletrosul, estivemos juntos igualmente na Procuradoria da República, presente também a Deputada Ideli Salvatti, na tentativa de impedir uma daquelas últimas assembleias da Eletrosul que deu ensejo à colimação do processo de privatização.

É importante que os demais Colegas se capacitem e venham a cerrar fileiras nessa campanha que, quero crer, visa, sobretudo, resgatar e manter o patrimônio público de Santa Catarina e do País.

Senhor Presidente, comunico que o Deputado Romildo Titon, declinou do horário remanescente, porque há um lapso temporal curto, e fará uso da palavra no horário de Explicação Pessoal.

Muito obrigado!

(COM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Herbst) - Ainda dentro do horário dos Partidos Políticos, o próximo espaço pertence ao PT.

Com a palavra o senhor Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Senhor Presidente e senhores Deputados, esse debate que está sendo construído nesta Casa, nesta tarde, anima-me a discutir a intervenção que pretendo fazer aqui.

O processo de privatização ora em curso no Brasil e em Santa Catarina revela toda uma lógica, todo um processo de construção da estabilização monetária no País, e graças a esse processo se mantém a estabilização monetária. Qual é o custo da estabilização monetária deste País? E aí, em segundo lugar, quem está sustentando esse processo de privatização e quem está possibilitando a destruição da própria soberania brasileira? Qual é o custo da estabilização monetária brasileira?

Só neste ano o Governo Federal vai privatizar 98 empresas para justamente arrecadar trinta e cinco bilhões, que servirão para o pagamento dos juros e serviços da dívida pública. Além dos trinta e sete bilhões já previstos no Orçamento da União para 1998, mais vinte bilhões para conseguir, só num ano, pagar cinquenta e sete bilhões em juros e serviços da dívida. Essa é uma primeira questão.

O custo da estabilização monetária é vender todo o patrimônio público que se construiu durante cinquenta, sessenta anos na história deste País. E isso não será só aqui, em Santa Catarina, vai ser no Paraná, no Rio Grande do Sul, em São Paulo, no País todo acontecerá o processo de privatização para fazer frente ao buraco, que é em função dos juros altos para estabilizar a moeda.

O Brasil está perdendo a soberania nacional para manter a estabilização monetária, está entregando o patrimônio, está entregando as empresas públicas. Mas é mais sério, Deputado Lício Silveira, eles estão entregando também, nesse processo de estabilização monetária, a nossa riqueza, o nosso solo, o nosso subsolo, quando desde a década de 30, desde Getúlio Vargas, que defendia a questão nacional do solo e subsolo, está se abrindo as fronteiras para que o solo e o subsolo também não sejam mais nacionais, para que se internacionalizem, que se entregue esse patrimônio nacional.

A agricultura também está se enfraquecendo e empobrecendo para manter a estabilidade monetária desse Plano Real. O aumento do desemprego e a manutenção do salário congelado mais de três anos também é fruto da manutenção da estabilidade monetária.

Graças à destruição de empregos, graças à destruição do nosso patrimônio público, graças à destruição da própria instituição pública, em função do endividamento público que, quando começou o Plano Real, eram cinquenta e seis bilhões, a dívida pública interna hoje já é de duzentos e setenta e nove bilhões. Em função disso se mantém a estabilidade monetária deste País.

Agora, quanto à questão política, senhores Deputados, não adianta nós dizermos que é o salário, que é o desemprego, que é a agricultura familiar, que é o endividamento público, que é a entrega do patrimônio público nacional, o solo e o subsolo, além das noventa e oito empresas públicas que serão privatizadas neste ano, que estão dando sustentação à estabilidade monetária.

Nós temos que ir mais fundo nisso. Quais as forças políticas que estão dando sustentação? Porque aqui é fácil fazer discurso contra a privatização da Eletrosul, contra a privatização da Casan. Agora, quem politicamente está dando sustentação a essa estabilidade monetária, a esse modelo de desenvolvimento construído nos últimos três anos neste País? Quais são os Partidos Políticos? Quais são as forças políticas que sustentam, que legitimam e que abençoam a destruição deste País enquanto soberania, com possibilidade de construir um País diferente?

Se destrói o patrimônio público com a legitimidade, porque não é possível imaginar que aqui no Estado façamos discurso contra as privatizações e, ao mesmo tempo, no Congresso Nacional essas mesmas forças políticas abençoam o processo de privatização, do desmonte da Eletrosul, do desmonte do BRDE e do desmonte das empresas estaduais do Estado de Santa Catarina.

É esse debate que temos que fazer aqui nesse início de ano, com o aumento da denominação social, o aumento da desesperança da classe trabalhadora, dos agricultores

e, mais ainda, a desesperança aumenta, porque se destrói o patrimônio público, destrói-se as empresas públicas e destrói-se a possibilidade de construir novas políticas públicas de geração de emprego, porque está se destruindo.

Eu tenho dito que o Brasil nos últimos anos tinha dois terrenos. É que nem uma família, porque na área rural, senhor Deputado Idelvino Furlanetto, é uma família que tem dois terrenos na cidade, a casa e um carro. No ano passado ele vendeu o terreno, nesse ano ele vai vender o carro e a mobília, e quem sabe até o final do ano que vem vende o terreno e a casa também.

Portanto, estão se desfazendo de tudo. Então, como pensar um País de futuro, quando perde a própria soberania de produzir políticas sobre as águas, quando qualquer navio de cabotagem pode trafegar? Quando um País perde o poder de produzir a sua política sobre o petróleo, quando abre possibilidade de ações ordinárias com direito a voto de qualquer capital estrangeiro comprar ações da Petrobrás, perde a soberania.

Um País que perde o poder de produzir a sua política sobre a moeda - porque o Brasil não tem mais moeda nacional como a Argentina, o México, é impossível pensar no Real -, se não estiver ancorado numa moeda estrangeira como o dólar, este País que perde o poder de produzir suas políticas públicas sobre as empresas públicas, na medida em que privatiza tudo, até nos setores estratégicos, que era ponto nevrálgico e central até há cinco anos, quando 70% da população era contra, como pensar o futuro desse País?

No início deste ano, nesta Casa Legislativa, nós não deveremos ter a responsabilidade ética, moral e política de fazer esse debate. Inclusive haverá senhores Deputados que dirão que são contra a privatização da Eletrosul, mas vão votar no Fernando Henrique para continuar o desmonte do País, o desmonte do futuro desta Nação.

É essa a responsabilidade que está colocada para nós, neste ano, como Deputados Estaduais, para fazer esse enfrentamento e dizer que este País tem futuro, sim, tem alternativa, tem potencialidade e tem possibilidade, mas não com essa hegemonia construída por esse Governo e pelos Partidos que estão dando sustentação a esse Governo federal.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Gostaria de dar uma contribuição ao pronunciamento de V.Exa., especialmente no que diz respeito à questão de privatizações. Ouvi há pouco o senhor Deputado Lício Silveira se manifestando, e tenho acompanhado no País as privatizações.

Eu sempre fui uma pessoa que entendi que privatizar a atividade pública sempre foi uma coisa salutar e positiva, porque quando o Poder Público é inoperante e preguiçoso, a iniciativa privada tem que agir, mas de um tempo para cá tenho refletido muito sobre isso e tenho tido como exemplo a privatização da Light.

Depois que a Light foi privatizada, o caos se estabeleceu em todo o Estado do Rio de Janeiro - uma verdadeira vergonha! E aqueles que hoje detêm as ações majoritárias, que são praticamente os donos da empresa, estão tendo lucros exuberantes em detrimento da população que está sendo mal atendida. Demitiram dois mil e seiscentos funcionários e

não tem mais funcionários para atender as necessidades da população.

Acho que não estamos preparados para privatizar, e quem compra não está preparado para atender as necessidades públicas. O assunto tem que ser amplamente debatido, e acho que estamos cometendo um grande erro neste País em querer privatizar tudo rapidamente, porque as privatizações no meu modo de entender têm que ser de uma maneira criteriosa e com tempo, para se poder ver os exemplos que estão ocorrendo.

Então, das empresas que foram privatizadas, algumas foram bem sucedidas nas operações, mas a maioria está sendo um desastre para a população brasileira.

Por isso, acho que temos que fazer coro num entendimento, num grande debate e não permitir que aconteça o que está acontecendo no País das privatizações inconseqüentes e prejudiciais à população.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Agradeço pelo seu aparte e quero concluir dizendo que a crise da Ásia revelou a crise do Real, revelou e denunciou a fragilidade da estabilidade monetária nacional. E para resolver o problema da crise e da fuga de capitais o Governo teve que dobrar os juros - já era uma taxa de 22.6%, os juros mais altos do mundo, estava próximo do México, com 19.5%, passou para 43%, e hoje está em 34.5% a taxa do Banco Central.

Engraçado, as bolsas, apesar da crise, Deputado Carlito Merss, renderam 44.78%, só que quando houve lucro não dividiram conosco, cidadãos comuns. Agora, vamos pagar a conta da crise, pois cada Deputado vai descontar mais R\$150,00 por mês, mais a taxa de imposto sobre combustível. Enfim, a média que vão tirar do meu bolso, referente a dias somente, serão R\$220,00, e para pagar o quê? Para gerar mais emprego, gerar mais saúde, mais agricultura? Não. É para tapar o buraco dos juros...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Herbst) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos seis minutos pertencem ao PDT.

Com a palavra o senhor Deputado Jaime Mantelli.

O SR. DEPUTADO JAIME MANTELLI - Senhor Presidente e senhores Deputados, quero aproveitar este espaço, já que não estamos presente na segunda e terça-feira, para cumprimentar a Presidência desta Casa pela maneira pacífica e tranqüila como transcorreu a transferência de cargo.

Gostaríamos também de fazer a nossa homenagem ao trabalho desenvolvido pelo ex-Presidente Francisco Küster e desejar ao eminente Deputado Neodi Saretta, que assumiu a Presidência, todo o êxito e todo o sucesso. Que Deus o ilumine para a condução da melhor forma possível dos trabalhos que este Poder têm a produzir para Santa Catarina.

Na esteira do assunto que está se debatendo nesta tribuna é importante ressaltar que o PDT é historicamente contrário a qualquer processo de privatização. E nós, evidentemente, não poderíamos deixar de nos manifestar, neste momento em que a questão começa a se colocar de forma relativamente concreta no Estado de Santa Catarina, sobre o processo de privatizações.

Nós entendemos que além dos assuntos aqui já abordados, aliás, muito bem abordados pelos Parlamentares que nos antecederam, é importante dizer que dentro dos poderes o pior deles é o poder econômico. E

nessa esteira, quanto maior o poder econômico mais influência ele vai ter sobre o Governo mínimo, que é a proposta básica do neoliberalismo, que se instala de maneira voraz no Brasil e por muitos países do mundo.

Dentro dessa conotação nós temos que num período muito próximo o poder econômico estará gestionando contra esse Estado mínimo, que vai ser tão pequeno que será incapaz de gerenciar qualquer ação social que venha buscar um benefício mais largo, mais direcionado à base da pirâmide social da nossa população.

Então, a nossa população também caminha nessa direção. Nós entendemos que a privatização não deve ser somente dirigida como uma questão do patrimônio social, mas ela deve ser também avaliada do ponto de vista do equilíbrio dos poderes, senão daqui a pouco teremos um Governo minoritário nessa questão do poder, na questão de alavancagem de ações, que acaba sendo engolido por um sistema econômico tão voraz, tão grandioso que ele acaba completamente impotente.

Então, a preocupação do PDT é essa, tem essa visão, pois entendemos que a questão do nacionalismo, em função do discurso pregado pelo neoliberalismo, que é a derrubada de todas as fronteiras, é um contrasenso para a necessidade das populações de cada País individualmente na medida em que vivemos experiências muito recentes, haja vista que uma crise da Bolsa num país da Ásia acabou se estendendo a vários países de vários continentes do mundo.

Por esta razão nós temos que resgatar de vez a defesa primeiramente do patrimônio nacional e, na seqüência, defender, sim, dentro do que se propõe, um Governo que quer efetivamente produzir ações e resultados sociais que vão buscar o resgate das dificuldades vividas pela sociedade, que mantenha, sim, uma estrutura de poder competente à altura de fazer frente a esta proposta de Governo mínimo, que vai se transformar também num Governo frágil.

Essa é a nossa avaliação, e fica o registro da nossa manifestação em nome do Partido Democrático Trabalhista pelo seu programa histórico de ser nacionalista e também defensor do patrimônio público da sociedade brasileira e catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Herbst) – Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos dezesseis minutos pertencem ao PPB.

Com a palavra o Líder do PPB, Deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI – Senhor Presidente e senhores Deputados, catarinenses presentes, gostaria inicialmente, em nome do PPB, de registrar a presença do Prefeito Toazzo, do ex-Prefeito de São Bento do Sul, Frank Bollmann, futuro Deputado Estadual pelo desejo dos eleitores do Planalto Norte, e do Presidente do PPB do Município de São Bento do Sul, Antônio Fuchner.

Antes de abordar a questão da educação, gostaria de me referir ao pronunciamento do Deputado Pedro Uczai, que se demonstrou preocupado com as repercussões dessas medidas privatizantes. Pode ter certeza S.Exa. que muitos Parlamentares desta Casa compartilham dessa mesma preocupação, principalmente com a privatização do setor energético e das telecomunicações.

O nobre Deputado se manifestou a respeito das atitudes com relação a alguns em nível federal. Parece-me que aí S.Exa. comete dois equívocos: o primeiro de se achar, como

Partido, o único preocupado com a questão, e o segundo de não entender que é salutar quando vários Partidos começam, mesmo que ainda não consigam repercutir esse seu desejo em nível nacional como unidade, a demonstrar suas preocupações.

Isso é parceria! Quisera eu ter a facilidade de conquistar para o meu princípio, para o meu ponto de vista, depoimentos de tribuna, porque eu corro o risco de, sistematicamente, ao questionar o procedimento de outros Partidos, começar a excluir esses Partidos da discussão que me interessa.

Então, era essa a manifestação, Deputado Pedro Uczai, que gostaria de deixar para dizer que é um equívoco exortarmos eventuais parceiros. E parece que é muito mais correto estimular o surgimento de novas parcerias gradativamente e que essa onda provinda de vários Estados se some para que nós tenhamos daqui a pouco, em nível nacional, uma posição mais forte, mais dura, mais intransigente a favor das questões nacionais, a favor das questões que nos preocupam.

O Sr. Deputado Pedro Uczai – V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI – Nobre Deputado, como V.Exa. foi citado, eu não poderia de nenhuma forma deixar de lhe conceder um aparte.

O Sr. Deputado Pedro Uczai – Acho que a parceria é fundamental, Deputado Eni Voltolini, e nós queremos alertar a sociedade para esse grande equívoco que estamos cometendo neste País nesse final de milênio.

Agora, contraditoriamente, ao apresentar e denunciar as formas políticas que dão sustentação ao Governo Federal, temos também que assumir a responsabilidade desse projeto do Governo Federal, a estabilização monetária e as custas do processo da própria privatização. São essas forças políticas que estão dando sustentação no Congresso majoritariamente. Então, se nós, no futuro, teremos a maioria aliada contra a privatização, não é essa a realidade hoje.

Portanto, se por um lado nós queremos sonhar que a maioria dos Deputados desta Casa, juntamente com suas forças político-partidárias, estadual e nacional, se contrapõem a essa lógica de destruição do patrimônio público nacional, nessa conjuntura e nesse momento atual os Partidos que dão sustentação ao FHC são os responsáveis pela destruição do patrimônio público.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI – Na verdade somos todos nós, porque não conseguimos até agora produzir uma proposta consistente que persuada a sociedade a abandonar a linha tradicional de questionamento da prestação de serviço público; não conseguimos que ela questione a própria prestação de serviço público que, em muitos pontos, é ineficaz e que, por conta disso, respalda o discurso até agora colocado: que a linha única é a privatização. Essa é a grande discussão que temos que travar.

Agora, quando o setor público comprovadamente presta serviços de qualidade, quando é eficiente, nós temos que ter a coragem para defendê-lo pontualmente onde ele é eficaz.

Senhores Deputados, nessa mesma direção eu quero falar de um outro serviço público, considerado até agora, ainda em grande parte, como responsabilidade do Estado como instituição. Refiro-me à educação. E eu vou resgatar uma carta datada de 27 de outubro do ano passado, assinada por vários professores do Colégio Estadual Conselheiro Mafra, no Município de Joinville, que aborda a preocupa-

ção com relação ao profissional da educação.

(Passa a ler)

“... Somos uma classe incansável na sua missão de educar; temos que buscar, com velocidade e habilidade, continuar educando frente a inúmeras mudanças.

Precisando de novas ferramentas, nós as forjamos nos mínimos detalhes, semelhante aquelas criadas em rascunho. Estamos sempre com nosso faro empoeirado de giz buscando novas formas de sucesso, em salas numerosas e nem sempre adequadas ao que nos propomos.

Para tudo que possa existir de positivo ou negativo em nossa profissão, nos tornamos relegados, solitários, esquecidos pela própria Justiça, sem reconhecimento, sem a valorização de pais, de governantes e outras vozes que se apercebam e ajam em prol do educador e da educação.

E quando citamos a necessidade de um olhar solidário aos mestres, não nos referimos às campanhas de material escolar, nem de merenda, nem de prédios, nem de informática, mapas ou veículos; disto o Estado dispõe para garantir o destaque educacional propalado nacionalmente, de uma escola legal e boa aos nossos alunos. A figura humana, que é o mestre, especialmente sua remuneração, não pode ser esquecida.

O que não podemos é suportar nossa miséria econômica, um mês após o outro, na esperança de que surjam iniciativas que nos beneficiem financeiramente, não por esmola, mas por mérito; não pela queixa, mas pela necessidade; não pelo descaço silencioso, mas pela justiça de remunerar bem uma classe trabalhadora tão importante para a sociedade, formadora de futuros líderes.

Qual será então a nossa responsabilidade? Qual a nossa atitude perante essa realidade? O que estará faltando para que sejamos bem remunerados, para que o Estado invista também no professor? Será que ainda falta mais alguma coisa? Enquanto trabalhamos, esperamos pela resposta.”

Pois bem, esta Casa, no ano passado, no mês de dezembro, pela inércia, pela inoperância do Poder Executivo deste Estado, decidiu, fruto de todos os seus Líderes, de todos os Partidos, apresentar dois projetos que buscam dar alguma resposta a esse tipo de carta: proporcionar a efetiva valorização do Magistério e tratar da distribuição justa da cota salário-educação, ou seja, implementar medidas práticas para que os alunos possam ter uma educação ampla, não a educação do aprender o português, a matemática, o inglês, mas a educação como cidadania.

E qual foi a atitude do nosso Governador? Vetar! Vetar porque o projeto não foi da sua origem, vetar porque o projeto não veio da Secretaria da Educação. Mas por que não veio, se insistentemente esta Casa passou o ano de 97 todo a cobrar, a falar, a exigir, a pedir que o Governador, através da Secretaria da Educação, remetesse a esta Casa os projetos para adequar a educação de Santa Catarina em conformidade com a Lei de Diretrizes e Base, em conformidade com os novos ditames da política educacional deste País? Mas isso não aconteceu.

Claro, era muito mais confortável poder dispor dos recursos do salário-educação e atender, de forma político-partidária, aos Municípios que melhor lhe conviesse. Quanto à educação, vão continuar a fazer discurso, vão continuar a falar que ela é importante. Enquanto isso, o Governador se referiu à Assembleia Legislativa como instituto de revanchismo quando veio aqui proferir a sua mensagem, tendo a coragem de nos afrontar, tendo a

coragem de trazer uma claque para lhe aplaudir, para tentar superar as vaías. O que nós assistimos aqui foi apenas uma disputa entre vaías e claque, como se isso aqui fosse fora para isso.

Nós viemos aqui para ouvir do senhor Governador a sua mensagem para 1998, e não para ouvir aplausos e vaías.

No entanto, nós continuamos a acreditar em Santa Catarina. Temos esse dever, temos essa responsabilidade e temos que pensar na educação de forma consistente. Por conta disso, estamos reunindo pessoas, estamos ouvindo educadores, Secretários municipais, Prefeitos, Vice-Prefeitos para saber o que se pode fazer melhor pela política educacional do Estado de Santa Catarina.

Se tivermos que derrubar veto, vamos tentar fazê-lo, vamos esperar que os Deputados que pela unanimidade votaram a favor desses projetos também por unanimidade derrubem os vetos. Porque não se trata de confronto, de queda de braço entre Legislativo e Executivo, como também não se trata de discutir se a hora/aula deve ser de 48 minutos ou de 60 minutos. O enfoque está errado. Nós queremos ter educação de qualidade e para isso nós precisamos rediscutir como a sociedade pode interferir nessa questão, como é que de fato a sociedade pode ingerir para que se tenha política educacional em Santa Catarina.

Será que não está na hora de estabelecermos avaliações de desempenho nas nossas escolas? Será que não está na hora de pegarmos os alunos da rede pública e submetermos esses alunos a avaliações para verificar o que de fato está sendo passado para eles? Ou será que eles estão apenas recebendo notas para passar de ano? Será que não está na hora de nós começarmos a definir qual é a escola que tem um melhor desempenho e qual a que não tem um bom desempenho, para que a sociedade, através de uma forma de acompanhamento, possa ter, daí sim, a ingerência sobre o sistema educacional?

Essas coisas nos interessam discutir, como também a grade curricular, como também questionar se a educação física deve ser substituída por alguma outra matéria. Mas será que adianta nós apenas discutirmos se a aula deve ser de 48 minutos ou de 60 minutos? Eu quero discutir o que os alunos estão aprendendo nas salas de aula também, quero discutir por que essa categoria profissional de educadores tem que continuar a viver marginalizada pelo seu baixo salário.

Será que então as escolas que tiverem melhor desempenho não deveriam receber a justa remuneração, através de gratificação adicional aos professores? Será que então os pais não vão querer seus filhos matriculados nas escolas que tiverem melhor desempenho? E isso não criará em cada Município uma discussão sobre a efetiva educação proporcionada na rede pública?

Eu quero tratar deste assunto não com leviandade, não apenas discutindo se o processo é ou não corporativo, porque o bom corporativismo deve ser perseguido. A pessoa que luta por aquilo que faz, que luta pelo seu trabalho, é uma pessoa que encara a sua profissão como importante, e precisamos tratar de educação como questão importante.

O Secretário João Matos deixou os representantes dos Municípios de Santa Catarina esperando e o Governador, que se diz municipalista, não atendeu a Fecam, que quis tratar de assuntos ligados à educação de Santa Catarina.

Espere que em 1998 a educação em

Santa Catarina, a partir do comportamento das pessoas, seja colocada no seu mais alto grau, para que possamos ter, aí, sim, a perspectiva de um Estado de qualidade, e não apenas para estar em outdoors, não apenas para estar em discursos. Que seja um Estado de qualidade efetiva, com menos propaganda, menos discurso e mais ação. É isso que o PPB deseja ver em 1998!

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Pois não!

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Nobre Deputado, todos os Prefeitos da Fecam e do Estado de Santa Catarina, nesta questão grave da educação, especialmente do salário-educação, do Fundão, do transporte dos alunos, vão encontrar a solução aqui na Assembléia Legislativa mais uma vez, não vão encontrar a solução no Governo do Estado nem na Secretaria da Educação, que desejam manipular todos esses recursos.

A Assembléia Legislativa, a partir de quarta-feira que vem, vai encontrar a solução para os Prefeitos, para as Prefeituras.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Herbst) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos quatorze minutos pertencem ao PFL.

Com a palavra o senhor Deputado Norberto Stroisch.

O SR. DEPUTADO NORBERTO STROISCH - Senhor Presidente e senhores Deputados, também venho a esta tribuna para tratar de um assunto que, infelizmente, nos traz decepção, tristeza e acima de tudo a convicção da insensibilidade do Governo do Estado para com alguns assuntos importantes às regiões de Santa Catarina.

Num primeiro momento, farei a leitura de uma matéria que foi registrada num jornal de circulação regional do Meio-Oeste catarinense, que diz o seguinte:

(Passa a ler)

"Cumpre-me denunciar fato extremamente deplorável. Em data de 10 do corrente, o ônibus da empresa Manfredi, em que eu viajava com esposa e filho, no trajeto Zortéa-Campos Novos parou e o motorista avisou: 'Vamos carregar lascões de pedra para tapar uns buracos aí em frente'.

Motorista e cobrador, por 20 minutos, encheram o porta-malas do ônibus com cerca de dois metros cúbicos de pedras e logo adiante pararam novamente, descarregaram as pedras dentro de um buraco enorme, no qual caberia o Governador Paulo Afonso e todo o seu Secretariado. Só então o ônibus, aos solavancos, passou.

Nesta estrada deverão transitar um milhão de sacas de soja, milho e outros cereais. Por ali deveriam transitar 360 mil frangos/dia" (porque seria o corredor de saída da Perdígão em direção aos portos, em direção ao litoral e às demais Unidades da Federação). "E, no entanto, essa importante estrada está nessa condição de abandono. Começada por Wilson Kleinübing, continuada por Konder Reis, paralisada por Paulo Afonso."

Esta matéria nos deixa realmente arrasados. Voltamos à era das pedras. Pedra sobre pedra, Deputado Idelvino Furlanetto, esta é a verdade!

Há uma insensibilidade do nosso Governo, e se é do Secretário dos Transportes, da direção do DER, não sei, mas então, se não elegeram como prioridade a continuidade das obras de pavimentação dessa rodovia, que

pelo menos dêem condições de trafegabilidade.

Ver o motorista e o cobrador de um ônibus carregar o porta-malas deste mesmo veículo com pedras para cobrir uma cratera eu realmente entendo que é o fim da picada! Isso é uma insensibilidade, é uma demonstração de que o cidadão catarinense está sendo desprezado por este Governo. Não tem outra definição.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NORBERTO STROISCH - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Norberto Stroisch, dizem que as coisas ruins que passam não devem ser recordadas, mas elas servem para parâmetros.

A nossa empresa, a Reunidas, iniciou suas atividades em Santa Catarina em 1950. Naquele tempo levava-se varejões, como barrotes, pá, picareta, correntões, cabo de aço. Em cada trecho tinha quatro, cinco juntas de boi, e quando chovia, os colonos já sabiam que tinham que emprestar os bois para puxar os ônibus.

E hoje, na virada do milênio, ainda temos em Santa Catarina, depois que o mundo todo está asfaltado, este tipo de episódio.

Esta estrada, Deputado Norberto Stroisch, é a famosa estrada Capinzal-Tupitinga, que vai dar acesso à BR-470. É uma estrada importantíssima para Santa Catarina. Tanto é importante que o Governador Kleinübing, tendo essa estrada constando no orçamento durante o seu mandato, licitou, iniciou as obras, foi feita terraplanagem, e quando este Governo, que nós lamentamos e os catarinenses lamentam, assumiu, ele simplesmente paralisou a obra, deixando-a à mercê do tempo.

O SR. DEPUTADO NORBERTO STROISCH - Não faz nem a manutenção?

O Sr. Deputado Reno Caramori - Não tem manutenção, não tem nada! A empresa Manfredi, que é uma empresa cuidadora e de renome, está enfrentando a situação. E não para por aí!

Muitas vezes usamos esta tribuna, desde 1991 já brigávamos por outras estradas, que também foram iniciadas pelo Governo Kleinübing, como a SC-302, que liga Caçador/Matos Costa/Porto União, que também não é diferente, Deputado Norberto Stroisch. Lá, um trator traçado de pneu não tira um ônibus do buraco. Não seriam as pedras nos bagageiros que completariam o buraco para dar passagem, mas o trator de esteira Komatsu 65-E, que lá está para rebocar os ônibus nos dias de chuva, para que possam transitar. E não são trechos de vinte ou trinta metros, os tratores de esteira rebocam os ônibus por centenas de metros, para transportar os passageiros.

E não paramos por aí, Deputado Norberto Stroisch. V.Exa., que é engenheiro do DER, que conhece as consequências, sabe das condições da estrada que liga Timbó Grande à BR-116, onde até morte de crianças houve. Inclusive, a televisão teve a oportunidade de mostrar ao mundo a morte de uma criança por falta de condições da ambulância transportá-la para onde houvesse melhores recursos.

E assim há tantas outras, como a de Água Doce/Hercíliopolis, que é outra obra paralisada por este Governo. Não daria para enumerar aqui as obras que foram paralisadas, pois vejo que o tempo é curto.

Lembrando do discurso do Governador quando esteve nesta Casa no início da abertura dos trabalhos, observei que ele não teve coragem de enumerar os

quilômetros de asfalto feitos por este Governo. Limitou-se a dizer: algumas centenas de estradas foram asfaltadas. E eu tenho o relatório oficial da Secretaria dos Transportes, solicitação feita pela Comissão de Transportes, informando-nos os quilômetros pavimentados. Não chega a duzentos quilômetros de rodovia pavimentada por este Governo!

Então, é lamentável que em plena virada do milênio uma empresa de ônibus como a Manfredi tenha que pedir paciência, benevolência aos passageiros para que o motorista e o cobrador interrompam o trajeto e coloquem pedras no bagageiro do ônibus a fim de tapar os buracos, para dar continuidade à viagem. Isto é uma vergonha!

O SR. DEPUTADO NORBERTO STROISCH – Deputado Reno Caramori, a manifestação de V.Exa. só serve para aumentar a nossa indignação sobre a realidade das nossas rodovias. Infelizmente temos de utilizar este espaço na tribuna para registrar essa insensibilidade do Governo do Estado com essas importantes questões de Santa Catarina.

Senhor Presidente e senhores Deputados, para encerrar, quero refazer o apelo, como fiz ao longo de 97 por inúmeras vezes, através de requerimentos e indicações, no sentido de que o Governo do Estado retome as obras dessas importantes rodovias. Que o Governo, de uma vez por todas, tome esta decisão, pois recursos para essa rodovia estão garantidos no Orçamento de 98.

Então, senhores Deputados, não existe justificativa para não dar continuidade às obras dessa importante rodovia do Meio-Oeste de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Herbst) – Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica a justificativa de ausência dos seguintes senhores Deputados: Leodegar Tiscoski, Gilson dos Santos, Herneus de Nadal e Júlio Teixeira.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Adelor Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente das Igrejas Evangélicas de Deus em Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, parabenizando a diretoria executiva e demais membros pelas comemorações relativas ao cinquentenário da instalação da convenção.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro da Fazenda, ao Presidente do Banco Central e aos Senadores catarinenses, solicitando a reversão na decisão do Conselho Monetário Nacional de transferir de Curitiba para Porto Alegre a jurisdição dos serviços do Banco Central relacionados aos processos e à tramitação de papéis dos exportadores.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Diretor-Presidente da Telesc, pedindo a instalação de telefones convencionais na localidade de Alto Perequê, Município de Porto Belo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Carlito Merse, solicitando a realização de audiência pública da Assembléia Legislativa, representada pelos integrantes da Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos, da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, da Comissão de Fiscalização, Controle e Eficácia Legislativa, com a participação de representantes do Governo do Estado, da Casan, da Fatma, da Prefeitura de Joinville, da Acij – Associação Comercial e Industrial de Joinville – e da Famjo – Associação dos Moradores de Joinville, na cidade de Joinville, com o objetivo de debater e propor soluções para a crise de abastecimento de água que afeta o Município.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Indicação de autoria do Deputado Reno Caramori, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Comandante Geral da Polícia Militar, solicitando a instalação de um Batalhão da Polícia Militar em Caçador.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Deputado Gervásio Maciel, a ser enviado ao Governador do Estado, solicitando dados sobre os terrenos de propriedade do Estado localizados em Rio do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Indicação de autoria do Deputado Eni Voltolini e outros senhores Deputados, a ser enviado ao Governador do Estado, referente a operações de circulação de mercadoria, apelando a revogação de decreto que tributa produtos da cesta básica.

Em discussão.

O Sr. Deputado Eni Voltolini – Pedimos a palavra, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Herbst) – Com a palavra o Deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI – Senhor Presidente, V.Exa. teve a gentileza de ler até na íntegra toda a nossa indicação, e nós gostaríamos muito que isto de fato não fosse apenas um requerimento, uma indicação. V.Exa. pode se aperceber da importância da decisão tomada bem ao final do ano passado, através de um decreto que o Governador assinou. Isto vai diretamente contra os interesses de muitas pessoas, principalmente daquelas que detêm uma condição de renda menor.

Eu peço a V.Exa. que represente o PMDB nesta Casa que busque sensibilizar o Governador porque nós podemos até aprovar esta indicação, pois normalmente esta Casa não tem sido arredia a aprovar requerimentos, indicações e pedidos de informação, mas muito pouca importância terá se desta indicação algo não vier para sanar o problema criado pelo decreto.

Então eu apelo, ao mesmo tempo que peço o voto dos Parlamentares para a aprovação desta indicação, que principalmente o PMDB, através das suas Lideranças, possa discutir com o Governador esta medida tomada ao final do ano de 97.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Herbst) – Senhor Deputado Eni Voltolini, esta também é uma preocupação deste Deputado e dos Deputados do PMDB. Com certeza queremos uma conversação também com o Secretário da Fazenda e o Governador do Estado.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Terminada a Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar, em primeiro lugar, o Deputado Adelor Vieira, por trinta minutos.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA – Senhor Presidente e senhores Deputados, eu gostaria de, neste horário, registrar que estamos dando entrada nesta Casa a um projeto de lei que altera o art. 1º da Lei nº 8.2095, que estabelece preferência no atendimento a determinadas pessoas.

A Lei nº 8.295 privilegia, quando pessoas idosas e deficientes necessitam dos préstimos nas repartições públicas, autarquias e fundações, e nós queremos estender isto aqui entre outras agências bancárias e hospitais, porque nós entendemos que naquela oportunidade, talvez por um lapso, ficaram essas pessoas de lado. E gostaríamos também que tivessem atendimento preferencial os aposentados por invalidez e, principalmente, as gestantes.

Nós vemos com frequência gestantes esperando em longas filas de atendimento nas agências bancárias, nos hospitais, nos laboratórios de análises clínicas e inclusive, infelizmente, nas nossas repartições públicas. Por isso tentamos corrigir este lapso alterando o art.1º e seus parágrafos para que se pudesse dar também as essas pessoas o atendimento preferencial.

Por outro lado, muito já se falou hoje nesta tribuna do atendimento que o Governo do Estado vem dando para algumas questões que são da maior importância para a sociedade catarinense.

Se nós retroagirmos alguns dias, a imprensa noticiou, e quero falar com particularidade da região de Joinville, que é a minha região, que o Centro Social Urbano do Itaum, sem dinheiro, fechará as portas.

A outra matéria diz que falta de verba ameaça centros sociais, quer dizer, os outros centros também, o do Costa e Silva, o centro social de Iririú, Deputado Eni Voltolini.

Então, naqueles dias foi um corre-corre danado para que esses centros sociais dessem conta do atendimento. Só o centro social de Iririú, em Joinville, atende aproximadamente quarenta mil pessoas por mês. É um

grande atendimento que é dado naquele centro social, e por pouco não cerrou suas portas, porque o Governo não efetuou o pagamento dos convênios que são celebrados entre essas entidades. É lamentável!

A diretoria desses centros sociais trabalha de graça, sem qualquer remuneração, tira do seu próprio bolso, muitas vezes, para pagar conta de água e luz, e a insensibilidade do Governo leva aquelas pessoas denodadas, voluntárias a desanimarem e a jogarem a toalha. Nós esperamos que o senhor Governador, o senhor Secretário de Estado da Família e os demais Secretários sejam sensíveis ao apelo da comunidade.

Esses centros sociais, se não me fuge a memória, foram obra do ex-Governador Antônio Carlos Konder Reis. São obras sociais que realmente deram um impulso nessa área tão carente da nossa sociedade e que vêm prestando um serviço inestimável, um serviço da maior importância na contribuição com as autoridades. E nós esperamos que isso seja solucionado, Deputado Eni Voltolini, e que realmente o Governo inclua também nos seus relatórios que não pagou os convênios dos centros sociais urbanos.

Como se isso não bastasse, nós temos em Joinville ainda a população revoltada com o atendimento da Casan. Nesta semana mesmo aconteceu uma importante reunião (há pouco ainda aprovamos um requerimento aqui neste sentido) sobre a falta de água em Joinville. E a manchete do jornal A Notícia de poucos dias atrás diz assim: "População volta a protestar contra a Casan, invade a administração regional da Casan e exige providências".

O Sr. Deputado Eni Voltolini - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Eu agradeço V.Exa., Deputado Adelor Vieira.

Quero apenas cumprimentá-lo pelo registro de preocupação com relação principalmente aos centros sociais. Eu sei que V.Exa. está acompanhando também esse processo. Nós modestamente também estamos buscando fazer a nossa parte. E no último contato mantido com o Silvestre Hawerth, lá do Centro Social Urbano do Itaum, ele informava, senhor Deputado, que ainda remanesce metade do valor devido àquele centro social. Quanto aos demais, a situação teria sido colocada em dia relativa ao ano de 97. Já no ano de 98 o mês de janeiro já está atrasado. Mas no ano de 97 o Centro Social Urbano do Itaum ainda tem para receber metade do valor devido pela Secretaria.

Espero que com o seu pronunciamento e com a atenção certamente do Deputado Líder do PMDB, que felizmente é de Joinville, nós possamos ofertar ao Centro Social Urbano do Itaum, ainda se possível nesta semana, o saldo que eles tanto precisam para colocar em dia a prestação do seu serviço.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Muito obrigado, Deputado Eni Voltolini.

Realmente nós todos esperamos que sejam saldados esses compromissos do convênio relativo a 1997 e que se assine o novo convênio para 98 e também possa se dar continuidade a essa obra da maior importância para o desenvolvimento social não só de Joinville, mas de todo o Estado de Santa Catarina, onde quer que exista um centro social urbano.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz

Herbst) - Com a palavra o próximo orador inscrito em Explicação Pessoal, Deputado Gilmar Knaesel, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Senhor Presidente e senhores Deputados, estamos dando entrada no dia de hoje a um projeto de lei que vem ao encontro ao momento que o País vive, um novo momento, quando está em vigor há pouco mais de um mês o novo Código Nacional de Trânsito, lei esta que em pouco tempo tem já trazido resultados satisfatórios, conforme as estatísticas já apresentadas pelos órgãos tanto a nível federal como a nível estadual no que se relaciona aos acidentes, mortes, enfim, a toda a problemática tão crucial que o País estava vivendo em relação ao trânsito.

Toda a sistemática do novo Código está baseada no aumento, no rigor maior das penalidades aplicadas, e vem buscar o que acontece nos países do Primeiro Mundo, onde através de multas pesadas procura-se disciplinar, ordenar os motoristas.

O exemplo mais significativo que aqui podemos comparar é dos Estados Unidos, onde as infrações de trânsito têm valores estipulados de 500 a 10.000 dólares. São valores altíssimos, mas isso tem trazido àquele País e aos do Primeiro Mundo resultados satisfatórios.

Como havia dito, no Brasil, com o novo Código, os primeiros resultados já estão aparecendo.

Numa idéia que tivemos, ficamos observando também o outro lado. Estamos penalizando o infrator, mas existe aquela pessoa que sempre respeitou as leis, que sempre foi um bom condutor, que sempre foi um motorista atento e que ao longo do tempo não vem sendo penalizado, não tem multa ou não tem infração. E essa pessoa necessita de um estímulo a mais. Afinal de contas estamos olhando apenas os maus motoristas.

Estamos dando entrada a um projeto de lei que visa, através de redução de IPVA, dar um desconto aos bons motoristas. O motorista que não cometer nenhuma infração no período de um ano, terá, no momento do licenciamento do seu automóvel, um desconto de 5% no seu IPVA no primeiro ano. E se ele em dois anos não cometer nenhuma infração, esse índice aumenta para 10%.

O IPVA, um imposto estadual, que é repartido com os Municípios, 50% da arrecadação fica com o Município e 50% para o Estado, não é o principal imposto, nem do Estado e nem do Município, mas é uma soma considerável. E esse índice de 5 a 10% de abatimento também não diminui por demais as finanças públicas, nem do Estado e nem dos Municípios.

Quanto à legalidade do projeto, tratando-se de um imposto estadual, é perfeitamente legal, cabendo à Assembleia Legislativa legislar sobre ele.

Entendo que essa matéria é correlata, vem ao encontro, ela vai ser um estímulo a mais para que essa neurose que atravessa o sistema brasileiro, a sistemática toda das leis do trânsito, venha ajudar para que o resultado seja ainda melhor.

Por exemplo, Santa Catarina, que ocupa o quarto lugar do País em acidentes, já tem na estatística passada duas mortes por dia somente nas BRs, não incluindo as rodovias estaduais. E eu acredito que até o final deste ano teremos uma redução muito grande desses dados.

Com esse projeto de lei tornando-se lei, com a aprovação desta Casa, eu tenho certeza, estaremos contribuindo ainda mais, não apenas este Deputado, mas toda a

Assembleia Legislativa, para que haja um estímulo a mais, para que o motorista se conscientize e volte a ter os mesmos padrões de Primeiro Mundo também na questão de acidentes de trânsito.

Não é possível mais, como já frisei, com essa neurose que está o nosso trânsito, várias e várias famílias sofrendo com a perda de parentes e amigos em acidentes. E esperamos com isso diminuir.

Eu tenho certeza de que esse projeto tramitará rapidamente nesta Casa. E se conseguirmos a aprovação, torna-se exemplo que poderá ser seguido por outros Estados da Federação.

Uma pequena nota no jornal de São Paulo a respeito desse assunto já mobilizou um Deputado de Minas Gerais, que ontem nos ligou e queria uma cópia do projeto de lei e que também irá apresentá-lo naquele Estado.

Com certeza, Deputado Wilson Wandall, outros Estados poderão também tomar como exemplo esse projeto e com isso termos, em breve, levado para outros Estados da Federação.

Encerro as minhas palavras.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Herbst) - Com a palavra, pela ordem, a senhora Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Eu gostaria de pedir a atenção dos Líderes dos Partidos que estão aqui presentes, Deputados Eni Voltolini, Carlito Merss, Sergio Silva e Wilson Wan-Dall.

No dia 8 de março será comemorado, mais uma vez, o Dia Internacional da Mulher. E neste ano o dia 8 de março cai num domingo. E nós, do Movimento das Mulheres Agricultoras e as entidades de mulheres do nosso Estado, estamos solicitando um acordo entre os Partidos Políticos para que no dia 9 de março possamos antecipar a Ordem do Dia, de tal forma que das 16 às 18h nós possamos realizar uma sessão pública, um ato público aqui no Plenário da Assembleia Legislativa envolvendo obviamente todos os Partidos com assento nesta Casa, mas também com a participação do Movimento das Mulheres Catarinenses.

Então, eu gostaria de pedir que os Líderes pudessem se pronunciar no sentido da viabilidade de nós anteciparmos a Ordem do Dia, inclusive já conversamos com o Deputado Eni Voltolini no sentido de suprimirmos as Breves Comunicações, proporcionalmente, e reduzirmos o horário dos Partidos Políticos para que a Ordem do Dia pudesse ser realizada a partir das 15h e, desta forma, às 16h pudéssemos realizar a atividade comemorativa ao Dia Internacional da Mulher.

Então, eu gostaria que o Presidente fizesse a consulta aos Líderes para esta deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Herbst) - A senhora gostaria que fizesse a consulta agora ou na reunião dos Líderes?

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Haverá reunião dos Líderes?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Herbst) - Deverá haver, senhora Deputada.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Senhor Presidente, eu não sei como é que serão as atividades amanhã, mas eu tenho um pouco de receio. Semana que vem é Carnaval e teremos problemas com o quórum e na próxima semana já é o dia 9. Então, ficaríamos com um prazo muito exiguo para organizarmos,

efetuarmos os convites e organizarmos as atividades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Herbst) – Vamos fazer a proposição agora.

Os senhores Líderes que não aceitam esta sugestão que se manifestem.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL – O PFL é a favor, porque no ano passado, sem dúvida nenhuma, foi uma sessão muito bonita, Deputada. A mulher catarinense merece mais uma sessão solene.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI – O PPB entende que se for preservado, mesmo que proporcionalmente, o horário dos Partidos Políticos, não há restrição.

Já tive a oportunidade de ofertar esta sugestão para a Deputada Ideli Salvatti, propondo que talvez o horário das Breves Comunicações pudesse ser suprimido e que ao menos pudéssemos ter proporcionalmente metade do horário dos Partidos Políticos, dando assim tranquilamente para chegarmos ao horário desejado para iniciarmos a sessão especial.

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA – Senhor Presidente, estou de acordo.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Eu também estou de acordo, senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO – Estou de acordo, senhor Presidente.

O Sr. Deputado Sergio Silva – Senhor Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Herbst) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Sergio Silva.

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA – Senhor Presidente, é claro que em respeito às mulheres do nosso gabinete e dos demais gabinetes que não foram ouvidas, o que deveria ter sido, respeitando a opinião da Deputada Ideli Salvatti e tendo certeza que as mulheres dos nossos gabinetes concordam com esta manifestação, é claro que nós vamos acolher a proposição da Deputada Ideli Salvatti.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Herbst) – A assessoria da Mesa vai tomar as devidas providências para que assim se proceda.

Ainda em Explicação Pessoal, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Carlito Merss, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Senhor Presidente e senhores Deputados, gostaria de aproveitar estes pequenos minutos para registrar uma audiência que aconteceu nesta Casa, às 14h, entre professores, alunos e mestrandos da Universidade Federal de Santa Catarina, da Udesc e também representantes da Unoesc, que junto à Assembléia Legislativa vieram pedir ajuda para que pudessem, Deputados João Henrique Blasi e Sergio Silva, reverter mais um daqueles quadros que nós consideramos lastimáveis.

No final do ano passado, quando do Pacote 51 do senhor Fernando Henrique Cardoso, com certeza, a área social foi a mais atingida.

Nós procuramos entender todas as medidas e sabíamos de antemão que a Saúde, a Educação e a Agricultura foram as mais atingidas porque a lógica deste Governo é atender os banqueiros, pagar os juros e os agiotas internacionais.

Agora, no início do ano, nós começamos a perceber na prática os prejuízos que algumas daquelas medidas estão trazendo aos brasileiros. E especificamente essa demanda trazida pelos professores e alunos realmente

me deixaram muito preocupado.

Segundo informação oficial do Ministro da Educação Paulo Renato de Souza e do setor governamental do Presidente Fernando Henrique Cardoso, para economizar cerca de 14 milhões no Brasil, praticamente se quebraram ao meio todos os projetos de pesquisa e extensão a nível de pós-graduação, de mestrado e, principalmente, por causa de medidas drásticas, segundo documento trazido aqui pelos professores, impostas pela Capes – Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior. Porque tem um programa que funciona no Brasil há mais de vinte anos, que é o Programa Especial de Treinamento, o PET, que, na verdade, possibilita a muitos alunos, inclusive da graduação, poderem ter cursos através de bolsas, e trabalho específico nos seus cursos para aperfeiçoamento.

No texto, inclusive, os professores colocam da seguinte forma:

(Passa a ler)

“O Governo vem investindo no programa PET, que é esse programa especial de treinamento, desde 1979 e, segundo avaliação da própria agência Capes, é ‘inegável o sucesso do programa. Sua fama já atravessou as fronteiras do País e é conhecido na América Latina, Canadá e vários países da Europa. A divulgação do PET tem despertado elogios na comunidade científica internacional na área de criatividade, que vem ressaltando iniciativa do Governo em apoiar um programa dessa natureza’.

Entre as medidas apresentadas pela Capes, as mais preocupantes são a redução de 50% no número de bolsistas e a extinção das duas bolsas de mestrado fornecidas aos integrantes do grupo. E, de acordo com o boletim econômico Forprop, a Capes, com isso, vai economizar apenas 1,3% de seu orçamento.

Com base no exposto acima questionamos por que prejudicar de forma tão brusca um programa que vem dando certo? Seriam essas medidas temporárias, ou, na verdade, representam um primeiro passo rumo à extinção total do programa?

Sendo assim, vimos pedir a V.Exa., caso simpatize com a causa, empenho pessoal na luta contra essas medidas da Capes, pois as mesmas, sem dúvida nenhuma, colocam em jogo o futuro do ensino superior de qualidade no País. Sugerimos que envie sua impressão sobre o assunto ao Ministro da Educação Paulo Renato de Souza, bem como ao senhor Abílio Afonso Baeta Neves, atual Presidente da Capes.”

Neste sentido, gostaria de aproveitar esses minutos para alertar sobre mais um desmonte que este Governo tem feito. Como iniciamos hoje a nossa reunião discutindo a questão das privatizações, principalmente o que estamos acompanhando a nível da Celesc, da Eletrosul e da Telesc, esse verdadeiro desmonte da escola pública, o que me deixa mais angustiado e mais entristecido, Deputado Eni Voltolini, é que essas medidas foram tomadas pela equipe econômica, e até onde eu sei, de início Paulo Renato tentou em alguns setores como, por exemplo, no setor primário, na pré-escola, na questão da merenda escolar, reduzir um pouco o massacre e o corte drástico das verbas. Mas nessa área parece que o Ministro Paulo Renato não teve muita força.

Os dois principais vilões que decidiram por esses cortes foram o Presidente da República, senhor Fernando Henrique Cardoso,

e o Ministro da Fazenda, senhor Antônio Kandir, que por coincidência, senhor Deputado Eni Voltolini, o Presidente da República viveu boa parte da sua vida acadêmica utilizando bolsas tanto da Capes como do CNPq. O Ministro da Fazenda eu o conheço porque tive o privilégio de estudar na Unicamp, onde ele é doutor e praticamente passou dez ou doze anos da sua vida estudando com bolsas de estudo federais.

É isso que mais me intriga e me deixa até com raiva, essa lógica perversa desses atuais detentores de mandatos, do Poder, que sempre se utilizaram do dinheiro público para estudarem e serem o que são hoje na vida, mas que tomam medidas como essa que na prática não reduzem despesas nenhuma. Isso que é mais grave, porque não é 3% do orçamento que vai resolver o problema da nossa dívida interna e externa, prejudicando programas que são reconhecidos a nível internacional.

Então nós, juntamente com o Presidente Neodi Saretta, Deputado Luiz Herbst, conseguimos trazer aqui para audiência o professor Jacó Anderle, que é o Presidente do MEC do Estado, colocando-nos enquanto Poder Legislativo favoráveis a essas condições que envolvem alunos e professores da Universidade Federal, da Udesc e da Unoesc, senhor Deputado Pedro Uczai, para que possamos reverter isso.

A princípio um pedido de conseguir o mais rápido possível uma audiência com o Ministro Paulo Renato ou com o senhor Abílio Afonso Baeta Neves, que é o atual Presidente da Fundação Capes, para ver se revertermos isso, porque não é possível que programas de qualidade na área da pesquisa e extensão sejam simplesmente eliminados por medidas administrativas burras, que na verdade não resolvem problema nenhum.

É no dia-a-dia que nós estamos vendo o resultado dessas medidas absurdas que foram tomadas no final do ano passado e tenho certeza que contarei com o apoio de todos os senhores Deputados, a fim de não permitamos que essa injustiça seja cometida.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Herbst) – Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, passaremos à pauta da Ordem do Dia de amanhã, 19 de fevereiro: Requerimento nº 007, de autoria do senhor Deputado Carlito Merss, Requerimento nº 008, de autoria do senhor Deputado Onofre Santo Agostini, Requerimento nº 009, de autoria do senhor Deputado Ivan Ranzolin, Requerimento nº 010, de autoria do senhor Deputado Romildo Titon e Pedido de Informação de autoria da Bancada do PPB, endereçado ao Secretário da Agricultura, solicitando informações sobre a compra de equipamentos para poços artesanais adquiridos pela Cidasc.

Antes de encerrar a presente sessão, convocamos outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 003ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 19 DE FEVEREIRO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO LUIZ HERBST

Às nove horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Afonso Spaniol - Carlito Merss - Ciro Roza - Eni Voltolini - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Hans Fritsche - Ivan Ranzolin - Jaime Mantelli - Jorginho Mello - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Olices Santini - Paulo Vidal - Pedro Bittencourt - Reno Caramori - Udo Wagner.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Herbst) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Secretário "ad hoc", Deputado Jaime Mantelli, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(E lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Secretário "ad hoc", Deputado Jaime Mantelli, que proceda à leitura do expediente.

O SR. SECRETÁRIO "AD HOC" (Deputado Jaime Mantelli) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente: MENSAGENS DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DE N.ºS:

- 3175, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Polícia Militar/Corpo de Bombeiros, com o Município de Pinhalzinho;

- 3176, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Polícia Militar do Estado, com o Município de Vargem Bonita;

- 3177, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com a Associação de Voluntários do Hospital Infantil Joana de Gusmão, sediada no Município de Florianópolis;

- 3178, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania e a Codesc, com sede no Município de Florianópolis, visando a implantação do Programa do Centro de Atendimento a Víctima de Crime - Cevic;

- 3179, encaminhando segundos termos aditivos a convênios, firmados pelo Governo do Estado, através da Polícia Militar do Estado, com a Infraero, sediada no Município de Porto Alegre, com os Municípios que menciona;

- 3180, encaminhando segundo termo aditivo a convênios, firmado pelo Governo do Estado, através da Polícia Militar do Estado e a Secretaria de Estado da Segurança Pública, com a intervenção da Delegacia Geral da Polícia Civil e o Município de Laguna;

- 3181, encaminhando primeiro termo aditivo a convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da DER, e a Associação dos Servidores do DER-SC/Asder, sediada no Município de Florianópolis;

- 3182, encaminhando primeiro termo aditivo a convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Fazenda, com o Município de Capão Alto;

- 3183, encaminhando primeiro termo aditivo a convênio, firmado pelo Governo do Estado,

através da Polícia Militar do Estado, com o Município de Paraíso;

- 3184, encaminhando termos de convênio, firmados pelo Governo do Estado, através da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, com as entidades sociais que mencionam;

- 3185, encaminhando termos de convênio, firmados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, a Epagri, a Cidasc, com os Municípios que menciona, objetivando a execução do Projeto Catarinense de Desenvolvimento Florestal;

- 3186, encaminhando termos de convênio, firmados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com os Fundos Municipais de Assistência Social dos Municípios que menciona;

- 3187, encaminhando termos de cessão de uso, firmados pelo Governo do Estado, através da Polícia Militar do Estado, com os Municípios de São Bento do Sul e Curitiba, respectivamente;

- 3188, encaminhando termos de convênio firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com os Fundos Municipais de Assistência Social dos Municípios que menciona;

- 3189, encaminhando termos de convênio firmados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com os Fundos Municipais de Assistência Social dos Municípios que menciona;

- 3190, encaminhando segundos termos aditivos a convênios e terceiros termos aditivos a convênios, todos firmados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, com os Municípios que mencionam;

- 3191, encaminhando termo de convênio, firmados pelo Governo do Estado, através da Polícia Militar do Estado, gestora do Fumpom, com a Fapeu, sediada no Município de Florianópolis;

- 3192, encaminhando segundos, primeiro e terceiro termos aditivos a convênios, todos firmados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, com os Municípios que menciona;

- 3193, encaminhando termos de convênio firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com os Fundos Municipais de Assistência Social dos Municípios que menciona.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Herbst) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, o pri-

meiro horário pertence ao PT, por nove minutos.

(Pausa)

Não havendo oradores do PT que queira fazer uso da palavra, passaremos ao horário reservado ao PSDB, por seis minutos.

Consultamos os senhores Deputados do PSDB para saber quem fará uso da palavra.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, passaremos ao PPB, por dezoito minutos.

Com a palavra o senhor Deputado Reno Caramori, por dezoito minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Senhor Presidente, vou dividir o tempo com o Deputado Eni Voltolini.

Senhor Presidente e senhores Deputados, nós, neste período de recesso tivemos a oportunidade de manter contato com as mais diversas camadas sociais da nossa região e de grande parte do Estado de Santa Catarina.

Buscamos junto a órgãos governamentais, buscamos junto a entidades não-governamentais, a clubes de serviço, a conselhos comunitários, a associações de bairros, a associações comerciais e industriais de alguns Municípios, a CDLS, num questionamento franco, aberto, preocupados acima de tudo com a situação do Estado de Santa Catarina, num clima de alto nível, sem paixões políticas - até porque faziam parte desses grupos pessoas de responsabilidade, de gabarito moral -, uma avaliação da situação por que passou o Estado de Santa Catarina no ano que findou.

Deputado Eni Voltolini, colhemos depoimentos de várias pessoas, de militantes políticos antigos, de jovens, de senhoras, de jovens do sexo feminino, do sexo masculino, buscando opiniões sobre o comportamento do Governo, sobre o comportamento do Parlamento catarinense e procuramos fazer uma análise, juntamente com essas pessoas, de tudo o que sucedeu nesse ano.

É pior do que o El Niño o que está acontecendo no Rio e em São Paulo. E as catástrofes que estão acontecendo lá aconteceram aqui em Santa Catarina com o processo da famosa fabricação dos precatórios, do ajeitado de documentação falsa. Eu digo isso, porque foi a opinião que colhemos.

Todos queriam saber como é que o Governo conseguiu falsificar esses documentos junto ao Tribunal de Justiça.

Então, nós procuramos, através de documentos comprobatórios, de notas jornalísticas, mostrar aos cidadãos catarinenses que realmente o episódio das Letras foi forjado, foi falsificado e que as Letras foram colocadas no mercado pagando um ágio e uma comissão que perfizeram um valor de cento e vinte milhões de reais que sumiram, esvaíram-se, foram distribuídos por aí - dinheiro do povo catarinense!

Deputado Gilson dos Santos, não foi fácil fazer com que essas pessoas entendessem. Eu até levei mais de uma dezena de volumes do livro "Escândalo das Letras", de

autoria do renomado jornalista Moacir Pereira, com uma coletânea de outros colegas jornalistas que o auxiliaram na composição desse documentário, e mostrava às pessoas para que acompanhassem todo o processo de impeachment, todo o processo das Letras, do envolvimento de diversos bancos, das pessoas do Governo que aí está, as quais se envolveram nesse processo. E lá discutimos.

Senhores Deputados, V.Exas. podem imaginar a indignação dessas pessoas quando analisavam e viam os documentos - e aí entra o nosso Parlamento, onde no episódio houve a libertação (assim podemos dizer) do Chefe do Poder Executivo, quando na segunda votação recebeu a sua isenção de responsabilidade, ou: não nos foi permitido afastar este Governo, através do processo de impeachment, para que a Assembléia e os órgãos competentes pudessem analisar o rombo que ele deixou nos cofres públicos de Santa Catarina, em detrimento a tantas necessidades que a nossa população está carente na área da educação, da segurança, da saúde, do transporte, da tecnologia.

Na área da geração de emprego, outros Estados buscam a oportunidade de emprego, através inclusive de obras rodoviárias, as quais empregam um volume bastante grande de pessoas não qualificadas, de pessoas do serviço braçal. E aqui, na área da construção civil, aí está a Cohab num caos, um órgão do Estado literalmente falido.

Até nos chamou a atenção, Deputado Afonso Spaniol, quando o Governo aqui prestava conta dos seus atos, no início desta Legislatura, numa propaganda até enganosa, através desta tribuna, onde dizia que fez um atendimento na área da habitação a 35.000 famílias. É obvio que ele deve ter computado uma patente de fundo de quintal como uma obra grandiosa deste Governo. Porque efetivamente para a família catarinense não passaram de 3.000 unidades que foram executadas pela Cohab.

Observem bem, senhores Parlamentares, busquem as informações, se assim o duvidarem, mas não passam de 3.000 unidades de residências propriamente ditas para a nossa população - do BNH, administrado pela Cohab, esse órgão que este Governo faluiu.

Temos algumas habitações também que foram financiadas pelo Banco do Estado, financiadas pelo processo de habitação, com famílias que já tinham em sua posse um terreno e financiaram somente a benfeitoria, a casa propriamente dita. Temos outras em convênio com outros órgãos, num repasse do Besc. Mas ele mentia mais uma vez ao povo catarinense descaradamente.

Senhores Deputados, isso eu não vou admitir nunca, porque na nossa formação, na nossa educação nos foi legado pelo nosso antecessor, pelos nossos avós, pelos nossos pais, que a mentira é a coisa mais horrível que pode existir. E não se admite que um gerente de uma empresa tão grande, como é o Estado de Santa Catarina, tenha a capacidade de vir a um Parlamento menosprezar, debochar.

Ele veio aqui debochar de um Parlamento constituído por todos os Partidos, onde detém sua representação através de seu Deputado. Mentiu para a imprensa e para a galera que aqui estava, muito deles convocados para vir a este Plenário para aplaudi-lo, e ele jogando beijinhos para a sua esposa, acenando para a galera que batia palmas.

Interrompia até o seu discurso, porque era vazio, e as palmas, os gritos, eram bem maiores do que as vaias de alguns que estavam tentando mostrar que não era verdade aquilo que era pronunciado naquele ato aqui.

Deputado Jaime Mantelli, isso envergonha o Parlamento de Santa Catarina, porque o respeito que temos com o Poder Executivo é muito maior do que a sua atuação, mesmo neste Plenário. Aqui é a Casa do Povo e não podemos admitir que uma autoridade maior, que uma pessoa que exerça um cargo majoritário como o Governo, como o gerente desta grande empresa, que é o Estado de Santa Catarina, venha a um Parlamento tentar fazer uma propaganda enganosa.

No jornal A Notícia do dia de ontem o Governador disse que aplicou R\$4.000.000,00 no aeroporto de Caçador. Tãmanha e deslavada mentira, porque lá está aplicada uma grande quantidade de reais oriunda do Ministério da Aeronáutica. Foi um projeto elaborado quando Antônio Carlos Konder Reis assumiu a função de Governador, quando da renúncia de Kleinübing para concorrer ao Senado, através de uma indicação deste Deputado, para que o aeroporto de Caçador fosse incluído no plano dos aeródromos que deveriam receber benefícios no Estado de Santa Catarina, como o de Lages, o de Forquilha, o de Blumenau e outros.

Ontem ele teve a deslavada coragem de dizer no jornal A Notícia que o Governo do Estado aplicou R\$4.000.000,00. Não aplicou sequer, se não me falha a memória, R\$700.000,00, o restante é do Governo Federal e da Associação Comercial de Caçador, através de uma coleta que fez com as empresas de Caçador.

Este Governo mente por escrito! Vamos tentar fazer com que ele se retrate, porque o povo de Santa Catarina não tem a menor obrigação de escutar ou de ler mentiras!

Nobres Deputados, nesta nossa caminhada durante o recesso, buscamos a opinião da classe política, da classe empresarial e da classe comunitária e não encontramos, em momento algum, alguém que aprovasse a atitude do Governador neste ano de 1997. Houve muita balbúrdia, houve muito desmando no Estado de Santa Catarina!

O Sr. Deputado Eni Voltolini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Nobre Deputado, é lamentável ter que vir à tribuna para rebater este conjunto, eu não diria de mentiras, mas de informações enganosas que se tentou passar a Santa Catarina, porque, afinal, era uma mensagem oficial do Governador de Santa Catarina, que representa os catarinenses, os Deputados Estaduais.

Esta é uma estratégia que já foi seguida em outras oportunidades pelo mesmo Governador quando tentava falar de golpe (V.Exa. deve lembrar disso), quando tentava dizer que o PPB e as forças de oposição estavam tentando golpear um Governo democrático que estava realizando obras.

Na verdade, o grande golpe veio do seu próprio Partido, que não o apoiou para ser conduzido à reeleição. O grande golpe no Governador Paulo Afonso foi dado pelos seus próprios pares, as mesmas pessoas que vieram aqui tentar quebrar vidros para lhe defender. Logo em seguida, uns se lançaram candidatos e outros se juntaram a Eduardo Pinho Moreira, contra Paulo Afonso. O verdadeiro golpe contra Paulo Afonso quem deu foi o próprio PMDB!

Ele veio até aqui para dizer que está realizando obras, mas se nós não fizermos o esclarecimento da verdade, vai passar a informação que ele nos deu como se fosse a verdade.

Lamentavelmente, ao invés de estarmos aqui discutindo questões outras, como política educacional, segurança pública e atendimento à saúde pública em Santa Catarina, temos que, primeiro, corrigir a informação (e é o que V.Exa. está fazendo), para que possamos, em cima da verdade, construir um Estado de verdade, porque senão vamos fazer de conta que estamos fazendo política em Santa Catarina.

É lamentável mais uma vez termos que gastar nosso tempo para tentar resgatar a verdade!

Cumprimento V.Exa.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Deputado Eni Voltolini, incorporo sua observação ao meu pronunciamento, e vou mais longe ainda.

Quando ele falava da área do transporte, de pavimentação de rodovias, era uma blasfêmia! O que ele disse aqui não passa de uma blasfêmia contra o povo de Santa Catarina! Dizer que fez centenas e centenas de quilômetros de rodovias pavimentadas! Estão aí as notas taquigráficas, que podem comprovar.

Na realidade, não chega a duas centenas sequer! Foram centenas e centenas de quilômetros de perdas, isso sim. Este Governo perdeu o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento por não ter cumprido as cláusulas contratuais, ou por não ter iniciado as obras em tempo hábil, de acordo com a formulação e a exigência daquele banco. Perdemos, só para enumerar algumas, a estrada de Timbó Grande-BR-116, Município este que detém inúmeras empresas de grande porte e que hoje estão praticamente com suas atividades paralisadas, porque não têm condições de transportar a matéria-prima, muito menos o produto manufaturado.

Nós temos a rodovia que liga Caçador, Calmon, Matos Costa, Porto União, a Estrada da Amizade, uma estrada importantíssima para Santa Catarina. Também este Governo perdeu o contrato do Banco Interamericano de Desenvolvimento por não ter cumprido as cláusulas contratuais.

Temos a estrada de Água Doce, Hercíliopolis, BR-153, também na nossa região, e perdemos o contrato. E assim há outras tantas no Estado de Santa Catarina, Deputado Eni Voltolini, que também perdemos o contrato.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - O acesso a Itapoá é uma delas. Hoje o Município de Itapoá está tendo que fazer uma tomada de recursos entre os seus próprios moradores, através de um carnê de contribuição, para fazer o seu asfalto.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Perfeitamente!

Nós estivemos com a nossa Bancada suprapartidária no Município de Itapoá verificando "in loco" a situação em que se encontra aquele Município. E há tantos outros, Deputado Eni Voltolini, são em número de dez os Municípios que perderam o contrato, que perderam o financiamento com o Banco Interamericano por falta de vontade política e por falta de capacidade gerencial deste Governo.

Ontem aqui, o Deputado Norberto Strosch nos mostrava uma correspondência que recebeu de um passageiro da empresa de ônibus Manfredi, que transitou pela linha

Capinzal-Campos Novos, pela famosa estrada de Capinzal-Tupitinga, BR-470, onde o Governo Kleinübing iniciou a obra e deixou-a praticamente com toda a infra-estrutura e terraplanagem prontas, mas este Governo não deu prosseguimento.

O ônibus teve que encher o bagageiro com pedras para tapar os buracos na estrada e poder passar, levar os passageiros até o seu destino.

É lamentável que isso ocorra em Santa Catarina! Por outro lado, mais lamentável ainda é vermos um Governo vir a esta tribuna...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Herbst) – Ainda, dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo horário está destinado ao PFL.

Com a palavra o senhor Deputado Pedro Bittencourt, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT – Senhor Presidente em exercício nesta sessão, Deputado Luiz Herbst, senhores Deputados, senhores da imprensa e companheiros da Assembléia Legislativa, é uma satisfação poder retornar às atividades parlamentares nesta 4ª Sessão Legislativa da 13ª Legislatura, que foi instalada oficial e solenemente na última segunda-feira, quando esta Casa, cumprindo os dispositivos constitucionais e regimentais, recebeu o Chefe do Poder Executivo para a apresentação de sua mensagem à Assembléia Legislativa e, por extensão, ao povo catarinense, das ações desenvolvidas ao longo do último ano e das programações havidas para o ano de 98.

Muito já se discorreu nesta tribuna, após a citada sessão solene, a respeito desse pronunciamento e creio ser indispensáveis outros comentários.

Não seria prudente afirmar que os comentários ocorridos até este instante não contém, na grande maioria, a verdade a respeito da mensagem lida nesta Casa pelo senhor Governador. Contudo, creio que também aos senhores se deve, neste instante, a preocupação de relatar atos, fatos e atividades que foram, de parte de cada um dos senhores Deputados Estaduais, objeto de suas preocupações, em especial durante o período do recesso parlamentar.

É por esta circunstância e razão que assomamos à tribuna desta Casa nesta manhã para também fazer um relato sobre as atividades que procuramos desenvolver durante esses praticamente dois meses em que estivemos afastados da lida do dia-a-dia do Parlamento de Santa Catarina, no cumprimento do nosso recesso parlamentar.

Senhor Presidente e senhores Deputados, dentre as ações que procurei desenvolver durante o mês de janeiro, em especial quero aqui destacar, com muito prazer, o momento em que participei de uma jornada cívica na companhia do Deputado Paulo Bornhausen e de autoridades ligadas ao Município de Laguna, em audiência com o Ministro das Relações Exteriores e com o Ministro de Cultura do Governo Federal.

Esta jornada, a que me referi como uma jornada cívica, teve por objeto levar a essas autoridades do Governo brasileiro uma idéia que, imagino, esta Casa também deveria se associar.

O Brasil, ao longo dos seus quase quinhentos anos de história - e Santa Catarina está inserida nesse contexto -, tem reverenciado pouco os seus heróis. Poucos são aqueles que podem, na memória do brasileiro, quer

destes que hoje estão nos bancos escolares, quer daqueles, como nós, que já passaram da fase de sua graduação mas que ainda continuam na grande escola da vida, lembrar das pessoas que constituem um grande patrimônio das nações mundo afora.

Os heróis, sem dúvida, são aqueles que devem ser reverenciados, lembrados e cultuados para a memória, para a formação do civismo, do patriotismo desta grande Nação brasileira. E, como disse, lamentavelmente não é hábito do brasileiro cultuar os seus grandes heróis. Poucos são aqueles no Brasil que conseguem esta reverência, que eu entendo ser fundamental para o patriotismo e para o nacionalismo.

Por isso inseri-me no contexto daqueles que estão buscando, que estão trabalhando, que estão apresentando as reivindicações para que os restos mortais de Anita Garibaldi, a grande heroína dos dois mundos - quem sabe na vida brasileira uma das maiores referências e uma das maiores heroínas da nossa história -, possam repousar em solo brasileiro e na sua terra-mãe - Laguna -, para que possa ser reverenciada, lembrada e imortalizada na memória dos catarinenses, dos lagunenses e dos brasileiros.

Vejam bem, senhor Presidente e senhores Deputados, o Governo brasileiro não tem se esmeirado, não o atual, falando de uma forma generalizada, em fazer o conto a essas grandes personalidades. Para se ter noção, a Itália acolheu em seu solo Anita Garibaldi e dedica-lhe em Roma, capital federal italiana, um grande monumento para reverenciar aquela que foi a companheira e depois a mulher de Giuseppe Garibaldi.

E nós, se perguntarmos aos brasileiros nascidos no Norte, no Nordeste, no Sudeste do nosso País, por certo poucos deverão lembrar-se desta grande heroína nacional. Se falarmos mesmo com os brasileiros do Sul, poucos por certo também poderão reverenciá-la e imortalizá-la porque ela é ausente de nossa história. Nos livros escolares, na graduação dos alunos de primeiro grau, há um esquecimento sobre aqueles que ajudaram a construir a história brasileira.

Por isso engajei-me nesta luta, participando desta empreitada, acompanhando os trabalhos e as tratativas que estão sendo feitas. E quero aqui já fazer um primeiro comunicado a esta Casa: ao participar da audiência com o Ministro Lampraia, recebi, com muita alegria e muita satisfação, a comunicação do senhor Ministro nos dias posteriores à audiência de que o assunto foi incluído na pauta da audiência que o Presidente Fernando Henrique terá com o Primeiro Ministro italiano na visita que ele deverá fazer ao Brasil agora durante o mês de março.

As primeiras ações, as primeiras tratativas estão sendo feitas. O Governo Federal está adotando a sua parte, está cumprindo com os seus deveres. Eu desejo e faço questão de aqui apresentar um requerimento para ser deliberado por esta Casa, com a intenção de que esta Casa participe também das tratativas que estão sendo feitas pelo Governo brasileiro. Creio que não podemos estar ausentes; creio que não podemos estar omissos, porque seremos mais uma vez ausentes e omissos para a história do Brasil se assim procedermos.

E esta é a intenção, este é o propósito, nesta manhã, senhor Presidente, de apresentar à Casa um requerimento para depois ser deliberado, com a intenção da constituição de uma Comissão Especial Externa, composta por um número pequeno de senhores

Parlamentares, para que esta Comissão possa acompanhar junto ao Governo brasileiro e italiano as tratativas que estão sendo feitas, para que possam reparar os restos mortais de Anita Garibaldi para o solo brasileiro.

Tenho a convicção de que esta é uma colaboração para que as crianças, os jovens, os adolescentes, os estudantes brasileiros e, em especial, os estudantes catarinenses possam conhecer de perto a realidade e aqueles que ajudaram a construir o solo catarinense, as suas divisas, a sua independência e a sua soberania.

Nós devemos cultuar, reverenciar aqueles que foram os verdadeiros autores da tentativa de impregnar-se, de colocar-se forte, alto e em bom som, à verdadeira condição de catarinenses e de brasileiros.

Por isso, senhor Presidente, fiz um relato nesta manhã das atividades que durante o período de recesso tive em minha parte a intenção de produzir algo em favor do nosso Estado, e não só a favor do nosso Estado, mas do nosso Brasil, que tenho a convicção que também nós, Parlamentares, mesmo que estaduais, devemos seguir atuando nesta área e nesta esfera.

Era o que tinha a dizer, agradecendo o senhor Presidente a concessão desses segundos a mais para conclusão do meu pronunciamento.

Muito Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Herbst) – Senhor Deputado Pedro Bittencourt, agradecemos e parabenizamos V.Exa. pelo seu trabalho em defesa da história de nosso Brasil e do Estado de Santa Catarina. E temos certeza de que a Assembléia Legislativa, junto com a Mesa Diretora, tomará as devidas providências para a formação desta Comissão.

O último horário está destinado ao PMDB, por dezessete minutos.

Consultamos os senhores Deputados do PMDB para ver quem fará uso da palavra.

(Pausa)

Não havendo orador do PMDB que queira fazer uso da palavra e findo o horário destinado aos Partidos Políticos, passaremos à Ordem do Dia.

Encontra-se sobre a mesa a justificativa de ausência dos seguintes Deputados: Adelor Vieira, Onofre Santo Agostini, Norberto Stroisch, Odacir Zonta, Ivo Konell e Volnei Morastoni.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Carlito Merss, que solicita a realização de sessão solene da Assembléia Legislativa em homenagem ao Jornal A Notícia. Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Diretor Geral do DER de Santa Catarina, solicitando todos os esforços que se fizerem necessários para a recuperação e melhoramento da SC-425, trecho BR-282/Otacílio Costa/BR-470.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Ivan Ranzolin, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado e ao Secretário da Educação, solicitando a regularização do pagamento do salário aos professores das escolas isoladas municipalizadas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores que o aprovam permanecem como e encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria dos senhores Deputados Romildo Titon e Sergio Silva, que solicitam a formulação de convite ao Secretário de Estado da Fazenda, para que compareça perante os legisladores para projetar luz sobre a conjuntura financeira pública no Estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Indicação de autoria do Deputado Lício Silveira, a ser enviada ao Secretário dos Transportes e Obras, propondo que sejam adotadas providências urgentes visando a recuperação da rodovia SC-481 que liga os Municípios de Águas Mornas a São Bonifácio.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da Bancada do PPB, a ser enviado ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, solicitando esclarecimentos sobre a compra de equipamentos pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - Cidasc -, Perfuratrizes Rotopneumáticas para perfuração de Poços Tubulares Profundos (semi-artesianos) - ano 95/97 e Perfuração de Poços Tubulares à Comunidade Catarinense.

Em discussão.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Peça a palavra, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Herbst) - Com a palavra o Deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Senhor Presidente e senhores Deputados, o objetivo deste pedido de informação se deve a uma denúncia formal assinada pela Associação Catarinense de Empresas de Exploração de Águas Subterrâneas que num documento de duas páginas aponta várias preocupações com relação ao fato.

Eu espero que isso não venha a se confirmar, porque seria lamentável que a empresa, a qual até tenho vínculos muito estreitos, estivesse se predispondo a realizar esses procedimentos que aí estão denunciados.

Existem denúncias de superfaturamento na compra de perfuratrizes e existem denúncias de que serviços que estavam sendo originalmente destinados ao atendimento da agropecuária de Santa Catarina neste momento presente está sendo destinado a motéis, hotéis e outros empreendimentos que

não têm absolutamente nenhuma razão, nenhum nexos com a agropecuária.

Daí então o motivo da Bancada do PPB, respaldada em denúncias aqui oficializadas, estar apresentando a esta Casa o pedido de informação e contando com a aprovação dos senhores Parlamentares para que nós coloquemos um ponto final neste assunto e que a Cidasc se manifeste sobre as questões aí colocadas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Herbst) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Terminada a Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo orador inscrito, livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, anuncia a pauta para a próxima sessão, dia 25 de fevereiro: Requerimento nº 11/98 ao Presidente da Mesa, assinado pelo Deputado Pedro Bittencourt.

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 004ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 25 DE FEVEREIRO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

As quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Merss - Cesar Souza - Ciro Roza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Hans Fritsche - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olices Santini - Onofre Santo Agostini - Paulo Vidal - Pedro Bittencourt - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Sergio Silva - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Secretário, Deputado Gervásio Maciel que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Secretário, Deputado Gervásio Maciel, que proceda à leitura do expediente.

O SR. SECRETÁRIO (Deputado Gervásio Maciel) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente:

MENSAGENS DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO N.ºS:

- 3196, encaminhando termos de convênios, firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar, a Secretaria de Estado da Segurança Pública, com a interveniência da Delegacia Geral da Polícia Civil, e os Municípios que menciona;

- 3201, encaminhando segundos termos aditivos a convênios, firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, com os Municípios que menciona;

- 3202, encaminhando primeiro termo aditivo ao convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania e a Ação Social Missão, com sede no Município de Florianópolis;

- 3203, encaminhando termo aditivo ao convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, com a instituição Guarda Mirim de Araranguá sediada no Município de Araranguá;

- 3207, encaminhando primeiros termos aditivos aos convênios, firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, com os Municípios de Blumenau e Abelardo Luz, respectivamente;

- 3210, encaminhando primeiros termos aditivos a convênios, firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, gestora do fundo para Melhoria da Segurança Pública, com as universidades mencionadas, visando concessão de bolsas de trabalho para estudantes do 3º grau;

- 3212, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, com o Centro Social e Beneficente Evangélico - Cebevan, com sede no Município de Chapecó;

- 3213, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde, com a Associação dos Servidores da Fundação Hospitalar de Santa Catarina, sediada no Município de Florianópolis;

- 3199, encaminhando termo de cessão de uso, firmado pelo Governo do Estado de Santa

Catarina, através da Polícia Militar do Estado, com o Município de Chapecó;

- 3200, encaminhando primeiro termo aditivo ao convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado, com o Município de Mirim Doce;

- 3216, encaminhando termos de convênio, firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado, com os Municípios que menciona;

- 3198, 3214 e 3218, encaminhando termos de convênio, firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com os Municípios que menciona;

- 3224, encaminhando termos de convênio, todos firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Fazenda, com os Municípios que menciona;

- 3195, 3211, 3215, 3217, 3219, 3220, 3221, 3222, 3225, 3226, 3227, 3228 e 3229, encaminhando termos de convênios, todos firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com os Fundos Municipais de Assistência Social dos Municípios que menciona;

- 3197, 3204, 3206 e 3209, encaminhando primeiros termos aditivos aos convênios, todos firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, com as entidades sociais que menciona;

- 3205 e 3208, encaminhando primeiros termos aditivos aos convênios, firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania com os Municípios que menciona;

- 3194 e 3223, encaminhando termos de convênio, todos firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, com as entidades sociais que menciona;

OFÍCIOS NºS:

- 1618/97, do senhor Secretário de Estado dos Transportes e Obras, reportando-se ao Telefax nº 1200.1/97;

- 1660/97, do senhor Secretário de Estado dos Transportes e Obras, em atenção a Indicação nº 178;

- 28/98, do senhor Secretário de Estado dos Transportes e Obras, em atenção as Indicações nºs 193, 194 e 195/97;

- 30 e 52/98, do senhor Secretário de Estado dos Transportes e Obras, em atenção a Indicação nº 198/97;

- 026/98, do senhor Secretário de Estado da Saúde, em atenção ao Telefax TE/1539.0/97;

- 012/98, do senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, em atenção ao Ofício GP/DP/1066/97;

- 1681/974, do senhor Secretário Adjunto da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, encaminhando correspondência recebida do Diretor Geral da Fatma;

- 15/98, do senhor Secretário de Estado da Fazenda encaminhando o Quadro de Detalhamento da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, dos órgãos da administração direta e indireta;

- 1.826/97, do senhor Presidente da Santur, encaminhando cópia do convênio firmado entre aquela empresa e a Escola Superior de Turismo e Hotelaria de Florianópolis;

- 008/98, da senhora Diretora de Planejamento e Desenvolvimento Turístico, da Santur, encaminhando cópias de convênios firmados entre aquela empresa e a Escola Superior de Turismo e Hotelaria de

Florianópolis, a Universidade do Vale do Itajaí - Univali, e a Escola Técnica Federal de Santa Catarina;

- 039/98, da senhora Diretora de Planejamento e Desenvolvimento Turístico, da Santur, em atenção a Indicação nº 204/97;

- 2424, 2441 e 2502/97, do senhor Chefe da Assessoria Parlamentar, do Ministério da Fazenda, em atenção aos Telefax nºs 1417, 1324/97 e ao Ofício nº 1402/97, respectivamente;

- 13157/973, 13159/976, 13160/974, 13161/970, 24/988 e 10, 11, 12, 13, 25, 26, 27, 358, 359, 360 e 361/98, do senhor Governador do Estado, encaminhando respostas aos Pedidos de Informação nºs 107/97, 109/97, 110/97, 111/97, 112/97 e 115, 118, 117, 119, 113, 114, 116, 120, 121, 122 e 123, respectivamente;

- 132443/977, do senhor Governador do Estado, comunicando que empreenderá viagem a Buenos Aires, Argentina;

- 1175/980, do senhor Governador do Estado, indicando o senhor Deputado Romildo Titon como Líder do Governo nesta Casa Legislativa;

- 196/97, 016, 001, 017 e 018/98, do senhor Secretário de Estado da Casa Civil, encaminhando respostas aos: Pedido de Informação nº 108/97, a Indicação nº 202/97 e aos Requerimentos nºs 802, 830 e 831/97, respectivamente;

- 1268/97, 011, 017, 020, 022, 037, 038 e 056/98, do senhor Presidente da Telesc, em resposta aos Telefax nºs 1405, 1525, 1504, 1496, 1440, 1552, 1523 e 1211/97, respectivamente;

- 3291/97, do senhor Secretário do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, em atenção à Indicação nº 202/97;

- 034/98, do senhor Secretário do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, reportando-se ao Telefax nº TE/1514.0/97;

- 153/98, do senhor Secretário do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, encaminhando cópia do Ofício nº 152/98, que remeteu ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Piratuba;

- 1397, 1404/97 e 024/98, do senhor Diretor-Geral do DNER, reportando-se ao Ofício nº 1002/97, aos Telefax TE/1048 e TE/1217/97, respectivamente;

- 002/98, do senhor Chefe de Gabinete do Ministério dos Transportes, referente ao Requerimento nº 749/97 e da Moção nº 25/97;

- 2214/98, do senhor Chefe de Gabinete do Ministério dos Transportes, referente à proibição do tráfego de caminhões na BR-101/SC;

- 03944 e 03945/98, do senhor Chefe do 16º DRF/DNER, respondendo ao Fax de nº TE/1399.3/97 e ao Ofício DP/1001/97, ambos relativos à sinalização no Município de Mafra;

- 024/98, do senhor Chefe do 16º DRF/DNER, referente à correspondência datada de 29/12/97, informando que já foram executados melhoramentos na sinalização;

- 2199, 2223 e 2266/97, do senhor Chefe de Gabinete do Ministério de Estado Extraordinário de Política Fundiária em atenção aos Telefax nºs 1487, 1498 e 1415/97, respectivamente;

- 1341/97, do senhor Secretário de Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, encaminhando cópia do primeiro termo aditivo ao convênio MMA/SRH nº 179/96;

- 1509/97, do senhor Secretário de Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, encaminhando cópia do Convênio nº MMA/SRH nº 063/97.

PROJETOS DE LEI:

- de autoria do senhor Deputado Gilmar Knaesel, que dá abatimento do IPVA nas

hipóteses que nomina;

- de autoria do senhor Deputado Adelor Vieira, que altera a Lei nº 8.295 de 08 de julho de 1991.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) – Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Antes de concedermos a palavra ao Deputado inscrito, gostaríamos de registrar, em nome da Casa, em nome da Mesa Diretora e em nome de todos os senhores Parlamentares, a presença dos grupos de terceira idade dos Municípios de Formosa do Sul e Guatambu, aos quais desejamos uma feliz estada em nosso meio. É uma honra e um prazer para este Parlamento contar com a presença de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) – Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Odacir Zonta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA – Senhor Presidente e senhores Deputados, gostaria de registrar, em nome do Município de Concórdia, minha terra, a grande honra e o prazer de contarmos com o nosso colega Deputado Neodi Saretta no exercício efetivo da Presidência desta Casa.

Isso é um marco histórico para o nosso Município e nossa região, Deputado Neodi Saretta, e todo o povo daquela região está exultante com essa conquista, sendo que lhe desejamos votos de muito sucesso nessa tarefa honrosa de presidir este Poder.

Da mesma forma, Deputado Eni Voltolini, nós, que juntamente com o Deputado Gervásio Maciel representamos o nosso Partido na Mesa e em todos os trabalhos da Casa, gostaríamos de aqui fazer um reconhecimento ao trabalho honrado, dinâmico e empreendedor do eminente Deputado Francisco Küster, que durante um ano conduziu com pulso firme a Presidência desta Casa.

Quero dizer, Deputado Francisco Küster, que aprendi muito com V.Exa. no exercício da Primeira Secretaria, que me orgulho de tê-lo tido como Parlamentar e que o nosso Partido também se orgulha de tê-lo tido como Presidente desta Casa durante este ano.

Pode crer que V.Exa. marcou uma fase da história democrática desta Casa com sucesso, e que fique registrado nos Anais essa passagem de cumprimento, de eficiência, de palavras e de desempenho. É lógico que houve momentos difíceis, mas com altivez foram ultrapassados. Como Colega de Mesa, nós aprendemos a admirar e cada vez mais respeitar o ex-Presidente Deputado Francisco Küster.

Faço este registro por um fator de justiça a V.Exa. e com a certeza de que há de ser cumprido o acordo, continuando V.Exa. a prestar os seus conhecimentos na Mesa Diretora.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos – V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA – Pois não!

O Sr. Deputado Gilson dos Santos – Deputado, quando V.Exa. iniciou o seu pronunciamento de cumprimentos do povo de Concórdia ao Deputado Neodi Saretta, evidentemente que V.Exa. falava também em nome do nosso Partido, porque fomos nós que tivemos, juntamente com V.Exa., a condição de propiciar esse entendimento e de cumprir os compromissos que foram firmados naquela oportunidade.

Eu fico muito feliz e acho que o povo de Concórdia também, porque além de ter o Presidente da Casa, tem V.Exa., que representa com muita dignidade o povo daquela região. E fico ainda muito mais feliz quando V.Exa. pertence a um Partido que, acima de tudo, faz um trabalho de respeito ao povo de Santa Catarina.

Queria nessa oportunidade também cumprimentar o eminente Deputado Francisco Küster, que foi o nosso Presidente num período de turbulências jamais vistas em Santa Catarina.

Mas ele superou os percalços, concluiu o seu mandato, reiterando aquilo que eu já tinha conhecimento: que é um homem de palavra, pois no primeiro desse período legislativo que estamos aí a iniciar S.Exa., ao assumir a Presidência, renunciou ao seu mandato para dar ao Deputado Neodi Saretta a condição de governar esta Casa em toda a sua plenitude.

Eu já reiterarei em muitas oportunidades que esta Casa é um colegiado e tenho a convicção de que o Deputado Neodi Saretta haverá de ter o discernimento e a capacidade, que lhe são peculiares, para fazer desta Casa uma representação de todo o povo de Santa Catarina.

Cumprimento V.Exa., o Deputado Neodi Saretta, o Deputado Francisco Küster e em especial o povo da região de Concórdia.

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA – Agradeço o seu aparte e incorporo suas palavras ao meu pronunciamento.

Gostaria de afirmar que nos sentimos orgulhosos de pertencer ao Partido Progressista Brasileiro, um Partido que mais uma vez mostrou a sua postura, a manutenção da sua palavra, do acordo. Isso fortalece os Partidos e restabelece ou estabelece uma imagem que o político precisa ir conquistando, a de afirmação no contexto do povo catarinense.

O Sr. Deputado Carlito Merss – V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA – Eu concedo um aparte ao nobre Líder da Bancada do PT.

O Sr. Deputado Carlito Merss – Deputado Odacir Zonta, estamos discutindo dentro da Bancada uma necessária troca de Lideranças, que é um espaço importante mas também desgastante, apesar de não concordar muito com a situação geográfica, pois penso que esta Casa traz uma representação não muito correta do ponto de vista geográfico. Mas política é assim, e acho que a região de Concórdia tem hoje, em nível de Assembléia, os dois principais cargos, Presidência e Secretaria Geral, aliados à sua nova função de corregedor desta Casa, que acho das mais importantes.

Eu só queria novamente resgatar isso. Acho que aquilo que eles chamam de classe política está tão desgastado que é muito bonito verificar um acordo público e político de Partidos diferentes ser cumprido. Acho que neste sentido a postura do Deputado Francisco Küster, como foi dito agora, num ano atípico, com muita turbulência, com muitos problemas políticos, chegou ao final. E nós temos certeza que o Companheiro Neodi Saretta dará continuidade ao trabalho, e mais, no que for possível transformará esta Casa num espaço cada vez mais democrático, transparente, porque se nós estamos aqui é para servir a população de Santa Catarina, e com certeza esta Mesa, agora presidida pelo Deputado Neodi Saretta, terá esse objetivo neste ano.

Isso nos orgulha, ou seja, vemos

que apesar de todas as dificuldades existentes, parte das nossas ações políticas podem hoje ser valorizadas. Claro que temos expectativas maiores, gostaríamos de fazer muito mais, mas acho que é um primeiro passo o reforço aos Partidos, aos acordos políticos, que de maneira clara e transparente vêm sendo cumpridos. Isso recupera, pelo menos, parte da imagem do homem público neste País.

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA – Deputado Carlito Merss, pode crer V.Exa. que as atitudes valem muito mais do que as simples palavras que são ditas nesta tribuna ou onde estivermos em Santa Catarina.

Deputado Francisco Küster, o cumprimento de acordo, de palavras, realmente afirma o político no cenário catarinense. Temos a honra de participar deste momento sublime e queremos homenagear V.Exa. pelo desempenho na Presidência e também o Deputado Neodi Saretta por esta importante missão de presidir esta Casa.

O Sr. Deputado Francisco Küster – V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA – Concedo um aparte ao ex-Presidente Deputado Francisco Küster, que acredito ser nosso futuro Vice-Presidente.

O Sr. Deputado Francisco Küster – Nobre Deputado, V.Exa., que foi um alicerce nas edificações, na ampliação, na continuidade de um trabalho já iniciado há muito pelos ex-Presidentes desta Casa, foi também uma figura essencial neste trabalho, que se norteou pelo espírito da equipe. Nós tivemos uma boa equipe não só na Mesa, mas na pessoa do agora Presidente desta Casa, Deputado Neodi Saretta.

V.Exa., que logo de saída ganhou o apelido de “prefeito” da Casa, foi sempre eficiente em todas as tarefas, algumas indigestas, mas com a serenidade que Deus lhe propiciou, soube desvencilhar-se dessas tarefas.

Tivemos uma excelente equipe: o Deputado Gervásio Maciel, ligado à informática, o Deputado Afonso Spaniol, com aquele jeito firme nos encaminhamentos das questões que lhes eram delegadas, e o Deputado Adelor Vieira.

Eu espero que o Deputado Neodi Saretta também logre o êxito que nós tivemos com essa equipe, além dos funcionários da Casa.

V.Exa., Deputado Odacir Zonta, tem sido generoso comigo e aprendi a conhecê-lo melhor. Já o conhecia, mas não tão bem quanto hoje, uma pessoa experiente, segura, tranqüila nas tratativas, enfim, um cumpridor de missões e de tarefas.

Quero agradecer as palavras elogiosas endereçadas à minha modesta pessoa. Como ser humano, vários equívocos cometi, é verdade, mas feliz de quem tem a oportunidade de errar. Não gosto de repetir erros, já disse isso, e graças a Deus não os repeti. Tive a grandeza também de rever alguns equívocos, porque não acredito em ser humano perfeito. Se fossemos perfeitos, teríamos que dispensar os vizinhos, o Tribunal de Justiça, não haveria nem razão da existência da Justiça. É graças à nossa imperfeição que existe a Justiça e outros fóruns para corrigirmos nossos eventuais erros.

Agradeço a generosidade das palavras de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA – Agradeço pelo seu aparte, e quero mais uma vez dizer do meu conhecimento e da certeza de que os acertos foram muito maiores do que

qualquer outro tipo de equívoco, devidamente reconhecido e no momento exato.

Ganha o Parlamento catarinense com esse tipo de atitude, ganha o fortalecimento e a unidade de todos os Partidos aqui representados. Certamente, num ano político que estamos vivendo, a população catarinense teve aí um teste importante de afirmação da classe política, que está a precisar disso, uma vez que o desgaste existe em todo o território catarinense e brasileiro.

Mas de cabeça erguida concluímos essa etapa e estamos iniciando outra, e com certeza de muito sucesso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) – Deputado Odacir Zonta, gostaria de agradecer as palavras de V.Exa., que tem atuado com firmeza na Primeira Secretaria e vai continuar, com certeza, dando essa colaboração não ao Presidente, mas a esta Casa Legislativa.

Da mesma forma, quero agradecer aos Deputados que fizeram apartes, a todos os Membros da Mesa Diretora pela colaboração que estão dando nesses primeiros dias do meu trabalho à frente desta Casa, e a todos os demais Deputados. Vamos continuar este trabalho de forma democrática, porque esta é a nossa missão.

Esta Presidência quer fazer constar do expediente da presente sessão a correspondência de autoria do Deputado Luiz Roberto Herbst, endereçada ao Presidente da Assembléia Legislativa nos seguintes termos:

(Passa a ler)

“Com minhas cordiais saudações, formalizo a minha renúncia ao honroso cargo de Segundo Vice-Presidente da Mesa da colenda Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Através de V.Exa., agradeço o convívio com os demais Membros do colegiado, do qual agora me afasto.

Atenciosamente,

(a) Luiz Roberto Herbst - Deputado Estadual”

Esta Presidência, ao tempo em que recebe esta manifestação de renúncia do senhor Deputado Luiz Roberto Herbst, que fará uso posteriormente da palavra no horário dos Partidos Políticos, deixa registrado nos Anais que esse afastamento faz parte também do acordo político estabelecido dentro da Bancada do PMDB.

Gostaríamos também de já deixar consignado o agradecimento ao trabalho do Deputado na Segunda Vice-Presidência e o elogio pela sua postura democrática e corajosa à frente dos trabalhos, junto com os demais Membros da Mesa Diretora.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Idelvino Furlanetto, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO – Senhor Presidente e senhores Deputados, nos dias 21 e 22 de janeiro participei, no Município de Erechim, no Rio Grande do Sul, de um encontro dos três Estados do Sul sobre a agricultura familiar.

Este encontro reuniu sindicalistas, líderes sindicais da agricultura familiar, a Organização das Mulheres Agricultoras, a Juventude Rural, e teve como objetivo a análise do Movimento Grito da Terra, realizado em 1997. Neste encontro, avaliando a agricultura familiar brasileira, a região Sul deu início à elaboração da pauta para o Grito da Terra em 1998.

O Grito da Terra é composto pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e por movimentos sociais que abrangem a agricultura familiar. A agricultura familiar, principalmente na região Sul, tem a responsabilidade de toda a produção de alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, e são exportados tanto o frango quanto a carne suína e bovina. Portanto, a agricultura familiar, na economia catarinense e na da região Sul, tem uma grande contribuição.

Numa avaliação durante o encontro verificou-se que a agricultura familiar está desamparada, pois não tem assistência técnica, seguro agrícola ou subsídios. Esse foi o tom da preparação do Grito da Terra. E quando se fala em subsídio, do outro lado se identifica que os grandes empresários, que os grandes latifundiários do Brasil buscam dinheiro em grande quantidade.

Na semana passada o Conselho Monetário Nacional se reuniu para resolver a dívida acima dos duzentos mil reais, porque elas não foram securitizadas. Essas dívidas receberam um prazo de até 20 anos, com juros de 8, 9 e 10% ao ano, quando a agricultura familiar paga o juro mais a taxa de juro de longo prazo, a TJLP.

Então, um ponto essencial defendido para a região Sul foi o crédito para custeio e investimento com taxa de juro zero e com o rebate de 30%. Esse rebate é o valor subsidiado à agricultura, para manter o agricultor. Isso com referência à pauta nacional. A pauta estadual está centralizada na questão do seguro agrícola, pois a novela do seguro agrícola continua.

Nós temos hoje na pauta também a questão do seguro agrícola. A agricultura familiar tem a necessidade de ter o seguro agrícola, caso contrário ela está escalada a desaparecer do mapa.

Agora há a possibilidade de ser implantado um novo programa, que é a agroindústria de pequeno porte, cuja lei foi aprovada e sancionada em 1º de dezembro de 1997, só que até agora o Governo não está se posicionando para regulamentar, para resgatar inclusive agricultores que estão saindo e outros que querem sair e colocar novas alternativas para a agricultura familiar na agroindústria de pequeno porte, criando assim um serviço de inspeção estadual.

Então, diante do quadro que encontramos, a agricultura familiar dos três Estados da região Sul vai se mobilizar, apresentando a sua pauta, e a partir dos dias 8 e 9 de março haverá uma grande mobilização nas Capitais de todos os Estados brasileiros, porque enquanto vemos todos os dias o agricultor despedindo-se, desistindo definitivamente da agricultura, do outro lado os Governos Federal, Estadual e muitos Municipais também não colocam esperança nenhuma para o agricultor familiar.

As mobilizações começam, então, nos dias 8 e 9 de março e vão se estender nos meses de maio e junho, encerrando-se com audiências com os Governadores, quando apresentarão a pauta.

A questão de Santa Catarina é a do seguro, eis que a lei do seguro agrícola está encaçada desde junho de 92. Nós esperávamos que o Governador, que o Secretário da Agricultura, Deputado Gelson Sorgato, que se identifica muito bem como Deputado do Oeste, regulamentasse essa lei do seguro agrícola, mas até agora não regulamentou. Eu não sei mais se ele está no Oeste, ou no Nordeste, ou se está mais ou menos na região Sul do País; ele deve, sim, estar junto com os latifundiários!

Eu sempre mantive um diálogo com o Deputado Gelson Sorgato e sempre pensei que agora, na Secretaria da Agricultura, ele iria regulamentar o seguro agrícola e colocar novas alternativas para a agricultura familiar. Mas tanto com o Gelson Sorgato, com o Dejandir Dalpasqualle, com o Vilson Kleinübing ou com quem passou por ali ninguém tratou de regulamentar o seguro agrícola! Está tudo a mesma coisa!

Não é por acaso que o PMDB dá sustentação a Fernando Henrique Cardoso, Deputado Gilson dos Santos, juntamente com o seu Partido. Esse projeto é necessário a nível nacional, o seguro agrícola é um projeto nacional. Depois vêm os Estados, que têm sua parceria, bem como os Municípios, para colocar perspectiva para a agricultura familiar.

Então, para levar ao conhecimento da Assembléia Legislativa, tenho aqui em mãos uma cartilha com a pauta elaborada pelo Movimento Grito da Terra, que gostaria de passar às mãos de todos os Parlamentares, que diz o seguinte: a agricultura familiar com orgulho de alimentar o Brasil.

Essa cartilha vai passar por todos os nossos colegas Parlamentares, para também darmos força à questão da mobilização e recebermos aqui os agricultores, que vão começar a se mobilizar a partir do dia 8 ou 9 de março.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) – Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra, por cinco minutos, a todos os Deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra em Breves Comunicações, passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros quinze minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Deputado Luiz Herbst.

O SR. DEPUTADO LUIZ HERBST – Senhor Presidente e senhores Deputados, assomamos à tribuna hoje para fazer o anúncio oficial do requerimento que fizemos à Mesa solicitando a renúncia do cargo de Segundo Vice-Presidente desta Casa.

Tínhamos o compromisso com o Deputado Romildo Titon que, após o término do ano, seria S.Exa. o Segundo Vice-Presidente; em consequência, deveríamos renunciar, mas com o convite do senhor Governador Paulo Afonso, o nobre Deputado Romildo Titon assumiu a Liderança do Governo nesta Casa. Então, numa reunião da Bancada, decidimos dar a oportunidade ao Deputado Vanderlei Rosso.

Vamos falar um pouquinho, senhor Presidente e senhores Deputados, do que passamos neste ano como Segundo Vice-Presidente da Assembléia Legislativa.

Tivemos talvez o mais difícil ano de toda a história de Santa Catarina. Todos sabem do processo que passamos, e como tínhamos uma posição diferente dos demais componentes da Mesa, até poderíamos nos sentir um pouquinho frustrado nesta etapa, neste processo, mas soubemos trabalhar, independente do processo de impeachment

que ocorreu nesta Assembléia, soubemos levar normalmente os trabalhos da Mesa.

Tive o privilégio de presidir várias sessões da Assembléia Legislativa, com a ajuda dos Membros da Mesa Diretora, e acredito que fizemos um trabalho normal, sem nenhum problema mais grave.

Gostaria de agradecer neste momento à Bancada do PMDB, que me deu a oportunidade de mais uma experiência na minha vida, fazendo com que ficasse um ano na Segunda Vice-Presidência da Assembléia, experiência que provavelmente não terei daqui para a frente. Foi muito útil para mim, aprendi muito.

Gostaria de agradecer também ao Deputado Neodi Saretta, agora Presidente desta Casa. Espero que não tenhamos tantos problemas como tivemos no último ano. Sucesso, Deputado Neodi Saretta, farei o possível para que V.Exa. tenha uma boa administração!

Gostaria também de agradecer ao Deputado Francisco Küster, que agora deverá assumir a Vice-Presidência. Que continue normalmente com o seu trabalho.

Gostaria ainda de agradecer ao Primeiro Secretário da Mesa, Deputado Odacir Zonta, e aos demais Secretários, Deputados Gervásio Maciel, Afonso Spaniol e Adelor Vieira, com quem tive um convívio muito bom no ano de 1997.

Também agradeço a compreensão de todos os senhores Deputados durante as sessões em que assumi a Presidência e aos Secretários que assumiram a Presidência na minha ausência.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos – V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LUIZ HERBST – Pois não!

O Sr. Deputado Gilson dos Santos – Nobre Deputado, desde que entrei na Assembléia Legislativa – e já estou aqui há cinco mandatos – sempre prestei atenção naquilo que muitas pessoas fazem e dizem.

Eu não quero aqui jogar confete em V.Exa., mas a maneira cordial, amiga, simpática e simples como V.Exa. trata as coisas realmente me tocou profundamente nestes três anos. V.Exa., quando dirigia as sessões nesta Casa, em muitas oportunidades sempre se norteou pela coerência, pela responsabilidade e, acima de tudo, pelo cumprimento regimental das coisas.

Nobre Deputado, estamos em trincheiras opostas, mas tenho por V.Exa. um grande respeito, uma grande admiração, já que é uma pessoa modesta, que até esconde os títulos que tem. Acho que uma das coisas mais importantes no ser humano é deixar que os outros reparem naquilo que ele tem, e não sair a atirar para todos os lados.

Por esta razão eu queria cumprimentá-lo, e tenho certeza de que V.Exa. deixará uma lacuna na Mesa da Assembléia Legislativa, que será preenchida por um outro companheiro, um outro amigo, um homem com autenticidade absoluta, que é o Deputado Vanderlei Rosso. Neste momento eu já declaro, de antemão, o meu voto para S.Exa., porque tenho certeza que ele, a exemplo de V.Exa., também representará bem esta Mesa Diretora.

Muito obrigado e meu cumprimentos.

O SR. DEPUTADO LUIZ HERBST – Agradeço as palavras de V.Exa., Deputado Gilson dos Santos, mas simplesmente tentei cumprir com minha obrigação de Segundo Vice-Presidente.

O Sr. Deputado Olices Santini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LUIZ HERBST - Pois não!

O Sr. Deputado Olices Santini - Deputado Luiz Herbst, eu também, da mesma forma como fez o Deputado Gilson dos Santos, que deve assumir a Liderança do Partido amanhã, gostaria de cumprimentar V.Exa. pelo seu trabalho como Deputado Estadual e principalmente como Membro componente da Mesa Diretora desta Casa. O seu trabalho eficiente, a sua modéstia, a sua maneira de tratar de forma igual todos os Deputados da Assembléia Legislativa acho que caracteriza bem a sua liderança, o seu empenho.

Também gostaria de estender meus cumprimentos ao Deputado Vanderlei Rosso, que, tenho certeza, vai lhe substituir à altura na composição da Mesa Diretora. E através de decisão da nossa Liderança, é um Deputado que terá o apoio da Bancada do PPB para substituir V.Exa.

Meus cumprimentos e um grande abraço.

O SR. DEPUTADO LUIZ HERBST - Agradeço, Deputado Olices Santini.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LUIZ HERBST - Concedo um aparte ao Líder do PPB, com quem tive várias vezes reuniões na Bancada suprapartidária.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Deputado, eu só queria fazer, de coração, alguns registros a V.Exa.

Primeiro, eu sempre lhe dizia que o Governo de Santa Catarina tinha talvez em V.Exa. o mais silencioso, não admirador, mas apoiador nesta Assembléia, porque V.Exa., que nunca foi uma pessoa muito dada a grandes manifestações, a grandes discursos, tinha no seu comportamento e na sua ação a razão principal de ser e de agir.

V.Exa. conviveu com este momento mágico de fazer parte da Mesa Diretora, momento que não é dado a todos nós. Muitos de nós, com vários mandatos, outros mais novos, ainda não tiveram o privilégio de ocupar a Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, e V.Exa., no seu primeiro mandato, já teve esta honra e este privilégio. Considero isso uma distinção, V.Exa. foi merecedor pelos votos da sua Bancada, e certamente tem a sua razão de ter sido destinada a V.Exa. essa honraria.

Quero lhe desejar, na continuidade dos seus trabalhos, sucesso igual. Nós, do PPB, nos sentimos muito bem representados por V.Exa. como parte desta Mesa eclética da Assembléia Legislativa. Neste episódio todo, há apenas uma perda que ainda não vi reparada, mas quem sabe daqui há pouco possamos reparar: o Norte perde a sua representação na Mesa Diretora da Assembléia Legislativa. Não foi devidamente equacionado este assunto, Deputado Luiz Herbst, e essa talvez seja a única contingência a perder de todo este episódio, porque no mais ela é vitoriosa.

Sucesso a V.Exa. agora e sempre.

O SR. DEPUTADO LUIZ HERBST - Eu agradeço, Deputado Eni Voltolini, e gostaria de fazer uma colocação: foi, sim, com a ajuda da Bancada do PMDB que

consegui chegar à Mesa, mas também gostaria de lembrar que a Bancada do PMDB, como a do PFL, bateram uma chapa e perderam. Então, também aos Deputados do PT, do PPB, do PSDB e do PDT nós agradecemos por dar a oportunidade da chapa perdedora participar da Mesa.

Agradeço mais uma vez ao Deputado Eni Voltolini, o grande Líder do PPB, cuja Liderança deverá deixar para o Deputado Gilson dos Santos.

O Sr. Deputado Odacir Zonta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LUIZ HERBST - Concedo um aparte a V.Exa., Deputado Odacir Zonta, a quem aprendi a admirar muito nos trabalhos da Mesa, na Assembléia.

O Sr. Deputado Odacir Zonta - Deputado Luiz Herbst, quando eu utilizei a tribuna e me referi ao eminente Deputado Francisco Küster e ao Deputado Neodi Saretta, não o fiz em relação a V.Exa. porque não havia ainda sido formalizado oficialmente o seu pedido de afastamento da Mesa, substituição que deverá ocorrer nesta ou na próxima sessão.

Por isso, neste aparte, eu gostaria de dar o meu testemunho em relação ao trabalho eficiente, sério, dedicado, firme, honrado e de companheirismo que V.Exa. pôde produzir na Mesa, um trabalho que realmente deu uma experiência muito vasta à Mesa, apesar da sua pouca idade.

Foi um prazer muito grande ter a companhia de V.Exa. na Mesa durante o ano que passou e nestes últimos dois meses. Tenho certeza de que esse prazer irá continuar aqui no Plenário, com V.Exa. agindo sempre da mesma forma, isto é, com os interesses voltados à comunidade que representa e à Casa, salvaguardando sempre o interesse de todos num corpo único nesta Casa, no qual V.Exa. tem uma participação efetiva.

Pode crer, Deputado Luiz Herbst, V.Exa. deixa o cargo da Mesa mas deixa registrado na história de Santa Catarina esta sua passagem pela Segunda Vice-Presidência com muita honradez, com muita altivez.

Apenas para finalizar, em função do registro do Deputado Eni Voltolini, quanto à distribuição regional é lógico que, como a Bancada suprapartidária do Norte e Nordeste sempre esteve com muita força e capitaneou durante estes três anos a maioria das ações, as outras regiões, como as nossas, Deputado Neodi Saretta, tiveram que se virar de outra forma, buscar outros espaços. Sendo assim, nos coube a sorte de contarmos naturalmente com a Presidência e a Primeira Secretária, ficando as outras regiões com outros cargos da Mesa.

Então, não cabe aqui a queixa, porque se compararmos a força da Bancada suprapartidária do Norte e Nordeste, estão bem aquinhoadas e bem distribuídas as tarefas do Parlamento.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO LUIZ HERBST - Deputado Odacir Zonta, agradeço as suas palavras. Eu gostaria de dizer que tive muita satisfação em poder trabalhar com V.Exa. no ano que passou.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LUIZ HERBST - Concedo um aparte ao nosso futuro Líder.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Deputado Luiz Herbst, quero cumprimentar V.Exa. pelo gesto praticado por um acordo de cavalheiros, uma promessa que V.Exa. havia feito no ano passado de partilhar a metade do mandato, que é seu, com o Deputado Romildo Titon.

Todavia, mesmo com a ascensão do Deputado Romildo Titon à condição de Líder do Governo, V.Exa., no critério de privilegiar um outro companheiro de Bancada, hoje pela manhã manteve aquela posição, abrindo mão do seu cargo de Segundo Vice-Presidente desta Casa para o Deputado Vanderlei Rosso.

Por isso, quero cumprimentá-lo pelo trabalho até hoje levado a efeito, pela serenidade que sempre o caracterizou, pela lhanza no tratamento com os seus Colegas, na certeza de que continuará, ao longo do remanescente deste e do próximo mandato, a emprestar o seu trabalho a serviço da Assembléia Legislativa e, por extensão, ao povo da região Norte de Santa Catarina e a todo o nosso Estado.

O SR. DEPUTADO LUIZ HERBST - Deputado João Henrique Blasi, agradeço as palavras de V.Exa.

O Sr. Deputado Romildo Titon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LUIZ HERBST - Pois não!

O Sr. Deputado Romildo Titon - Nobre Deputado, eu gostaria de cumprimentar V.Exa. pelo brilhante trabalho que prestou à Assembléia Legislativa através da Mesa Diretora, bem como dizer que nós, do PMDB, nos orgulhamos muito de V.Exa. pela serenidade com que realiza o seu trabalho.

Como aqui foi falado por outros Colegas, V.Exa. não é um Parlamentar que está todo dia na tribuna mas que presta um grande serviço através de ações, através do seu trabalho prático, que, sem dúvida nenhuma, engrandece cada vez mais o Poder Legislativo e também o nosso PMDB.

Eu quero parabenizá-lo por essa atitude e agradecer pela sinceridade que teve neste processo, já que o acordo era renunciar para que este Deputado assumisse o seu cargo. Mas mesmo assim, demonstrando mais uma vez a lealdade que tem para com os Companheiros de Partido, V.Exa. o fez para que o Companheiro Vanderlei Rosso também tivesse oportunidade nesse rodízio que fazemos, a fim de que todos os Parlamentares tenham a oportunidade de ocupar um cargo na Assembléia Legislativa.

Meus parabéns e o meu agradecimento pela atitude de V.Exa.!

O SR. DEPUTADO LUIZ HERBST - Agradeço, principalmente, pela cedência do primeiro ano, e por ser agraciado com o cargo de Líder do Governo, que sei é uma tarefa difícil, mas estarei ao lado de V.Exa.

Também gostaria de agradecer a todos os assessores da Mesa pela convivência e pela boa atenção que nos deram neste ano que passou.

O meu muito obrigado a todos!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) – O próximo horário é destinado ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o senhor Deputado Carlito Merss, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Senhor Presidente e senhores Deputados, inicialmente havia sido acordada na Bancada, hoje, a palavra do Deputado Volnei Morastoni, que deve estar chegando atrasado, provavelmente, devido a problemas em nossa BR-101.

Mas não poderia deixar passar em branco o tempo do Partido dos Trabalhadores para continuar, inclusive, com as discussões e as falas em relação ao processo de mudança, pelo menos em três cargos na Mesa Diretora. Já havia me pronunciado quando de um aparte ao Deputado Odacir Zonta, de que mesmo com minha pouca experiência como homem público, digo que em alguns momentos é muito difícil suportar algumas críticas, muitas vezes injustas e generalizadas em relação aos políticos e aos homens públicos.

Durante todo o ano de 1997 ocorreram muitas insinuações, principalmente porque 1997 foi um ano difícil, um ano atípico, de que este acordo não daria em nada, que em 1998 os interesses seriam outros, porque seria um ano eleitoral e que não se cumpriria acordo nenhum. É lógico que 1998 é um ano diferente, é um ano eleitoral, e todos os Partidos que têm mandatos nesta Casa lutarão pelos seus ideais, e isto é o correto. É lógico que o Partido dos Trabalhadores não fará coligação com o PPB, nem no primeiro e nem no segundo turno, porque nós temos divergências ideológicas profundas.

No entanto, nós dissemos e continuamos afirmando que fizemos um acordo político de mudanças que entendíamos necessárias na administração desta Casa. Isso deveria ser inclusive mais valorizado pela mídia, pelos setores da imprensa. Acho que é uma crítica que eu não sei se é correta ou não, mas eu a faço aqui; entendo que deveria haver mais pronunciamentos por parte da imprensa em relação a isso, porque o acordo que foi feito de forma pública, transparente, em cima de um plano de governo desta Casa, um plano de ação, está sendo cumprido.

Quero dizer também que fico orgulhoso de verificar que inclusive o PFL e o PMDB, no momento seguinte da eleição para o cargo de Presidente, também participaram do acordo, e nós, desde o início, junto com a Bancada do PPB, do PSDB e do PDT, dizíamos que era importante a participação de todos os Partidos na Mesa, e verificamos que hoje essa forma colegiada, essa forma democrática com a participação paritária de todos os Partidos é a melhor que tem para a administração da Casa, porque não pode haver um bloco monolítico administrando um Poder que tem representantes de todos os Partidos.

Eu fico feliz vendo os pronunciamentos e a decisão oficial hoje do Deputado Luiz Herbst, que renuncia em nome de um acordo feito na Bancada,

mesmo não sendo mais o Deputado Romildo Titon, porque ficamos sabendo há poucos minutos que o novo Vice-Presidente da Mesa será o Deputado Vanderlei Rosso.

Acho fundamental, Deputado Luiz Herbst, esse tipo de acordo que mesmo em cotejos, em confrontos, em que se é minoritário, tem que se acatar o resultado, porque a eleição desta Casa foi um momento em que grupos e forças decidiram se unir para ter a maioria. Isto não significa o alijamento pura e simples dos Partidos que perderam aquela eleição. Então, a participação do PMDB, como a participação também já naquele momento do Deputado Adelor Vieira, foi importante no sentido de que este caráter de pluralidade, de participação de todos os Partidos é fundamental porque, em primeiro lugar, nós temos que resgatar o Poder Legislativo.

Não é novidade para nenhum Deputado que, infelizmente, no sistema democrático republicano o Poder Legislativo é o mais exposto. Isto funciona assim nas Câmaras de Vereadores, nas Assembleias e também no Congresso Nacional, porque na verdade a exposição dos Vereadores, Deputados Estaduais e Federais é muito maior. Aqui está representada a sociedade catarinense. Pode não ser a representação que acho justa, mas são as regras que estão hoje em vigência. Esta é a representação da sociedade catarinense que acatamos enquanto Partido, mesmo discordando de métodos, formas e regras que chegam hoje a esta representação que temos aqui. Por isso esta representação tem que ser utilizada inclusive na direção da Casa.

Então eu acho que este acordo, que o Deputado Francisco Küster, contra as pressões, as insinuações de todos os tipos, manteve a sua postura, porque não é possível mais continuarmos expondo as figuras públicas - Deputados, Vereadores - de todas as formas, principalmente com alguns maus exemplos que temos verificado em todos os setores.

Eu acho que cada vez mais os Partidos Políticos têm que se fortalecer. Tenho dito isto, Deputado Odacir Zonta, desde quando esta sua sigla mudou de nome, e espero que ela se fixe inclusive com este nome porque havia, com certeza, junto aos militantes da antiga Arena e do antigo PDS, até um problema. O Deputado Gilson dos Santos um dia me disse - e disse publicamente também - que quando a sigla tinha mudado novamente foi porque ela estava quase em conflito, ela não estava conseguindo mais se entender e não sabia mais o nome do seu Partido.

Espero, Deputado Gilson dos Santos, que ele fique com esta sigla que é até fácil de decorar, até fala em progressista, e que estes Partidos se transformem no grande Partido Liberal deste País, porque aí nós, do PT, poderemos fazer a discussão ideológica, a discussão de programas, de diferenças que acabam se apagando em cima de figuras carismáticas que acabam dominando as siglas.

E é fundamental que o PMDB tenha, sim, o candidato à Presidência da República, por que não? Como é que um Partido que tem quase duas mil Prefeituras,

se estou equivocado me corrijam, que tem quase cem Deputados Federais, senão mais, cerca de vinte Senadores, não tem uma candidatura? Quer dizer, como é que um Partido deste não tem um projeto para o Brasil e acaba assumindo ou aceitando uma maioria fisiológica que hoje está preocupada em cargos, em dois ou três Ministérios?!

É fundamental que o PFL se estruture enquanto Partido, que o PDT resgate a bandeira que está aí para ser resgatada, que é da social democracia, do trabalho, para que possamos efetivamente fazer política com seriedade neste País e aí, sim, nas eleições, no dia-dia cotejar as diferenças e as divergências que nós temos. Penso que este exemplo deste acordo mostrou que é possível fazer política com dignidade, com ética, com divergências que existem e continuarão existindo, mas com palavra, que é algo que infelizmente no vocabulário de muitos políticos já há muito tempo deixou de existir.

Neste sentido, eu acho que é um momento histórico e nós, como disse no aparte, temos clareza de que, com o nosso representante na Presidência, estaremos lutando por tudo aquilo que colocamos inclusive no papel durante o processo eleitoral no ano passado e estaremos aqui, não só a Bancada, à disposição da sociedade catarinense para fazer com que efetivamente melhorem a forma de fazer política em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) – Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Consulto os senhores Deputados do PDT se desejam fazer uso da palavra.

(Pausa)

Não havendo Deputados representantes do PDT que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PPB.

Com a palavra o Deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Senhor Deputado Odacir Zonta, Companheiro de Partido, é uma satisfação, é um privilégio, neste momento em que pretendo fazer um registro de despedida da função de Líder, tê-lo como Presidente nesta sessão.

Senhores Deputados, catarinenses presentes, eu uso o horário do Partido para uma questão talvez até de foro íntimo e de registro pessoal, e nem poderia ser diferente, Deputado Odacir Zonta, já que há um ano eu tive o privilégio de, pelos votos dos dez outros Companheiros, ter sido conduzido ao mais alto posto de confiança que qualquer Bancada oferece a um Membro, que é o de Líder desta Bancada.

Esse cargo se tornava mais relevante porque era - e ainda é - da Bancada numericamente mais expressiva, com uma missão muito própria, não de fazer oposição, porque sempre rebati e continuarei a dizer que esse enfoque é errado ao se atribuir a Partidos Políticos que ocupam a Assembleia Legislativa a condição de Oposição ou de Situação.

Quem sabe, Deputado Jaime Mantelli e senhores Deputados, algum dia a evolução da política nos permita dizer que temos um Poder Legislativo independente, de fato, dos demais Poderes. Eu sonho com isso e espero que nós possamos ser eleitos para defender e ter compromisso com quem nos elegeu, que são os eleitores, os cidadãos, as pessoas que confiaram a nós aquilo que de mais caro possuem, que é o seu voto, a manifestação da sua vontade, para que desempenhássemos uma função.

E assim fizeram os meus dez Companheiros: pensaram em um Deputado Estadual de 1ª Legislatura, que tivesse a condição ímpar de, em nome de dez Deputados, alguns como o Deputado Ivan Ranzolin, a quem tive a honra de suceder na Liderança do Partido e de quem retirei boa parte dos meus ensinamentos; ou do Deputado Gilson dos Santos, que já com cinco legislaturas teria tudo a nos ensinar; e outros como os Deputados Leodegar Tiscoski, Gilmar Knaesel, Reno Caramori e Udo Wagner, e os mais novos, aqueles que adentraram a esta Casa nesta legislatura, como os Deputados Lício Silveira e Olices Santini, que nos deram o privilégio de ter a sua companhia durante um ano difícil, um ano até conturbado e um ano atípico, fazer o exercício supremo da fiscalização dos atos do Poder Executivo, que nos levaria ao ponto culminante desse processo de fiscalização do Poder Executivo, que é dar permissão para julgar os atos do Poder Executivo, já que esse é o nosso limite, o limite do Poder Legislativo.

Esta condição atípica foi ofertada à Assembléia Legislativa no período, Deputado Leodegar Tiscoski, em que eu tive essa missão de ser Líder da Bancada do Partido Progressista Brasileiro. E se por um lado essa missão foi (e sempre será) difícil, espinhosa, até pela forma atípica, eu tive a felicidade de ter - e continuarei a ter durante este ano - pessoas que não são apenas Membros de uma Bancada, são membros também de uma família político-partidária chamada Partido Progressista Brasileiro. Uma família que me permitiu, muito mais do que apenas distribuir e dividir os ônus, como também achar ombros amigos para repartir e distribuir os ônus dessa atividade.

Em nenhum momento esta Bancada, por qualquer desliz que tivéssemos cometido, se insurgiu, se rebelou. Pelo contrário, sempre tive a voz amiga dos meus Companheiros para me animar, para me reconfortar, para me ajudar, para me estimular pelo meu trabalho, para que pudéssemos bem representar o Partido Progressista Brasileiro.

Agora, dentro de um processo que já se anunciava ao final do ano passado, quando pretendia, num processo de alternância, fazer com que a Bancada do Partido Progressista Brasileiro buscasse o Líder para o ano de 1998 e quando o meu Partido me confiava para mais uma missão, que é a de ajudar a coordenar o trabalho da Escola de Formação Política do Partido Progressista Brasileiro, e quando já a partir do dia 1º de março terei também a honra de suceder na coordenação da Bancada Suprapartidária do Norte e Nordeste por três meses o Deputado Reno Caramori, venho até aqui para fazer estes registros.

O registro de agradecimento primeiro à minha Bancada, como já disse, pela honra e pelo privilégio que tive, desejando que em nenhum momento a tenha frustrado, e também aos demais Partidos que sempre tiveram a galhardia, a condição de respeito do tratamento que os Parlamentares desta Casa têm como primeira e mais importante máxima no seu relacionamento pessoal para que bem pudesse representar não a mim, mas, sim, a um Partido Político que veio a esta Casa, assim como todos os demais Partidos, fruto do voto popular, democrático, livre da população de Santa Catarina.

Neste momento, onde se prenuncia - a partir talvez de amanhã ou senão na segunda-feira próxima como prazo máximo - a substituição da Liderança da Bancada do PPB, era este o registro que gostaria de fazer, pedindo esta condição ao meu Partido de ocupar um horário político para fazer esta manifestação de alegria pelo fato vivido, pela honraria que me concederam e que vai constar do meu currículo de vida pública de ter sido Líder da Bancada do PPB e, sem dúvida nenhuma, por ter compartilhado com todos os senhores nessa condição e na honraria máxima de ser o Líder de pessoas amigas e tão experientes como são todos os demais dez Deputados da Bancada do PPB.

O Sr. Deputado Leodegar Tiscoski - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Pois não!

O Sr. Deputado Leodegar Tiscoski - Deputado Eni Voltolini, no momento em que V.Exa. coloca a sua posição de avaliação até deste ano em que V.Exa. exerceu a Liderança da nossa Bancada, eu quero, em primeiro plano, cumprimentá-lo pelos posicionamentos, pela forma democrática, competente com que dirigiu os trabalhos.

A V.Exa., que está em primeiro mandato, mas já mostra claramente o quanto é competente e o quanto tem futuro na política catarinenses, os nossos cumprimentos pelo desempenho na Liderança da nossa Bancada. Eu me senti e me sinto muito honrado em tê-lo como Líder neste período. E naturalmente como ainda não existe definição sobre quem será o Líder, podendo V.Exa. ser conduzido à Liderança da Bancada ou outro dos nossos Companheiros de Bancada, eu quero deixar realmente o meu registro de cumprimento não só como Deputado Estadual, mas como Presidente Estadual do PPB, Bancada que V.Exa. dirigiu num ano muito difícil, que foi o ano de 97, e consequi algo que talvez seja muito difícil em política: manter a unidade da Bancada, não só as decisões firmes, mas manter a unidade da Bancada e de onze Deputados neste período tão difícil que passamos em 97.

Parabéns a V.Exa.!

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Eu lhe agradeço, Deputado Leodegar Tiscoski, pelas palavras de generosidade não apenas proferidas neste momento, mas que durante todo o ano eu as obtive de V.Exa.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Pois não!

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Deputado Eni Voltolini, em primeiro lugar eu queria dizer a V.Exa. que liderança não se disputa. Liderança, sem dúvida nenhuma, se conquista. E V.Exa. conquistou da Bancada Estadual do PPB a condição de ser levado à Liderança pela unanimidade dos Companheiros. E é evidente que muitas pessoas às vezes dizem que unanimidade não é uma coisa muito salutar, não é uma coisa muito inteligente. Eu já sou completamente diferente daqueles que pensam assim.

O importante é que V.Exa. ao conquistar a unanimidade da nossa Bancada teve, neste ano, um trabalho brilhante, digno dos maiores elogios.

Eu, que tive a oportunidade de ser seu Vice-Líder, jamais entrei em qualquer tipo de debate que não fosse com o objetivo maior, ou seja, de somar para o Partido.

V.Exa. teve uma capacidade muito grande em todas as negociações que culminaram com a Mesa Diretora da Assembléia Legislativa e sempre teve como princípio o diálogo e o entendimento com os demais Partidos Políticos, mas não se afastando daquilo que é o fortalecimento do seu próprio Partido.

Eu quero dizer que foi muito bom trabalhar com V.Exa., mas eu espero que V.Exa. retorne um pouquinho e fique mais este ano. Eu não tenho dúvida de que se for impossível a sua presença, que V.Exa. empreste àquele que vai dirigir a Bancada toda a sua colaboração e sabedoria, objetivando para que continuemos com onze Companheiros e, acima de tudo, que entremos num ano eleitoral com um único discurso, que é o discurso para o bem do Estado de Santa Catarina.

Parabéns a V.Exa. pela condução da Bancada e a certeza de que V.Exa. tem sempre neste Deputado um amigo para colaborar.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Muito obrigado, Deputado Gilson dos Santos!

Eu quero dizer que a sua última frase representou a síntese de todo o seu trabalho. Quando fui eleito, na condição de Líder, V.Exa. dizia sempre: "Voltolini, você não tem que se preocupar comigo. Eu estarei sempre ao lado, na condição de amigo e na condição de Vice-Líder".

Eu queria deixar para os momentos finais um agradecimento especial aos dois Vice-Líderes. Ao Deputado Gilson dos Santos e ao Deputado Gilmar Knaesel, Deputados que, sem a preocupação do seu posto, tiveram sempre o entendimento de que o conjunto era o que mais importava. E aos onze votos, as onze pessoas que sempre se conduziram de uma forma tranqüila, fruto de um processo de democratização, com muita discussão interna na Bancada, com a presença assídua dos nossos Companheiros nas reuniões de Bancada, que permitiram que tivéssemos esse entendimento.

Obrigado, Deputados Gilson dos Santos e Gilmar Knaesel pelo valioso trabalho de Vice-Líderes durante o ano de 1997.

O Sr. Deputado Olices Santini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Pois não!

O Sr. Deputado Olices Santini - Deputado Eni Voltolini, também gostaria de dar o meu testemunho do trabalho de V.Exa., que já foi profícuo na Secretaria da Agricultura, na condição de Secretário Adjunto, onde já ajudou o Estado de Santa Catarina com o seu trabalho. E aqui na Assembléia Legislativa V.Exa. dá mais uma demonstração de contribuição para o seu Estado na Liderança do nosso Partido.

Parabéns pela forma correta, sensata e equilibrada com que V.Exa. conduziu a nossa Bancada e, sem dúvida nenhuma, além do trabalho que V.Exa. fez pelo nosso Partido, pelo PPB, temos convicção de que o seu trabalho também teve reflexo positivo na condução da Assembléia Legislativa no ano que passou.

Meus parabéns a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Eu agradeço o seu aparte, Deputado Olices Santini.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Pois não!

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Deputado Eni Voltolini, em primeiro lugar gostaria de dizer a V.Exa. que o seu nome, quando chegou à Assembléia Legislativa, já vinha precedido de embates políticos e de um trabalho significativo por Santa Catarina.

Então, não foi a primeira vez que prestou relevantes serviços à sociedade catarinense. Ao Norte do Estado e depois aqui na Secretaria da Agricultura e também como candidato a Prefeito, que muito nos orgulhou pela plataforma e pela forma como V.Exa. conduziu a sua eleição, e aqui na Assembléia Legislativa como Deputado. E neste último ano, no ano passado, como Líder, V.Exa. nos conduziu sempre pelo caminho da serenidade, da responsabilidade, do posicionamento firme, porque isso dá sempre segurança aos liderados.

Quero dizer a V.Exa. que já fui Líder várias vezes nesta Casa, mas me senti seguro com a liderança de V.Exa. Passamos um ano difícil, um ano complicado, porém realizamos a tarefa de legislar e V.Exa., pode ter certeza, comandou muito bem a nossa Bancada.

Posso dizer isso, e sou insuspeito porque durante todo este ano que fui liderado por V.Exa. procurei conduzir o meu trabalho de acordo com sua orientação.

Meus parabéns! Pode levar no seu currículo mais esta tarefa que V.Exa. exerceu com dignidade nesta Casa.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Agradeço o Deputado Ivan Ranzolin, pois vindo de V.Exa. estas palavras tem um valor especial.

V.Exa., como já bem disse, tem no seu currículo vastíssimos serviços prestados à Assembléia Legislativa exercendo a Presidência desta Casa, exercendo a Presidência de várias Comissões e exercendo a Liderança da nossa Bancada.

Portanto, o seu aval, como o de todos, muito representa. Agradeço, em definitivo, todos os Companheiros pela oportunidade. Desejo também ao Deputado João Henrique Blasi, que assume a

Liderança do PMDB, e ao Deputado Vanderlei Rosso, que assume a Segunda Vice-Presidência da Mesa Diretora, bem como aos outros Companheiros que vão substituir as suas funções por outras, igualmente importantes, que tenham o mais amplo sucesso não só agora no ano de 1998 como em toda a sua vida pública.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos 14 minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o Deputado Wilson Wan-Dall.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Senhor Presidente e senhores Deputados, em primeiro lugar eu gostaria de comunicar a esta Casa que este Deputado foi reconduzido à Liderança do PFL.

Quero agradecer aos Companheiros da nossa Bancada por mais esta indicação de permanecer na Liderança, já que no ano passado estive por pouco tempo. Enfim, agradecer aos Companheiros de Bancada por esta deferência.

Senhor Presidente e senhores Deputados, gostaria de fazer um registro, nesta tribuna, do Jornal de Santa Catarina, do dia de ontem, que é o jornal mais lido no Vale do Itajaí e que tem na sua página 2 uma matéria interessante na coluna de Opinião.

Gostaria de solicitar, verbalmente, para que seja registrado nos Anais da Casa, pois achei o artigo superinteressante, onde diz: (Passa a ler)

"Uma vitória catarinense

As obras da BR-101 mostram que quando uma sociedade se mobiliza alcança os seus objetivos.

Técnicos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) anunciam que dentro de 60 dias alguns trechos já duplicados da BR-101 poderão ser liberadas para o tráfego no Estado. Trata-se de uma notícia que merece ser festejada. Afinal, ela sinaliza para o epílogo feliz de uma luta que mobilizou a sociedade catarinense, que durante décadas foi obrigada a conviver com uma rodovia cuja esgotada capacidade de trânsito fê-la merecer o cognome de estrada da morte, ao mesmo tempo em que funcionava como um ponto de estrangulamento do desenvolvimento econômico do Estado. Os primeiros trechos estaduais a serem abertos para o trânsito serão os seis quilômetros entre a divisa com o Paraná e o trevo de Garuva, do trecho de Pirabeira até a Rua Ottkar Doerffel, em Joinville, e mais quatro quilômetros entre a ponte sobre o Rio Itapocu e o trevo de Barra Velha. Atrasos no cronograma das obras, entretanto, não permitirão que a duplicação chegue até Palhoça este ano, como inicialmente previsto, mas o DNER informa que até dezembro deverão ser liberados os primeiros 100 quilômetros até o trevo de acesso a Itajaí.

A duplicação da BR-101 nos seus 216,5 quilômetros em território estadual - de Garuva, na divisa com o Paraná, até Palhoça, na Grande Florianópolis -, foi obtida graças a uma memorável campanha de mobilização, que uniu todos os segmentos da sociedade catarinense, de suas mais expressivas lideranças aos mais humildes cidadãos.

O Jornal de Santa Catarina, juntamente com todos os demais veículos da RBS em Santa Catarina - Diário Catarinense, emissoras de televisão e rádio -, orgulha-se de ter dado sua contribuição a esta campanha, cujos bons frutos agora começarão a ser colhidos. Resultado de uma campanha editorial e institucional promovida pela RBS/SC, um abaixo-assinado popular, que alcançou o número, sem precedentes em Santa Catarina, de um milhão de assinaturas, foi enviado a Brasília, transformando-se num argumento decisivo para a solenidade realizada no Ministério dos Transportes, no dia 12 de dezembro de 1996, quando foram assinados os primeiros contratos para a duplicação.

Esta era uma obra há muito devida a Santa Catarina, eis que, além de imposta pela tragédia humana expressa pela verdadeira chacinha cotidiana no asfalto da estrada obsoleta, ela também se impunha pela sua importância como elemento reativador da economia estadual. Uma obra tornada ainda mais urgente pela acelerada integração do Estado aos grandes fluxos econômicos e turísticos do Mercosul. O anúncio de que dentro de 60 dias já será possível trafegar em alguns trechos duplicados, pequenos embora, merece registro e significa também um atestado de que quando uma sociedade se mobiliza ela alcança seus objetivos."

Realmente nos orgulha este artigo de que a sociedade se mobilizou. Mais de um milhão de assinaturas da nossa comunidade catarinense, juntamente com os órgãos de comunicação, principalmente o grupo RBS, fez com que este movimento se tornasse quase uma realidade. E, com certeza, vai ser uma realidade, porque não tem mais retorno, não tem mais jeito uma obra deste vulto ser paralisada em Santa Catarina.

Senhores Deputados, há quanto tempo não se via uma placa de uma obra do Governo Federal em Santa Catarina, há quanto tempo, meu Deus do céu!

Na minha região, a região do Vale do Itajaí, há mais de vinte anos tinha uma placa da conclusão da 470 do trecho Navegantes/Blumenau. Lembro-me de que na época o ex-Presidente Ernesto Geisel prometeu em alemão, lá num discurso na escadaria da matriz. Infelizmente o então ex-Governador Wilson Kleinübing teve que assumir esta bandeira e fazer com que essa obra se tornasse realidade. E hoje a BR-101, graças à mobilização, graças à imprensa de Santa Catarina, à nossa comunidade, torna-se hoje praticamente uma realidade.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Pois não!

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Eu tive a oportunidade de, mais uma vez, hoje trafegar por ela. E quero dizer que ao lado de sua alegria e da nossa alegria de ver a duplicação existe uma enorme preocupação. A preocupação com o estado atual de conservação do trecho original da BR-101.

Ela está em situação precaríssima. Nós precisamos exigir do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem medidas urgentes, nem que seja numa operação tapa buracos, porque em noites chuvosas ela se torna uma estrada perigosíssima pela falta da sinalização horizontal, principalmente em alguns trechos e pelos crescentes buracos que estão tomando conta do leito da BR-101.

Então, queria aproveitar para fazer esse pedido valendo-me do seu discurso para que nós, da Assembléia Legislativa, dirigíssimos ao DNER essa admoestação, porque isso representa segurança também.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL – Muito obrigado, Deputado Eni Voltolini.

Nós podemos até marcar uma audiência com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, e pessoalmente esta Casa poderá lá visitar.

Senhor Presidente, o resto dos minutos que tem a Bancada do PFL vai ser usado pelo nosso Presidente Estadual do PFL, Deputado Pedro Bittencourt.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) – Com a palavra o senhor Deputado Pedro Bittencourt, por até seis minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT – Senhor Presidente, senhores Deputados, servidores desta Casa e imprensa, é com alegria e com satisfação que retornamos à tribuna depois dos festejos do Momo, e reencontrar os senhores Deputados que, tenho certeza, aproveitaram esses instantes, além do prazer da alegria e do lazer, e estão voltando para as suas atividades político-partidárias.

O nosso Partido, no dia de hoje, reiniciando as atividades, já teve a oportunidade de realizar uma reunião no almoço para, com a sua Bancada, deliberar sobre alguns posicionamentos indispensáveis a tomadas de posição no reinício dos nossos trabalhos.

O primeiro deles, já aqui comunicado oficialmente pelo Deputado Wilson Wan-Dall, diz respeito à permanência do nobre Deputado na Liderança da Bancada, que tão bem a conduziu durante os meses de outubro, novembro e dezembro aqui nesta Casa, que agora tem essa missão a desempenhar também durante o ano de 1998, um ano extremamente difícil, tendo em vista o calendário eleitoral.

Mas tenha certeza o Deputado Wilson Wan-Dall – e falo em nome pessoal, como Presidente do Partido e em nome dos Companheiros de Bancada – que estamos conscientes de ter entregue a missão, em boas mãos, nas suas mãos para liderar a nossa Bancada durante este ano de 1998.

Ainda um outro assunto, senhor Presidente, que me cabe nesta tarde dar conhecimento a V.Exa. e à Casa diz respeito às alterações ocorridas no dia 16 de fevereiro, quando do reinício dos nossos trabalhos, da sessão solene aqui realizada e da sua posse na Presidência desta Casa, tendo em vista um acordo ocorrido no ano de 1997, quando da eleição da Mesa desta Assembléia, numa composição entre V.Exa. e o Deputado Francisco Küster e os Partidos que naquele momento lhe emprestaram o apoio, e que colimou com a renúncia do senhor Deputado Francisco Küster no dia 16 de fevereiro da Presidência da Casa e a posse de V.Exa., na condição de Primeiro Vice-Presidente, assumindo os Poderes do exercício da Presidência desta Casa.

Quando este fato foi noticiado a nível da opinião pública de Santa Catarina, em diversos momentos também eram instados os senhores Parlamentares que não haviam participado do citado acordo se estariam ou não dispostos a ver o

cumprimento daquele entendimento que havia sido celebrado entre V.Exa., o Deputado Francisco Küster e os Partidos que tinham sido objeto daquela aliança, daquele entendimento.

Eu, em diversas ocasiões, manifestava que o meu Partido, o PFL, havia disputado a Presidência com um candidato próprio no pleito de fevereiro de 1997, mas entendia legítima vitória conquistada pelo Deputado Francisco Küster, por V.Exa. e pela Mesa que havia sido então empossada, bem como entendíamos legítimo o acordo que tinha sido feito e que nós não tentaríamos nenhuma ação, nenhuma alteração, nenhuma modificação. Se algo fosse proposto, o nosso Partido obviamente iria analisar, iria avaliar e iria se posicionar a respeito.

Felizmente, eu também tive a oportunidade de dizer a V.Exa., quando fui procurado e indagado a respeito, que de minha parte não poderia ser diferente o entendimento da correção do acordo, porque eu, em conjunto com o Deputado Ivan Ranzolin, também havia celebrado o entendimento em janeiro ou fevereiro de 1993, quando assumi a Presidência na época da renúncia do então Presidente Deputado Ivan Ranzolin, a partir de 1994, tendo cumprido o restante do mandato.

Assim, senhor Presidente, a nossa primeira manifestação é no sentido de desejar – o que já fiz pessoalmente e agora de público -, em nome da minha Bancada e em nome do meu Partido, êxito a V.Exa., para que possa conduzir, pelas condições e equilíbrio que tem.

Eu tive a alegria de tê-lo como meu segundo Vice-Presidente na Mesa Diretora que presidi durante o biênio de 95/96 e sei do trabalho que nos emprestou, bem como a sua solidariedade, o seu companheirismo, a sua permanente ação em favor do Poder Legislativo.

Por estas razões e por estas condições que eu tenho consciência da sua capacidade para bem conduzir o Poder Legislativo durante este ano de 98, com as dificuldades naturais do ano eleitoral. Mas V.Exa. já se antecipa, até mesmo tendo comunicado a algumas Lideranças desta Casa e pela imprensa a sua intenção de introduzir aquele calendário especial para evitar o atropelamento das sessões e do processo a nível da eleição de Santa Catarina neste ano de 98.

Agora, um outro fato vem sendo noticiado pela imprensa, que é o que se refere à eleição que esta Casa deve fazer em razão da vaga ocorrida na Primeira Vice-Presidência, tendo em vista a renúncia do Presidente e a posse de V.Exa. como Presidente desta Casa.

O Deputado Francisco, em nenhum momento, teve qualquer conversa com este Parlamentar neste sentido e nem com qualquer outro Companheiro de Bancada. Eu tenho certeza que durante o seu exercício na Presidência o fez com as qualidades que lhes são peculiares, com os defeitos também que cada um de nós carrega. Mas foi um homem que comprovou a sua história neste Parlamento de Santa Catarina, de retidão e de correção até o último dia quando cumpriu o acordo.

Por isso quero anunciar a V.Exa. e ao Deputado Neodi Saretta, aos senhores Deputados, à imprensa que cobre as nossas atividades de que o PFL, reunido no dia de hoje, decidiu em também participar deste processo da eleição para o cargo de Primeiro Vice-Presidente. Não temos absolutamente nenhuma indicação partidária a fazer.

Nós temos na composição da Mesa o Deputado Adelor Vieira a nos representar; o nosso Partido não irá apresentar nenhum candidato, por isso se outras candidaturas não forem apresentadas, o Partido estará também apoiando a candidatura do Deputado Francisco Küster, se ele receber o nosso apoio obviamente, à Primeira Vice-Presidente da Casa.

Há uma ação partidária, há um entendimento do Partido de que este acordo celebrado não modifica absolutamente nada, ele não se altera em razão deste processo. E nós não temos absolutamente nenhuma razão para impedir ou para neste instante apresentar candidatura adversa àquela do Deputado Francisco Küster.

Há pouco fui também informado pelo Deputado Vanderlei Rosso de que a Bancada do PMDB, num acordo também ocorrido anteriormente, deverá apresentar uma alteração na Segunda Vice-Presidência, cargo que hoje ocupa na Mesa Diretora. O Deputado Luiz Herbst deverá também renunciar ao seu posto, devendo também haver uma nova eleição para Segundo Vice-Presidente.

Não conversei sobre esse assunto com a minha Bancada, mas não vejo também nenhum impedimento, e de minha parte quero manifestar ao Deputado Vanderlei Rosso o meu apoio, a minha simpatia para que ele possa representar a sigla na nova composição da Mesa, que deverá ter a votação no dia de hoje.

Assim, senhor Presidente, eu que havia manifestado a V.Exa. na semana passada, quando fui procurado, que lhe traria uma opinião, uma posição partidária a respeito deste assunto, hoje o faço de forma pública.

Eu peço escusas a V.Exa., pois era para ter feito esse comunicado antecipadamente, mas quero informar que o PFL, neste instante, assume publicamente a posição de, no momento da eleição, do preenchimento dos cargos de Primeiro e Vice-Presidente e, se for o caso, de Segundo Vice Presidente, participar deste processo eleitoral, de manifestar obviamente que os nossos Deputados, neste momento, têm a liberdade dos votos, mas a recomendação da direção partidária é para que o voto seja dado em nome do Deputado Francisco Küster para ocupar a Vice-Presidência da Casa e o Deputado Vanderlei Rosso para ser o Segundo Vice-Presidente da Casa.

Era esta a manifestação que eu gostaria de fazer com a certeza e a consciência de que partidariamente nós estamos cumprindo com aquilo que nos delegaram, procurando demonstrar também e dar conhecimento de que em nenhum instante e em nenhum momento nós procuramos outros caminhos que não fossem legais, que não fossem morais e que não fossem éticos para que o processo, a nível da Assembléia de Santa Catarina, pudesse ser conduzido, pudesse ter continuidade.

Eram estas as manifestações, senhor Presidente e senhores Deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) – Obrigado, senhor Deputado Pedro Bittencourt. Esta Presidência também agradece a V.Exa. e reafirma o desejo de que todas as Bancadas possam trabalhar em conjunto, em benefício da população catarinense e em defesa do Poder Legislativo.

Senhores Deputados, tendo em vista ter havido a renúncia do Deputado Luiz Herbst da Segunda Vice-Presidência, conforme já comunicado anteriormente, e estando também vago o cargo de Primeiro Vice-Presidente em função do mesmo ter assumido a Presidência, nos termos do art. 15 § 1º do Regimento Interno, deveremos proceder à eleição dos cargos de Primeiro Vice-Presidente e Segundo Vice-Presidente.

Para isso esta Presidência convida os senhores Líderes de Bancada, o senhor Líder do Governo para uma reunião no gabinete da Presidência neste instante para prepararmos as formalidades para esta eleição.

Portanto, suspenderemos a sessão por dez minutos. Este tempo além de servir para preparação das formalidades e uma reunião entre esta Presidência e a Mesa Diretora e os senhores Líderes, será o tempo também dado às Bancadas que desejarem indicar nomes para concorrer aos dois cargos mencionados, ou seja, o de Primeiro Vice-Presidente e o de Segundo Vice-Presidente.

Suspendo, portanto, a presente sessão por dez minutos e convido os senhores Líderes para se dirigirem ao gabinete da Presidência.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) (Faz soar a campainha) – Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Registramos o nome dos Deputados Francisco Küster e Vanderlei Rosso para concorrerem aos cargos de Primeiro e Segundo Vice-Presidentes, respectivamente.

Antes de esclarecermos os termos da votação, solicitamos ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à chamada dos senhores Deputados.

Registrando a unanimidade da presença dos Deputados nesta tarde, nesta Quarta-feira de Cinzas, esta Presidência não poderia deixar de fazer o registro público a todas as Bancadas, a todos os Deputados de que sendo um dia atípico, em função do feriado de carnaval, estão presentes, hoje, os 40 Deputados, numa demonstração de responsabilidade política, de responsabilidade com a sociedade catarinense. Depois deste registro, acho que fica dispensada a chamada dos senhores Deputados.

Senhores Deputados, a eleição se fará por escrutínio secreto, devendo os candidatos receberem os votos da maioria dos Membros da Assembléia para serem declarados eleitos em primeiro escrutínio. Caso não ocorra maioria absoluta, será realizado um segundo escrutínio, observando para a eleição a maioria simples de voto.

As cédulas com a chapa para Primeiro Vice-Presidente, Deputado Francisco Küster, e para Segundo Vice-Presidente, Deputado Vanderlei Rosso, encontram-se na cabina. Os senhores Deputados, ao serem chamados, deverão dirigir-se ao local de votação e proceder à devida votação.

Em votação.

Convidamos o Segundo Secretário, Deputado Gervásio Maciel, para assumir a Presidência a fim de que possamos exercer o direito de voto.

(O senhor Segundo Secretário assume a Presidência.)

(Vota o senhor Presidente.)

(Votam os demais Membros da Mesa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) – Solicitamos ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à chamada dos senhores Deputados para que exerçam seu direito de voto.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados para a votação secreta.)

Perguntamos aos senhores Deputados se alguém deixou de ser chamado para votar.

(Pausa)

Não havendo mais ninguém para votar, declaramos encerrada a votação.

Convidamos os senhores Deputados Sérgio Silva, Líder da Bancada do PMDB, e Eni Voltolini, Líder da Bancada do PPB, para serem escrutinadores.

(Procede-se à apuração dos votos.)

Confere o número de sobrecartas com o número de votantes.

Votaram 40 senhores Deputados.

Temos 38 votos "sim" e 02 votos em branco.

Declaro eleito como Primeiro Vice-Presidente desta Assembléia Legislativa o Deputado Francisco Küster, a quem convido para tomar assento na Mesa Diretora.

(Palmas)

Declaro eleito como Segundo Vice-Presidente desta Assembléia Legislativa o Deputado Vanderlei Rosso, a quem também convido para tomar assento nesta Mesa Diretora.

(Palmas)

Senhores Deputados, com a eleição dos Vice-Presidentes, fica recomposta a Mesa Diretora desta Assembléia Legislativa, que passa a ter na Presidência, já desde o dia 16 este Deputado, na Primeira Vice-Presidência o senhor Deputado Francisco Küster, na Segunda Vice-Presidência o senhor Deputado Vanderlei Rosso, na Primeira Secretaria o senhor Deputado Odacir Zonta, na Segunda Secretaria o senhor Deputado Gervásio Maciel, na Terceira Secretaria o senhor Deputado Afonso Spaniol e na Quarta Secretaria o senhor Deputado Adelor Vieira.

Esta Presidência, em nome da Mesa Diretora, deseja que os dois novos Membros - o Deputado Francisco Küster na verdade continua na Mesa Diretora, troca apenas de função - possam fazer um trabalho voltado aos interesses da sociedade catarinense como têm feito no decurso do seus mandatos. Que juntos possamos dar a resposta que a sociedade catarinense espera deste Parlamento.

Gostaríamos de registrar, nesta quarta-feira de Cinzas, a presença dos quarenta senhores Deputados.

Gostaríamos de registrar também que fizemos uma reunião com os senhores Líderes há alguns instantes, onde chegamos a esta posição de consenso e de respeito inclusive aos acordos políticos aqui estabelecidos, o que, com certeza, dá um exemplo para Santa Catarina e fortalece o nosso Poder Legislativo.

Tão pisado tem sido o Poder Legislativo, mas não nos cansamos de dizer: ruim com o Poder Legislativo, pior ainda sem este Poder, que tem sido o sustentáculo da democracia. Aqui tem ressoado todas as vozes e todas as posições políticas do Estado de Santa Catarina.

Por isso reafirmamos a nossa convicção na defesa deste Poder, na autonomia deste Poder, na forma democrática com que ele se constitui e com que ele é conduzido pelas suas Lideranças, pelas suas Bancadas e pela Mesa Diretora.

Este registro público queremos deixar e um agradecimento também a todas as Bancadas e a todos os senhores Deputados.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Eni Voltolini – Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI – Queremos apenas nos juntar, em nome da Bancada do PPB, aos seus registros, Presidente, e saudar o momento especialmente importante do Poder Legislativo.

Ganhamos todos nós. E neste momento abro um espaço para me dirigir aos Deputados Gervásio Maciel e Odacir Zonta, que tão bem nos souberam representar durante todo o ano de 97 e continuarão a fazer.

A Bancada do PPB se sente satisfeita com o trabalho de S.Exas., orgulhosa de tê-los na nossa Bancada e representando-nos na Mesa Diretora.

Ficamos todos nós satisfeitos, Presidente, pelo momento especial, não de resgate, pois o Poder Legislativo não precisa resgatar, ele apenas precisa assumir a sua verdadeira identidade de Poder Legislativo. E é por conta deste momento especialmente importante que a Bancada do PPB quer também desejar ao Primeiro Vice-Presidente, Deputado Francisco Küster, e ao Segundo Vice-Presidente sucesso na sua nova função.

Tenho certeza de que a farão com o brilhantismo com que sempre conduziram a sua atividade e poderão ter certeza de que a Bancada do PPB, neste momento e em todos os outros, terá a condição de parceira, sempre olhando Santa Catarina.

Sucesso, senhor Presidente! Sucesso, Vice-Presidente! Sucesso, Mesa Diretora!

O Sr. Deputado Sergio Silva – Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) – Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Sérgio Silva.

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA – Nós, apenas, gostaríamos, também, de encaminhar, em nome dos companheiros da Bancada do PMDB, as felicitações deste ano que se inicia na Assembléia Legislativa, até porque nós tivemos, no ano passado, um ano difícil. Não houve facilidades para nenhum dos quarenta Parlamentares. Ao contrário, só aconteceram dificuldades.

Este ano, pelo visto, que também é um ano que a princípio se desenhava complicado, por ser um ano eleitoral, as coisas, aqui na Assembléia se revelam, exatamente, andando em sentido oposto, no sentido do entendimento, da responsabilidade, no sentimento de que é preciso resgatar a democracia, e o Poder Legislativo é uma das suas âncoras, talvez a mais forte, porque é a mais democrática, a mais plural. De todos os Poderes é o constituído com a maior representação que nós temos, direta, do povo catarinense.

Por isso, eu queria felicitar o companheiro Deputado Vanderlei Rosso, por ter atingido democraticamente o posto que agora ocupa, e também o Deputado Francisco Küster, que cumprindo acordo sai da Presidência, entregando-a ao Deputado Neodi Saretta. E, agora, assume, pelo voto direto de V.Exas., outros dois Parlamentares na condição de Primeiro e de Segundo Vice-Presidente.

Esse é um registro, tenho certeza, para a história deste Parlamento que marcará época. Após a tempestade, a bonança atinge este Plenário, até porque todos os quarenta Deputados são homens de bem. Aliás, trinta e nove homens de bem e uma mulher de bem que, igualmente, de forma acertada, cumpre as suas obrigações legislativas.

Senhor Presidente, eu quero também registrar que apesar de estarmos vivendo a Quarta-feira de Cinzas, a nossa quarta-feira é de trabalho e não apenas de comemorações pós-carnavalescas, e os quarenta Deputados no Plenário demonstram a seriedade com que iremos cumprir este ano que nos resta de responsabilidade legislativa.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall – Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) – Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Wilson Wan-Dall, Líder da Bancada do PFL.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL – Senhor Presidente, em nome do PFL eu gostaria de fazer dois agradecimentos. Em primeiro lugar, por V.Exa., Deputado Presidente, ter tido a habilidade de, antes da votação, chamar as Lideranças em seu gabinete e procurar um consenso. Foi uma demonstração de habilidade de V.Exa. o fato da Mesa Diretora poder conversar com as Lideranças.

Gostaria de cumprimentar o Deputado Francisco Küster e o Deputado Vanderlei Rosso, Primeiro e Segundo Vice-Presidente desta Casa. Em nome do PFL os nossos cumprimentos, desejamos sucesso junto à Mesa Diretora e junto a estes Parlamentares.

Os nossos cumprimentos, parabéns, e com certeza o PFL se orgulha,

nesta tarde, de poder participar deste consenso, até porque o PFL está bem representado na Mesa Diretora com o Deputado Adelor Vieira.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Carlito Merss – Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) – Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Carlito Merss, Líder da Bancada do PT.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Senhor Presidente, como já havia feito na reunião de Líderes, estou reforçando, porque estamos vivendo um momento histórico: é importante a Mesa ser eclética, com todos os Partidos que representam a sociedade aqui nesta Casa. E não me canso também de reforçar a postura do Deputado Vanderlei Rosso nesses três anos. Convivemos na Comissão de Finanças e posso dizer que é uma pessoa que sempre defende com muito ardor, com muita vontade, os seus pontos de vista.

Tenho certeza de que o Deputado Vanderlei Rosso será um grande colaborador desta Mesa, assim como também o Deputado Francisco Küster, retornando a um cargo na Mesa Diretora, o que havia sido acordado.

Senhor Presidente, fico feliz em ver numa Quarta-feira de Cinzas os quarenta senhores Deputados presentes neste Plenário. O PT, administrando hoje a Presidência da Assembléia Legislativa, dá essa demonstração. E tenho certeza de que a partir de 1999, administrando também Santa Catarina, teremos essa presença em todas as Secretarias para o bem de Santa Catarina.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Afonso Spaniol – Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) – Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Afonso Spaniol, em nome do PDT.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOL – Senhor Presidente, primeiramente está de parabéns a Assembléia Legislativa pela totalidade da presença dos seus quarenta Deputados. E está de parabéns V.Exa., Presidente, pelas tratativas e iniciativas que tomou conversando com as Lideranças e propiciando esse entendimento.

Está de parabéns o Deputado Francisco Küster, que foi quem deu o primeiro sinal. Honrou o acordo assumindo e cumprindo o compromisso.

Também está de parabéns o Deputado Vanderlei Rosso, a quem desejamos as boas-vindas, ora representando a Bancada do PMDB.

Deputado Vanderlei Rosso, seja bem-vindo e faça, juntamente com os demais Membros da Mesa, um belo trabalho na Assembléia Legislativa.

O Sr. Deputado Jorginho Mello – Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) – Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Jorginho Mello.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO – Senhor Presidente e senhores Deputados, este Parlamento acabou de dar uma demonstração de grandeza, consolidando que acordos políticos são possíveis de ser cumpridos e honrados e, como já foi falado aqui por outros Companheiros, numa Quarta-feira de Cinzas, com os quarenta Deputados presentes.

Então, na pessoa do Deputado Francisco Küster, quero cumprimentar a Mesa bem como o Deputado Vanderlei Rosso pela eleição.

Também gostaria de dizer ao Deputado Carlito Merss, senhor Presidente, que nunca tivemos dúvidas, nem eu e muito menos o Deputado Francisco Küster, da boa condução que V.Exa. poderia dar a este Parlamento, dignificando, engrandecendo e fazendo com que a Assembléia Legislativa seja respeitada em todos os cantos de Santa Catarina. Acabamos de dar essa demonstração.

Meus parabéns e felicidades aos dois Membros que integram a partir de hoje essa Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) – Finda as manifestações pela ordem, nós, mais uma vez, em nome da Mesa Diretora, queremos agradecer aos senhores Líderes, bem como desejar que possamos realizar esse trabalho em conjunto e assim garantir a presença maciça em todas as votações que tivermos até o final do nosso mandato, Deputado Ivan Ranzolin.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin – Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) – Antes de conceder a palavra pela ordem a V.Exa., a não ser que seja um registro a respeito desta questão...

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin – Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) – Concederei a palavra em seguida, e após ao Deputado Vanderlei Rosso e ao Deputado Francisco Küster para que façam os seus registros.

Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN – Senhor Presidente, quanto aos dois Deputados que enobrecem esta Mesa, os registros já foram feitos pelas Lideranças, eu apenas quero, particularmente, cumprimentá-los.

A palavra, pela ordem, senhor Presidente, eu peço para ratificar aqui em Plenário o que nós acordamos na terça-feira da semana passada na Comissão de Constituição e Justiça.

Temos hoje, logo após o término desta sessão, uma reunião extraordinária, inclusive já encaminhei ofício a V.Exa. para a devida publicação. Essa reunião extraordinária irá tratar sobre três projetos específicos: com relação ao Fundão, ao salário-educação e ao Projeto de Decreto Legislativo nº 001, todos relacionados à educação e com caráter de urgência, em função do tumulto que existe nas Prefeituras.

Há um pedido também de urgência dos Prefeitos, através da Fecam, e a Assembléia Legislativa vai dar mais essa contribuição, a começar hoje pela Comissão de Justiça.

Por isso, nós estamos ratificando o pedido aos senhores Membros que compareçam e também convidando os demais Deputados, pois se tratam, todas, de matérias originárias desta Casa. São dois vetos e um projeto de decreto legislativo.

Assim, senhor Presidente, eu gostaria que V.Exa. fizesse essa ratificação em Plenário, para dar a solenidade de convocação oficial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) – Fica, portanto, ratificada a convocação da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis para essa importante reunião, a ser realizada tão logo encerrarmos a presente sessão.

O Sr. Deputado Sergio Silva – Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Sergio Silva.

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA – Gostaríamos de tratar de um outro assunto, senhor Presidente, por uma falha que aconteceu quando não apresentamos o requerimento de congratulações ao jornal A Notícia. O documento já está pronto, mas infelizmente não chegou em tempo de ser incluído na pauta da Ordem do Dia.

Eu pediria a gentileza de podermos incluir, até porque o jornal é da nossa cidade, está completando 75 anos e, com orgulho, digo que participei do quadro de funcionários dessa empresa jornalística. E hoje tenho a oportunidade de vir aqui homenagear este importante diário de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) – V.Exa. pode encaminhar, em seguida faremos a votação dos outros requerimentos, e a Presidência vai deferir o presente requerimento, pois é de competência do Presidente o seu deferimento.

Com a palavra o senhor Deputado Vanderlei Rosso, Segundo Vice-Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI ROSSO – Senhor Presidente, senhores Deputados, venho a esta Tribuna, nesta Quarta-feira de Cinzas, para agradecer a todos os trinta e nove senhores Parlamentares, à senhora Deputada, ao Presidente e ao Vice-Presidente eleito, Deputado Francisco Küster.

Quero dizer que é uma satisfação termos em Plenário os quarenta Parlamentares numa Quarta-feira de Cinzas, e é uma satisfação também, dos quarenta votos, termos levado trinta e oito, juntamente com o Deputado Francisco Küster.

Obrigado a todos os trinta e nove senhores Deputados!

Gostaria também de dizer que nós vamos, senhor Vice-Presidente, nos esforçar ao máximo para fazer aquilo que o nosso amigo Deputado da nossa Bancada, o engenheiro Luiz Herbst, fez durante um ano à frente da Segunda Vice-Presidência.

Nós queremos nos esforçar para colaborar com a Mesa Diretora desta Casa no sentido de fazer tudo o que possível for para o bom andamento do Poder Legislativo catarinense. Também queremos agradecer ao nosso Líder de Bancada, Deputado Sergio Silva, pelo eficiente trabalho durante dois anos à frente da nossa Liderança.

Gostaria de agradecer também ao Deputado Herneus de Nadal, que por três anos foi o Líder do Governo nesta Assembléia Legislativa, pelo eficiente trabalho que fez para o Governo e para os catarinenses aqui neste Parlamento.

Nobres Colegas, é uma satisfação participar da Mesa Diretora. Queremos dizer também ao Deputado Francisco Küster, que deixou a Mesa Diretora, cumprindo um acordo partidário, que está de parabéns pela sua atitude. Está também de parabéns toda a Mesa Diretora pela condução que teve no período de um ano à frente da Assembléia Legislativa.

Desejamos a todos que neste ano possamos fazer um trabalho mais harmonioso, que não seja de tempestade mas, sim, de bonança. E que todos aqueles que vão concorrer à reeleição, ou eleição para outros cargos, tenham sucesso na sua caminhada. Agradeço à Bancada do PPB, do PSDB, do PFL, do PT do PDT e do PMDB por nos ter confiado essa função na Mesa Diretora.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) – Com a palavra o senhor Deputado Francisco Küster, Primeiro Vice-Presidente da Assembléia Legislativa.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER – Senhor Presidente, senhores Deputados, Líderes, meus Colegas, amigos, senhores da imprensa, servidores deste Poder.

Em primeiro lugar, eu quero externar publicamente a satisfação de obter uma consagrada votação, num pleito que é a primeira vez que dispufo, na condição de vice. Vou completar trinta anos de vida pública, já disputei três eleições de Vereador, quatro de Deputado Estadual - este é o meu quarto mandato como Deputado Estadual -, fui duas vezes candidato a Prefeito e em entidades outras disputei eleição sempre como candidato a Presidente.

É a primeira vez que dispufo uma eleição de vice numa votação consagrada, fruto da generosidade de todos os Colegas, de todas as Bancadas. Agradecer seria repetir o que já foi dito aqui. Foi um ato de vontade de todos. Antes do processo de votação já acompanhávamos a manifestação de apoio e já sabíamos que o resultado seria mais ou menos esse.

Vimos e sentimos apoio no pronunciamento do Deputado Pedro Bittencourt, representando a Bancada do PFL, do eminente Líder da Bancada do PPB, Deputado Eni Voltolini, representando a sua Bancada, Bancada esta que nos foi leal desde o primeiro momento em que iniciamos a caminhada com vistas a chegar à Presidência da Assembléia Legislativa; também na manifestação feita pela Bancada do Partido dos Trabalhadores, na pessoa do seu Líder, Deputado Carlito Merz, Bancada esta que nos foi muito leal durante o período que estivemos na Presidência da Assembléia Legislativa; da mesma forma na manifestação por parte da Bancada do PDT, nas pessoas dos Deputados Afonso Spaniol e Jaime Mantelli e do meu Líder Jorginho Mello.

Agora, nesta oportunidade, a Bancada do PMDB consagra não só o nosso nome como também o do Deputado Vanderlei Rosso, essa figura extraordinária que aprendi a admirar, que não raras vezes fica nervoso, inquieto, mas leal, sincero, muito franco nas suas colocações. Portanto, foi um orgulho figurar numa chapa ao lado de Vanderlei Rosso e receber essa consagrada votação.

Depois de navegarmos em águas turbulentas durante um longo período, resistimos e vivemos uma travessia penosa para todos nós aqui nesta Casa, todas as Bancadas, todos os Deputados, num processo que foi extremamente desgastante. Todos nós nos desgastamos, mas saímos mais fortalecidos, amadurecidos no debate, no questionamento, porque é na adversidade que se forja o caráter. Não é nas águas mansas, a navegar na tranquilidade, que a pessoa consegue sedimentar, forjar um caráter temperado.

Eu acho que a Assembléia Legislativa de Santa Catarina fez, faz e muito ainda haverá de fazer para orgulhar a gente catarinense, o Estado catarinense. O dia de hoje foi uma grande demonstração de amadurecimento - quarenta Deputados presentes numa Quarta-feira de Cinzas. Participaram todos, a unanimidade de um processo, numa votação. Não houve um debate maior que dissesse: antecedeu o processo de votação uma discussão acalorada. Não houve um amadurecimento em torno de uma solução para que a Mesa estivesse literalmente composta.

Voltamos na condição de Membro da Mesa Diretora. Nós, que deixamos a Presidência em função de um acordo, voltamos agora a uma Mesa que é exercida colegiadamente. O sistema é presidencialista, mas exercitamos na prática um sistema colegiado, um sistema parlamentarista. E temos a convicção de que o Deputado Neodi Saretta vai dar continuidade a isso tudo, porque fez parte desse processo inovador que inauguramos nesta Casa.

O Sr. Deputado Ciro Roza – V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER – Pois não.

O Sr. Deputado Ciro Roza – Eu gostaria de deixar mais ou menos claro, com relação à sua exposição, com relação aos Partidos, com relação à afinidade de cada Partido, como o resultado foi trinta e oito votos “sim”, tivemos dois votos, parece-me, em branco, portanto, queria declarar aqui o meu voto, tanto o meu como o do Deputado Onofre Santo Agostini, e eu fiz questão de mostrar, porque na verdade eu acho que dentro dessas Bancadas não houve toda essa fidelidade.

Então, porque de repente houve dois votos em branco, dá a impressão que foram do Deputado Ciro Roza e do Deputado Onofre Santo Agostini. Então, fiz questão de mostrar o meu voto, votei em V.Exa., assim como votei também no amigo Vanderlei Rosso.

Só gostaria de deixar registrado isso para que não gerasse dúvidas. E gostaria também de parabenizá-lo, tenho a certeza de que a Assembléia Legislativa, até o dia 31 de dezembro, estará em boas mãos.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER – Muito obrigado. Um funcionário havia me dito que V.Exa e o Deputado Onofre Santo Agostini tinham votado. Eu não perguntei e jamais faria isso. Sorte que nós já sabíamos que tanto V.Exa. como o Deputado Onofre Santo Agostini tinham votado, porque um funcionário nos disse.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini – V.Exa me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER – Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini – Veja bem V.Exa. a coincidência: houve dois votos em branco, como eu e o Deputado Ciro Roza não temos mais Partido, até a decisão no Supremo, ficou mais ou menos delineado que esses votos foram nossos.

Nós invocamos aqui o testemunho do Deputado Paulo Vidal e do funcionário Célio, que me alcançou a cédula, coloquei no envelope e votei. Faço esse registro para não deixar qualquer dúvida, porque já estão especulando que fui eu e o Deputado Ciro Roza que votamos em branco. Absolutamente, se tivesse que não votar, eu teria dito a V.Exa. e ao Deputado Vanderlei Rosso, quando o Deputado Vanderlei Rosso me pediu o voto.

Nós queremos também nesta oportunidade desejar sucesso para V.Exa e ao Deputado Vanderlei Rosso, para que cumpram bem os seus deveres - evidentemente que têm feito isso como Deputado - como Membro da Mesa.

Sucesso, felicidades e que tudo corra bem.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER – Eu agradeço pelos apartes.

Para não me alongar, senhor Presidente, só queria fazer algumas colocações. Quero me reportar à lealdade dos membros da Mesa, a essa figura impar do Deputado Odacir Zonta, à figura de V.Exa., agora na Presidência desta Casa, ainda, na época, na condição de Primeiro Vice-Presidente, ao Deputado Luiz Herbst, essa grande figura, quietinho, discreto, mas de uma lealdade responsável, a esse companheiro também de Mesa Diretora, quando estávamos na Presidência e agora continuando, o Deputado Gervásio Maciel, empenhado no processo de informatização da Casa, ao Deputado Adelor Vieira, também com seus conselhos, com aquela sua postura de homem de fé, religioso, não raras vezes conversávamos em alguns momentos mais quentes do ambiente vivido, mas durante um longo período nesta Casa conversava muito com ele.

Enfim, quero me referir a todos os Companheiros, ao Deputado Afonso Spaniol, figura extraordinária, à nossa equipe, aos Diretores da Casa, aos Chefes de Departamentos, de setores desta Casa. Foi uma experiência altamente gratificante. Refiro-me ainda ao meu chefe de gabinete, Dr. Marcos, aos meus assessores, às pessoas que nos ajudaram. Cometemos equívocos? Cometemos, sim. Graças a Deus que cometemos equívocos.

Também agradeço a Deus por ter me dado coragem de, tão logo constatar os equívocos cometidos, corrigir esses equívocos. Nunca buscamos, nunca perseguimos o ideal da perfeição, seria uma ousadia

muito além do nosso alcance, e desafio qualquer ser humano que queira um dia pensar assim: eu atingi um estágio de perfeição, porque isso não existe; não acredito no ser humano que se autoproclama detentor dos conhecimentos e da perfeição.

Cometemos equívocos, é verdade, mas tivemos a coragem de corrigi-los. Graças a Deus sai da Presidência sem ter um ato meu contestado na Justiça. Eu tomei pela cara, durante o ano que passou, quase trinta mandados de segurança, trinta liminares, mas nada sobre os atos que praticamos, porque tivemos a grandeza de rever atos quando constatávamos que eles esbarravam em qualquer procedimento de ordem legal, constitucional ou de outra postura.

Também se tivéssemos praticado, se tivéssemos essa condição de praticar a perfeição, estaríamos decretando a sentença de morte do Poder Judiciário, o Poder revisor capaz de rever os atos e as injustiças praticadas.

Por isso, orgulhamo-nos inclusive dos equívocos que cometemos, somos humano. Feliz daquele que comete equívocos, daquele que erra, porque se errou, é porque ousou fazer. Foi assim que nós nos portamos e orgulhosamente dizemos de público, hoje, que não nos envergonhamos nem dos equívocos, muito pelo contrário, que cometemos, mas, sim, orgulhamo-nos.

Buscamos obstinadamente fazer as coisas certas. Mas, como já dissemos, o erro é uma das virtudes do ser humano. Mas também por outro lado orgulhosamente queremos dizer que não repetimos os mesmos erros, porque tivemos a sabedoria de viver o equívoco como um aprendizado, um aprimoramento do conhecimento.

É isso que eu quero desejar ao meu caro Presidente, Deputado Neodi Saretta, e sei que competência não lhe falta, tem de sobra conhecimento, experiência.

Quando eu cheguei à Mesa, como Presidente, já acumulava mais experiência do que nós o Deputado Neodi Saretta, porque já vinha de um período anterior fazendo parte da Mesa Diretora.

Por isso, hoje me sinto orgulhoso do resultado obtido, do apoio dos senhores Deputados, de todos os Deputados, de todas as Bancadas, de todos os Partidos.

Não posso deixar a tribuna sem fazer um registro. Conheço hoje, modéstia à parte falando, muito bem a Casa, os funcionários, um corpo de funcionários exemplar que veste a camisa. Mas também não posso dizer que são todos iguais. Existe um quisto dentro desta Casa, e é bom que os senhores Deputados, aqueles que vão à reeleição, que deverão voltar para cá, apercebam-se disso, senão, amanhã ou depois poderão pretender submeter os Deputados à tarefa de limpar a Casa, de varrer a Casa - sem que seja desonroso esse trabalho nobre que faz essa gente humilde, valiosa, da limpeza, para deixar este ambiente bonito e acolhedor. Mas não falta vontade a um grupo reduzido, minoritário, nesta Casa, de submeter os senhores Deputados às suas vontades.

Por isso, é preciso ter coragem para evitar que essa ousadia siga em frente, adiante, a ponto de querer pretender submeter Deputados ao julgo de vontades estranhas que não as vontades e os desejos da sociedade catarinense, do povo catarinense.

O povo espera muito de nós e temos condições e obrigação de atendê-lo nos seus anseios, nos seus pleitos, nas suas reivindicações, enfim, temos condição e obrigação de sermos bons parceiros.

Precisamos ter condições de trabalhar nesta Casa. Eu me vi em alguns momentos internos quase de choque, de conflitos. Por isso, não é um desabafo, é um alerta que faço, porque eu não vou voltar para cá. Mas muitos dos meus Colegas - desejo a todos que Deus os ajude e que possam se reeleger - retornarão. Portanto, estejam atentos, porque há um desejo latente de um grupo minoritário nesta Casa de submeter os Deputados, os representantes do povo, eleitos soberanamente pelo povo, a situações humilhantes nesta Casa. E creio que os senhores sabem bem de quem estou falando.

Deixo este registro a par dos agradecimentos e do enunciado do compromisso de continuar lutando pelo fortalecimento do Parlamento catarinense e pelo fortalecimento do nosso Estado de Santa Catarina, em parceria com a gente brava e ordeira, a gente catarinense.

Muito obrigado a todos!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) – Sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor Deputado Pedro Bittencourt, pedindo a constituição de uma Comissão Especial Externa, composta por três membros, para acompanhamento das tratativas junto ao Governo brasileiro e italiano para a pretendida repatriação dos restos mortais da heroína Anita Garibaldi para Laguna.

Em discussão.

(O senhor Deputado Eni Voltolini solicita, fora do microfone, ao Autor do requerimento para subscrevê-lo, o que lhe é concedido.)

De acordo com o Deputado Pedro Bittencourt, o Deputado Eni Voltolini passa a subscrever o requerimento.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Indicação de autoria do senhor Deputado Reno Caramori, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Secretário dos Transportes, solicitando providências no sentido de recuperar a BR-282, no trecho Vargem-BR-470, em Campos Novos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do senhor Deputado Reno Caramori, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Secretário da Educação, solicitando o retorno das atividades do Colégio Irmão Léo, de Caçador, para o prédio da UNC.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.
Em votação.
Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Indicação de autoria da Bancada do PMDB, pedindo medidas para revigoração de instrumento Legislativo para a concessão de redução parcial da multa, remissão, transação e condições para parcelamento de créditos tributários.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.
Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Indicação de autoria do senhor Deputado Reno Caramori, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Secretário dos Transportes, pedindo providências no sentido de melhorar o acesso na rodovia SC-469, no trecho que liga Campo Erê-Saltinho-Serra Alta.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.
Em votação.
Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.

O Deputado Sergio Silva, havia nos consultado a respeito da mensagem ao Jornal A Notícia. Solicitamos que nos seja endereçado o teor da mensagem, pois que esta Presidência deferirá de plano.
Terminada a matéria da pauta da Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.
Não há oradores inscritos.
Livre a palavra a todos os senhores Deputados.
(Pausa)
Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerraremos a presente sessão convocando outra, ordinária, para amanhã, com a seguinte pauta para a Ordem do Dia: requerimentos de autoria dos Deputados Reno Caramori, Ideli Salvatti e outros.
Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA DIRETORA

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 129/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, MARCOS LUIZ VIEIRA, Matrícula nº 1325, do cargo de Chefe de Gabinete da Presidência, Código PL/DAT-2, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 18/02/98.

Palácio Barriga-Verde, em 17/02/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Gervásio Maciel - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 130/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

NOMEAR DARCI VERONEZE, para exercer, em comissão, o cargo de Chefe de Gabinete da Presidência, Código PL/DAT-2, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 18/02/98.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 17/02/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Gervásio Maciel - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 131/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ, Matrícula nº

1894, do cargo de Assessor Legislativo Parlamentar, Código PL/DAT-1, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 18/02/98. Palácio Barriga-Verde, em 17/02/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spanhol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 132/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

NOMEAR MARCOS LUIZ VIEIRA, matrícula nº 1325, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor Legislativo Parlamentar, Código PL/DAT-1, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 18/02/98.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 17/02/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spanhol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 133/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar "ponto facultativo" para os servidores da Assembléia Legislativa, o próximo dia 23 de fevereiro, segunda-feira de Carnaval.

Parágrafo Único - O expediente de trabalho no próximo dia 25 de fevereiro, quarta-feira de "Cinzas", será das 13:00h às 19:00h.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Barriga-Verde, em 18/02/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spanhol - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DA PROCURADORIA

PROCURADORIA

Paulo Rocha Faria, Procurador-Presidente em exercício
Sandra Maria Raimundo Medeiros, Secretária

ATA DA 1256ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito (18) dias do mês de fevereiro de mil novecentos e

noventa e oito (1998), às quatorze (14) horas, sob a Presidência do Procurador-Chefe em exercício Dr. Paulo Rocha Faria, reuniu-se o Colegiado da Procuradoria da Assembléia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da 1256ª Sessão Ordinária com a presença dos Procuradores Renato Silveira, Anselmo Inácio Klein e Maria Margarida Bittencourt Ramos. Ausentes da reunião os Procuradores Harry Egon Krieger e Sérgio Luiz Carriço de Oliveira. Havendo número legal

o Senhor Presidente colocou em votação a ata da sessão anterior distribuída antecipadamente aos Senhores Procuradores a qual foi aprovada por unanimidade. Iniciando os trabalhos o Sr. Presidente deu conhecimento dos ofícios nºs 135/98/GP, de 02/02/98 do Excelentíssimo Senhor Presidente Deputado Francisco Küster da Assembléia Legislativa, endereça aos Senhores Membros do Colegiado da Procuradoria Jurídica da ALESC, cujos termos são os seguintes: " Diante do início das férias regulamentares do Procurador Michel Curi, Chefe dessa Procuradoria, a partir desta data, e tendo em vista a necessidade de dar prosseguimento normal às atividades do Colegiado, levo ao conhecimento dos membros desse órgão que o encaminhamento de documentos, a distribuição dos processos, os despachos a estes vinculados no âmbito administrativo, bem como a chefia e a presidência das reuniões, caberão, durante o impedimento do titular, ao Procurador Paulo Henrique Rocha Faria, atendendo o princípio de antiguidade no exercício das funções pertinentes a esse órgão técnico, critério este adotado quando das substituições eventuais nas reuniões ordinárias desse órgão procuratorial". A seguir deu conhecimento e distribuiu cópia aos Senhores Procuradores do MEMO 058/98, de 09/02/98 da Chefia de Gabinete da Presidência encaminhando ofício-circular PGE/GAB nº 007/97 do Procurador Geral do Estado e ofício nº 523/98 do Des. Wilson Guarany, do Mandado de Segurança nº 97.006985-5, impetrado em favor de João Carlos Von Hohendorff. Para proceder o relato de seus processos o Presidente passou a direção dos trabalhos à Procuradora Maria Margarida Bittencourt Ramos. O Procurador Paulo Rocha Faria relatou os processos de nºs 2835/97 de Mari Angela Pauli Custódio, 2874/97 de Edson José de Souza e 2876/97 de Dulcinea Regis, sendo aprovados por unanimidade e deferimento. Da Procuradora Maria Margarida Bittencourt Ramos foi aprovado unanimemente pelo deferimento os processos nºs: 2921/97 de Osni Ribeiro França e 2932/97 de Nadiesda Ghizzo Schimidt. O Procurador Anselmo Inácio Klein relatou os processos de nºs 2038/97 de José Monteiro de Souza, 2105/97 de Aristeu Vieira Stadler, 2621/97 de Osni Proença Pereira, 2789/97 de Sílvia Ferreira, 2804/97 de Cleia Maria Braganholo e 2824/97 de Jupira de Oliveira Alves que foram aprovados, o primeiro por unanimidade e deferimento, o segundo por unanimidade pelo indeferimento e os demais por unanimidade e deferimento. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão, convocando outra ordinária para o próximo dia vinte e seis (26) do mês de fevereiro, a mesma hora e local. Eu Sandra Maria Raimundo Medeiros, Secretária lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada vai assinada pelos Procuradores presentes. Sala das sessões em 26 de dezembro de 1998.

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 001/98

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

GABINETE DO SECRETÁRIO

OFÍCIO SEF/GABS Nº 0015/98

Florianópolis, 12 de janeiro de 1998.

A Sua Excelência o Senhor

Dr. Francisco de Assis Küster

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

NESTA

Senhor Presidente,

Em atendimento ao disposto no art. 31 da Lei nº 10.473, de 13 de agosto de 1997, estamos encaminhando o Quadro de Detalhamento da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, dos órgãos da administração direta e indireta, bem como de seus fundos.

Atenciosamente

Nelson Wedekin

Secretário de Estado da Fazenda

Lido no Expediente

Sessão de 25/02/98

*** X X X ***

Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis

Palácio Barriga Verde/Florianópolis, em 20 de fevereiro de 1998.

Ofício nº 002/98 CCJRL

Exmo. Sr.

NEODI SARETTA

Presidente da Assembléia Legislativa

Nesta

Serve o presente para comunicar a V. Exa., que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis, estará se reunindo extraordinariamente, no dia 25 deste mês, às 18 horas, para discutir e deliberar as seguintes matérias:

Mensagem Governamental nº 3165, que veta integralmente o projeto de lei que "Dispõe sobre a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, de que trata a Lei Federal nº 9.424, de 14 de dezembro de 1996";

Mensagem Governamental nº 3166, que veta integralmente o projeto de lei que "Dispõe sobre a distribuição da Quota Estadual do Salário Educação, entre o Estado e os Municípios - art. 212, § 5º da Constituição Federal"; e

Projeto de Decreto Legislativo nº 001.8/98, de autoria da Deputada Ideli Salvatti.

Diante do exposto, solicito a V. Exa., a devida publicação no Diário desta Casa.

Certo de sua pronta atenção, despeço-me, atenciosamente,

Deputado Ivan Ranzolin

- Presidente da CCJRL -

*** X X X ***

OFÍCIO

GAB. DO DEPUTADO LUIZ ROBERTO HERBST

A Sua Excelência o Senhor

Deputado NEODI SARETTA

Presidente da colenda Assembléia Legislativa

Nesta

Senhor Presidente,

Com minhas cordiais saudações, formalizo a minha renúncia ao honroso cargo de Segundo Vice-Presidente da colenda Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Através de V. Exa., agradeço o convívio com os demais Membros do Colegiado do qual agora me afasto.

Atenciosamente

Deputado LUIZ ROBERTO HERBST

DESPACHO

Lido em Sessão de 25/02/98

*** X X X ***

OFÍCIO

LIDERANÇA DA BANCADA DO PMDB

Florianópolis (SC), em 25 de fevereiro de 1998

A Sua Excelência o Senhor

Deputado NEODI SARETTA

Presidente da colenda Assembléia Legislativa

Senhor Presidente,

Com minhas cordiais saudações, à luz de meus cometimentos Regimentais, inscrevo o nobre DEPUTADO VANDERLEI OLÍVIO ROSSO para o cargo de SEGUNDO VICE-PRESIDENTE DA MESA desta augusta Casa.

Atenciosamente,

Deputado SÉRGIO SILVA

Líder da Bancada do PMDB

DESPACHO

Recebido em Sessão de 25/02/98

*** X X X ***

GABINETE DA LIDERANÇA DO PSDB

OF. GABJM Nº 062/98

Florianópolis, 25 de fevereiro de 1998.

Exmo. Sr.

NEODI SARETTA

Presidente da Assembléia Legislativa

Nesta

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, a Bancada do PSDB, com assento nesta casa, indica o nome do deputado FRANCISCO KÜSTER, para integrar a Mesa Diretora, na função de 1º Vice-Presidente.

Certos do vosso acatamento, aproveitamos para reiterar protestos de distinta consideração.

Atenciosamente,
Deputado JORGINHO MELLO
Líder da Bancada do PSDB

DESPACHO

Recebido em Sessão de 25/02/98

*** X X X ***

GABINETE DO GOVERNADOR

OFÍCIO GG Nº PRCC 13243/977

Florianópolis, 29 de dezembro de 1997.

Excelentíssimo Senhor

Deputado FRANCISCO DE ASSIS KÜSTER

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

NESTA

Senhor Presidente,

Nos termos do Decreto Legislativo nº 16.699/96, prorrogado pelo Decreto Legislativo nº 17.647/96, comunico a essa Casa Legislativa que no dia 30 do corrente mês empreenderei viagem a Buenos Aires, Argentina, para, em companhia de líderes empresariais do setor turístico catarinense, participar de coletiva à imprensa daquele País, em evento agendado pela Embaixada do Brasil na Argentina, com o objetivo de, no âmbito de todo o MERCOSUL e diante das divulgações sobre os efeitos do fenômeno denominado El Niño, reafirmar e ressaltar as perfeitas condições climáticas e da infra-estrutura do Estado de Santa Catarina para receber o fluxo turístico proveniente dos países integrantes daquele Mercado.

Atenciosamente,

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 25/02/98

*** X X X ***

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA

CONSULTORIA JURÍDICA

Florianópolis, SC., em 19 de dezembro de 1997.

Of./FCC/nº 1142/97

Excelentíssimo Senhor

Dr. FRANCISCO KÜSTER

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Nesta

Assunto: **DECRETO LEGISLATIVO nº 17.987, de 19/11/97**

SENHOR PRESIDENTE:

Pelo presente, dirigimo-nos à elevada presença de Vossa Excelência, em virtude de irregularidades apontadas e encaminhadas pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, referentes à Concorrência Pública nº 001/95 e consequente Contrato de concessão remunerada de uso do estacionamento do Centro Integrado de Cultura - CIC e Termo Aditivo nº 001/96, culminando com a declaração de nulidade pelo r. Decreto Legislativo nº 17.987, de 19/11/97, para comunicar a essa Augusta Casa Legislativa, o seguinte:

Em consonância ao que dispõe o art. 59, parágrafo 1º, da Constituição Estadual, informamos que a efetiva desocupação do pátio do estacionamento do Centro Integrado de Cultura, pela Empresa MAXIPARK ESTACIONAMENTOS S/C LTDA. deu-se em 24 de outubro de 1997, podendo tal fato ser constatado, na hipótese de Vossa Excelência entender necessário, mediante verificação *in loco* por vossos servidores parlamentares.

Outrossim, informamos que a rescisão contratual ocorreu através do competente Ofício FCC nº 0873, expedido em 15/09/1997 à empresa concessionária, o qual, continha o ato administrativo de rescisão unilateral da contratualidade.

Ressaltamos que a Fundação Catarinense de Cultura resguardou-se em seus direitos quanto à consequência da inexecução do contrato, através da "Cláusula Sétima" do Instrumento Contratual, a qual prevê a não indenização de quaisquer prejuízos à concessionária na hipótese de rejeição do contrato pelo e. Tribunal de Contas.

Apesar da reprovação pela Egrégia Corte de Contas, do referido ato administrativo, em virtude da acidental inobservância de certas formalidades previstas na Lei Nacional nº 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94, podemos afirmar que não houve qualquer prejuízo ao Erário Estadual, muito pelo contrário, já que, a partir dos atos de consecução da contratualidade impugnada, a Fundação Catarinense de Cultura passou a auferir receita por serviços antes desfrutados graciosamente pelos cidadãos.

Ademais, informamos Vossa Excelência, que foram tomadas as providências necessárias no sentido de corrigir o ato impugnado, tanto no âmbito do controle interno, como na esfera de controle externo emanado pela e. Corte de Contas catarinense.

Reiterando nossos votos de distinta consideração e respeito

pela atividade parlamentar de Vossa Excelência junto a esse importante Poder Estatal e na certeza de estarmos dando cumprimento aos nossos deveres constitucionais e legais, colocamo-nos à disposição para atender eventuais diligências legais que se fizerem necessárias.

Atenciosamente,

PAULO ROBERTO ARENHART

Diretor Geral da Fundação Catarinense de Cultura

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA

Ao Senhor

PEDRO HENRIQUE CANINEO LEMOS

Diretor Geral/SC da Maxipark Estacionamentos S/C Ltda

Nesta

Ofício nº 0873

Florianópolis, 15 de setembro de 1997

Senhor Diretor,

Vimos à presença de Vossa Senhoria, em atendimento a determinação do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que em julgamento pelo Tribunal pleno, após análise do processo licitatório decidiu "...julgar irregular a Concorrência Pública 001/95, cujo objeto é a utilização do pátio externo do Centro Integrado de Cultura, de propriedade do Estado, para a exploração do estacionamento público de veículos e não anotar o contrato dela decorrente." (Proc. L-142910/64)

Em consonância ao que dispõe a minuta do contrato, integrante do Edital à Concorrência 001/95, assim como Cláusula Sétima do Contrato firmado que trata do Registro e da Aprovação nos seguintes termos: "Este contrato será encaminhado à apreciação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e em caso de rejeição, a Fundação Catarinense de Cultura declara que não indenizará a parte, qualquer importância que por ventura fará direito."

Diante do exposto, e atendendo o preceituado na Cláusula Nona do citado instrumento, estabelecemos o prazo de trinta dias a contar do protocolo de recebimento da presente, para que se efetive a competente rescisão do Contrato, desocupação do estacionamento e sua definitiva prestação de contas.

Atenciosamente,

Paulo Arenhart

Diretor Geral da FCC

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 59, § 1º da Constituição do Estado, e art. 112, inciso IV do Regimento Interno e eu, Deputado Francisco Küster, Presidente, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 17.987/97

Declara nula a Concorrência Pública 01/95 da Fundação Catarinense de Cultura

Art. 1º Fica declarada nula a Concorrência Pública 01/95, da Fundação Catarinense de Cultura, que concede o uso a título oneroso o pátio externo do Centro Integrado de Cultura - CIC à MAXIPARK Estacionamentos S/C Ltda.

Art. 2º A Mesa Diretora desta Assembléia Legislativa promoverá ampla divulgação deste Decreto Legislativo.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 19 de novembro de 1997.

Deputado Francisco Küster - Presidente

Deputado Gervásio Maciel - 2º Secretário

Deputado Adelor Vieira - 4º Secretário

*** X X X ***

GABINETE DO GOVERNADOR

OFÍCIO Nº PRCC 1175/980

Florianópolis, 18 de fevereiro de 1998.

Excelentíssimo Senhor

Deputado NEODI SARETTA

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Nesta

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para indicar o Deputado Romildo Titon como Líder do Governo nessa Casa, conforme dispõe o art. 266 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

Atenciosamente,

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 25/02/98

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 091/98**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

SUSTAR, a partir de 09 de fevereiro de 1998, as férias relativas ao exercício de 1998, do funcionário JOÃO DI AQUINO CONCEIÇÃO NETO, Matrícula nº 1339, marcadas anteriormente para o mês de fevereiro, devendo ser usufruídas em data oportuna.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 17/02/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 092/98

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR o funcionário ALEXANDRE PANTALEÃO ATHANASIO, matrícula 0882, na Procuradoria de Finanças.

Palácio Barriga-Verde, em 17/02/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 093/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do Art. 62, Item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a MARIA DE FÁTIMA BARRETO BECKER, matrícula 1402, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-8-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 10 (dez) dias, a partir de 15/01/98.

PORTARIA Nº 094/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos Arts. 62, Item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a MARIA DE FÁTIMA BARRETO BECKER, matrícula 1402, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-8-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 05 (cinco) dias, a partir de 26/01/98.

PORTARIA Nº 095/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do Art. 62, Item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a DOMINGOS LUIZ CARDOSO, matrícula 0395, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-C, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 02/02/98.

Palácio Barriga-Verde, em 17/02/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 096/98

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR o funcionário ARISTOCLIDES VIEIRA STADLER, matrícula 0897, na Divisão de Saúde (Laboratório de Análises Clínicas).

Palácio Barriga-Verde, em 25/02/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 097/98

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR o funcionário WILFREDO MEDEIROS DA SILVA, matrícula 0589, na Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos.

Palácio Barriga-Verde, em 25/02/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 098/98

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR a funcionária JOYCE DOS SANTOS ALVES, matrícula 1178, no Departamento Parlamentar.

Palácio Barriga-Verde, em 25/02/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 099/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do Art. 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a ELIAS BRUNO STEINBACH, matrícula 1622, ocupante do cargo de Garçom, código PL/ATM-9-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 20 (vinte) dias, a partir de 02/02/98.

PORTARIA Nº 100/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do Art. 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a GILZA M. M. PEREGRINO FERREIRA, matrícula 0930, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, Código PL/ATS-12-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 03/02/98.

PORTARIA Nº 101/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos Arts. 62, Item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a MARIO JOSÉ TEDESCO, matrícula nº 1621, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-8-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 17 (dezesete) dias, a partir de 11/02/98.

Palácio Barriga-Verde, em 25/02/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/98**

Susta a resolução nº 55/97, do Conselho Estadual de Educação, e o Decreto nº 2.646/98, do Governador do Estado, que, em afronta ao princípio da legalidade, exorbitam do poder regulamentar o ensino público.

Art. 1º Ficam sustados a resolução nº 55/97, do Conselho Estadual de Educação, e o Decreto nº 2.646/98, do Governador do Estado.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 18 de fevereiro de 1998.

DEPUTADA IDELI SALVATTI

Lido no Expediente

Sessão de 18/02/98

GABINETE DA DEPUTADA IDELI SALVATTI

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

No uso da competência prevista no artigo 40, inciso VI, da Constituição Estadual de 1989, e no artigo 104, inciso V, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, aprez-me encaminhar o incluso Projeto de Decreto Legislativo à apreciação deste egrégio corpo legislativo, com vistas a sustar ato normativo do Poder Executivo que exorbitou do seu poder regulamentar, pelas seguintes razões:

1. Determina a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, também conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação:

“Art. 88 - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios **adaptarão sua legislação educacional e de ensino** às disposições desta Lei no prazo máximo de um ano, a partir da data de sua publicação.”

2. O condicionamento legal para a disciplina da educação e do ensino no Estado de Santa Catarina, conforme expressamente determina a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, já se fazia previsto, de maneira igualmente expressa, na Constituição Estadual de 1989, “in verbis”:

“**A lei complementar que organizar o sistema estadual de educação** fixará, observada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos mínimos para o ensino fundamental e médio (...).”

Daí é que advém a razão da Lei Estadual nº 1.139, de 28 de outubro de 1992:

“Art. 4º - O regime de trabalho do professor é de **10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais** de acordo com a carga horária curricular da unidade escolar e do especialista em assuntos educacionais, consultor educacional e assistente técnico-pedagógico é de 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais.

§ 4º - o professor de 5ª à 8ª série do 1º grau e o do 2º grau,

com regime de 40 (quarenta) horas, 30 (trinta) horas, 20 (vinte) horas ou 10 (dez) horas semanais deverá ministrar 32 (trinta e duas), 24 (vinte e quatro), 16 (dezesesseis) ou 08 (oito) **horas-aula**, respectivamente, e usufruirá de horas-atividade, as quais deverão ser cumpridas, obrigatoriamente, na unidade escolar."

Dessa maneira, tendo em conta que a carga horária curricular das unidades escolares de Santa Catarina sempre foi de 25 (vinte e cinco) aulas semanais, a aplicação concomitante dos 02 (dois) dispositivos supra transcritos, da Lei Estadual nº 1.139, de 28 de outubro de 1992, não evidencia outra conclusão senão a duração da **hora-aula** em 45 (quarenta e cinco) minutos. Ademais disso, não se deve perder de vista que interpretação distinta teria como nefasta consequência tornar letra morta, além dos compromissos constitucionais com a valorização do profissional de educação escolar e com a garantia do padrão de qualidade do ensino, a previsão do artigo 6º da mesma legislação, isto é, o direito do professor da rede pública de realizar horas excedentes, sem que seja ultrapassada a carga horária legal.

"Art. 6º - O professor poderá ministrar aulas acima do limite estabelecido no § 4º do artigo anterior e perceberá sob a forma de aulas excedentes, a base de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) por aula, calculado sobre o vencimento do cargo efetivo, **considerando a carga horária de 40 (quarenta) horas**, não podendo ultrapassar a 08 (oito), 06 (seis), 04 (quatro) ou 02 (duas) aulas excedentes para as cargas horárias de 40 (quarenta), 30 (trinta), 20 (vinte) ou 10 (dez) horas semanais de trabalho, respectivamente."

3. Entretanto, o Conselho Estadual de Educação, afrontando o regime constitucional de competências, porque quis fazer às vezes do Poder Legislativo, aprovou a Resolução nº 55/97, que, a pretexto de "adaptar a legislação educacional e de ensino de Santa Catarina às disposições da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996", modificou todo o sistema estadual de educação. E mais, em data de 12 de dezembro de 1997, aprovou a alteração da grade curricular da rede pública estadual, nos termos da proposta do Secretário de Estado da Educação, Prof. João Mattos.

Por força da aprovação da malsinada Resolução nº 55/97, a alteração da grade curricular da rede pública estadual possibilitou que Poder Executivo, mediante decreto, reduzisse o número de aulas semanais de 25 (vinte e cinco) para 20 (vinte) e estabelecesse a duração da hora-aula em 60 (sessenta) minutos, ao invés dos 45 (quarenta e cinco) minutos habituais. Eis o que se infere do disposto no Decreto nº 2.646, de 12 de fevereiro de 1998:

"Art. 1º - A partir do ano letivo de 1998, a jornada diária no ensino fundamental e médio será de quatro horas de efetivo trabalho na rede pública estadual (...).

Parágrafo único - **Em consequência do disposto neste artigo, a duração da aula-hora noturna de 45 (quarenta e cinco) minutos e da hora-aula diurna de 50 (cinquenta) minutos passa para 60 (sessenta) minutos**".

4. Ora, em decorrência do que dispõe a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a Constituição Estadual de 1989, ainda que a carga horária de aulas do professor da rede pública pudesse ser alterada para mais, bem como diminuída a carga horária curricular, é bastante claro que o meio adequado para tanto é a legislação, isto é, ato normativo emanado do Poder Legislativo. Não é demais lembrar que, no Brasil, não se admite a figura do decreto autônomo, ou seja, do ato normativo emanado do Poder Executivo que invada as reservas da lei², mesmo porque o Poder Executivo somente pode expedir decretos para o fiel cumprimento de lei (art. 84, inciso IV, da Constituição Federal de 1988). Evidencia-se, desse modo, que mesmo os mais conspícuos atos normativos do Poder Executivo, isto é, os decretos, só podem ser expedidos para ensinar a fiel execução da lei. Em outras palavras, pressupõem sempre uma dada lei da qual sejam fiéis executores.

"A significação do princípio da legalidade é dúcplice. De um lado, representa o marco avançado do Estado de Direito que procura jugular os comportamentos, quer individuais, quer dos órgãos públicos, às normas jurídicas das quais as leis são a suprema expressão. De outro lado, o princípio da legalidade garante o indivíduo contra os possíveis desmandos do Poder Executivo, instaurando, em consequência, uma mecânica entre os poderes do Estado, da qual resulta ser lícito apenas ao Poder Legislativo obrigar aos indivíduos"³.

² MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 1993. p.162. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 1993. p.49 e 50

³ BASTOS, Celso Ribeiro. Comentários à Constituição do Brasil. v. II. São Paulo: Editora Saraiva, 1989. p.23.

5. É inegável, portanto, que a adoção, por meio de resolução ou decreto, da **hora-aula** de 60 (sessenta) minutos, na rede pública de ensino, se encontra a descoberto da lei, em flagrante acinte à independência da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Não se deve olvidar que é determinação constitucional, corolário do princípio da legalidade, que "*ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei*" (art. 5º, inciso II, da Constituição Federal de 1988). Ai não se diz "em virtude de decreto ou resolução". Logo, o Poder Executivo e seus órgãos auxiliares, como o Conselho Estadual de Educação, "não podem impor ou proibir comportamento algum, salvo se estiverem previamente embasados em lei". Em suma, a função do ato administrativo "só poderá ser a de agregar à lei nível de concreção; nunca lhe assistirá instaurar originariamente qualquer cerceio a direitos de terceiros"⁴.

Diante do abuso do poder de regulamentar criado pela Secretaria de Estado da Educação, em companhia do Conselho Estadual de Educação, mais do que que procedente é a invocação do artigo 40, inciso VI, da Constituição Estadual de 1989, com vistas a salvaguardar a competência legislativa deste parlamento. Eis o teor constitucional: "é da competência exclusiva da Assembléia Legislativa sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do Poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa". A respeito, acentua a doutrina constitucional que, "configurado o denominado abuso da atribuição regulamentar do Poder Executivo, o Poder Legislativo tem competência exclusiva para sustar a sua eficácia, anulando-a"⁵.

Dito isso, cumpre-nos sustar a ilegalidade denunciada, resgatando as prerrogativas do Poder Legislativo e as garantias do Estado de Direito. Além disso, a oportunidade se faz propícia para, uma vez mais, externar aos ilustres colegas meus protestos de elevada consideração.

Florianópolis, 18 de fevereiro de 1998

IDELI SALVATTI
DEPUTADA ESTADUAL

⁴ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. ob. cit. p.50

⁵ CRETELLA Jr., José. Comentários à Constituição 1988. São Paulo: Forense, 1991. p.2.550

*** X X X ***

REQUERIMENTO

GABINETE DO DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT
REQUERIMENTO Nº 001/98

(Requerimento nº 011-98)

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA MESA,

O subscritor, nos termos da norma inserta no art. 29 e seus parágrafos, do Regimento Interno da Casa, considerando:

- a proximidade do Sesquicentenário de morte da "Heroína de dois mundos", a lagunense Ana Maria de Jesus Ribeiro, internacionalmente conhecida como ANITA GARIBALDI, que na luta pelos ideais de liberdade ultrapassou as fronteiras do continente, forjando com coragem uma das mais incisivas páginas da nossa história;

- a valorosa iniciativa do ilustre Deputado Federal Paulo Bornhausen que, pelas vias diplomáticas competentes, vem envidando esforços junto ao Governo da Itália colimando pela repatriação dos restos mortais de ANITA GARIBALDI, que repousam em solo italiano, para sua cidade natal, Laguna-SC;

- considerando, ainda, tratar-se de mais legítimo interesse do Estado cultural, em reconhecimento e gratidão, os feitos históricos daqueles que fizeram a nossa história, perpetuando de geração em geração os exemplos extremados de amor à terra,

Requer, após ouvido o soberano Plenário, a constituição Especial Externa, composta por 3 membros, para acompanhamento das tratativas, junto aos Governos Brasileiro e Italiano, da pretendida repatriação dos restos mortais da heroína ANITA GARIBALDI, para sua cidade natal, Laguna-SC.

Sala das Sessões,

Deputado Pedro Bittencourt

Aprovado em Sessão de 25/02/98

*** X X X ***